

Opusculos

POR

A. HERCULANO

TOMO VIII

QUESTÕES PUBLICAS

TOMO V

TERCEIRA EDIÇÃO



LIVRARIA BERTRAND

73, Rua Garrett, 75 — LISBOA

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

RIO DE JANEIRO — S. PAULO — BELO HORIZONTE



Digitized by the Internet Archive
in 2010 with funding from
University of Toronto

<http://www.archive.org/details/opusculos08herc>

OPUSCULOS

Opusculos

POR

A. HERCULANO

TOMO VIII

QUESTÕES PÚBLICAS

TOMO V

TERCEIRA EDIÇÃO



LIVRARIA BERTRAND | LIVRARIA FRANCISCO ALVES

73 — Rua Garrett — 75
LISBOA

RIO DE JANEIRO
S. PAULO — BELO HORIZONTE

Opusculo

ALFONSO

1875

ALFONSO

1875



ALFONSO

Composto e impresso na IMPRENSA PORTUGAL-BRASIL
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

ADVERTENCIA

ADVERTENCIA

Formosos eram os tempos em que
pelejávamos pela liberdade do
povo; tão formosos quão negros
estes em que a plebe peleja pela
licença. — A. HERCULANO — *Voz do
Propheta* — 1836.

Os breves artigos com que abre o presente tomo sob as epigraphes — *Da pena de morte* — e — *A Imprensa*, — foram escolhidos entre varios outros de propaganda social publicados por A. Herculano nos numeros de janeiro a maio do *Diario do Governo* de 1838. Entendemos que deviamos recolhê-los nesta collecção por conterem a opinião do Auctor em assumptos de elevado alcance, embora resumidamente exposta. Convem notar que o *Diario do Governo* era então propriedade dos officiaes das secretarias do estado : dos officiaes maiores, seus amigos e dirigentes da empresa, acceitara o publicista o encargo de redactor com o intento que naquelles artigos evidenciou de encaminhar o espirito publico, tão conturbado a esse tempo por paixões politicas, para a boa practica e comprehensão do regimen representativo e outros ideaes conducentes á prosperidade moral e material do país. Dahi proveiu a desusada feição que a folha official apresentou durante

aquelles mezes, sendo para registrar, como nota característica daquella epocha, que os setembristas exaltados, a quem a catechese do escriptor era principalmente destinada e não raras vezes irritava, por desforço o increpassem nas suas folhas de protector de malfeitos, por elle ser contrario á pena capital ; como se a existencia do algoz fosse postulado do credo democratico que ostentosamente apregoavam. Ao acaso alguns publicistas teem propalado que fora em 1837 e não em 1838 que A. Herculano escrevera no *Diario do Governo*, tendo então de contradizer as suas anteriores crenças politicas ; mas o que acabamos de dizer e os leitores podem verificar demonstra a inexactidão de taes asserções.

Seguem-se no tomo dous escriptos ácerca de instrucção publica, de instrucção popular principalmente, com os quaes se liga como complemento de uma nota a um delles um artigo bibliographico que trouxemos do vol. II da 2.^a série do Panorama. Os dous escriptos foram ambos publicados em 1841, sendo o Auctor deputado ás cortes pela cidade do Porto, e pelas referencias que encerram a factos parlamentares nos offerecem ensejo de expor alguns esclarecimentos que, além de facilitarem a sua melhor apreciação, interessam sob um ponto de vista geral aos demais trabalhos contidos no tomo. Juncto aos acima esboçados completam estes esclarecimentos uma parte pouco conhecida e que por isso tem sido em mais de um ponto adulterada, da biographia de A. Herculano, no periodo a que respeitam.

A camara a que o publicista pertenceu foi a que reuniu em maio de 1840 em substituição da que

fora dissolvida em fevereiro do mesmo anno. Representava ella na sua grande maioria assignalado triumpho que ao cabo de ardentes e prolongadas luctas o partido cartista obtinha na opinião publica contra o setembrista, triumpho que muitos factos faziam prever e que apenas secundariamente, porventura na escolha de alguns nomes, dependera da influencia do governo no acto eleitoral. O ministerio existente era pela conjunctura em que subira ao poder e pelos homens que o constituíam um ministerio de transição, não sendo todos os seus membros cartistas tradicionaes, nem contando elle entre estes numero sufficiente dos mais notaveis. Era o falado gabinete de 26 de novembro de 1839. Mas como quer que a maioria da camara comprehendesse a sua missão, o certo é que ella se submetteu á politica ministerial, mantendo-se o pacto sem quebra formal, e sem embargo do que para alguns dos membros da maioria tivera de irritante uma parcial recomposição do gabinete occorrida em 1841, até que, ao abrir-se em janeiro de 1842 a ultima sessão da camara, que acto continuo foi adiada, veio a revolução militar iniciada na cidade do Porto e consumada em Lisboa nesse interregno parlamentar, derrubar a constituição vigente e proclamar a restauração da carta.

Importa recordar que ás primeiras demonstrações do movimento revolucionario logo se organizou em Lisboa a famosa colligação liberal em que as maiorias de ambas as camaras notoriamente se representaram e que publica e solemnemente protestou contra elle. A esta colligação se associaram por actos officiaes a coroa, o ministerio exceptuando um dos seus membros que tomou o partido dos revoltosos.

e outro gabinete que ainda subiu ao poder e chegou a planejar medidas energicas para restabelecer a ordem. Sem embargo a revolução conseguiu triumphar e não só ou não tanto pelo imperio da força, mas porque o estado de cousas a que o procedimento dos poderes constituidos até então conduzira, lhe abria caminho e facilitara o triumpho. Ao passo que decorridas duas sessões parlamentares ainda estava por definir em pontos primordiaes o definitivo plano politico que o partido cartista houvesse de adoptar, quer ao sabor de exaltados quer ao de moderados, visto que fabianamente se fugira das questões constitucionaes que podiam aclará-lo, como era a da reorganização da segunda camara, tinham-se restringido todas as liberdades populares e nas mãos do executivo se haviam concentrado por esse e outros processos habituaes, meios de acção politica e administrativa tão pronunciados que, por apenas o acautelarem contra as turbulencias do setembrismo, deixando-o todavia exposto a surpresas da parte dos seus correligionarios, tanto podiam demonstrar o sincero proposito de manter a todo o transe a ordem publica, como o reservado intuito de acabar radicalmente com a politica transitoria, recorrendo sem temor de resistencias a processos mais ou menos summarios. De modo que o procedimento do cartismo militar se reduziu a empolgar por favoravel ás suas conhecidas paixões uma situação que lhe tinham creado e que de improviso não seria possivel mudar. As memorias de que vamos extrahindo esta perfunctoria noticia nos dão como principaes planeadores daquela politica como que preparatoria, além do ministro que ousadamente desertou do governo para os revolucionarios, um outro

bem notavel pela sagacidade que sempre lhe foi attribuida, o que na imperfeita e tardia reconstituição ministerial de 1841, passara da pasta do reino á dos estrangeiros e que, ao ver que o primeiro lhe disputava a preeminencia politica nos acontecimentos que iam decorrendo, e que o plano em que collaborara se complicava gravemente, por ultimo resolveu acompanhar com os seus demais collegas a coroa senão encaminhá-la para o lado da colligação. Assim esta, embora vencida, adquiriu proporções de facto não menos assignalado que a revolução, cobrindo até onde possivel responsabilidades contrahidas por muitos dos colligados e estremando novos arraiaes para as campanhas politicas que depois agitaram o país.

Houvera, porém, alguns deputados cartistas que não tinham acompanhado a maioria na sua submissão ao ministerio, nem esperado pela revolta militar para pugnar pelos bons dictames do cartismo doutrinario. A tempo haviam elles combatido os excessos de auctoridade e propostas do governo absorventes das prerogativas parlamentares ou contrarias ás normas constitucionaes, e pela formação de um ministerio genuinamente cartista que em vez de sobrexcitar as paixões lhes impusesse respeito, mantendo o seu partido dentro daquellas normas e honrando-o com uma politica leal e patriótica. Taes eram os deputados do grupo chamado da opposição cartista, que teve por órgãos na imprensa — *O Director* — em 1840 e — *Constitucional* — 1841 e foi da opposição parlamentar seguramente o mais notavel e o mais temido ministerio. A este grupo, como o leitor terá previsto, pertenceu. A. Herculano, guardada a independencia das suas opiniões em assum-

ptos especiaes, resultando-lhe de tal filiação ser alvo de aggravos na camara e na imprensa ministerial, onde elle e os seus amigos eram accusados de trans-fugas aos quaes cegava a cubiça de ascender ao poder. Alguns ministros chegaram ao excesso de tentar comprometter A. Herculano com el-rei D. Fernando cujo bibliothecario era, não vingando a intriga, graças á gentileza do principe e á energia nunca desmentida do escriptor ; e tão vivas eram as animadversões contra a opposição cartista, que ainda depois da revolução consumada, e como se esta tivesse triumphado com geral acolhimento, continuaram os seus apologistas a julgar segundo as proprias paixões os homens daquelle grupo, especialmente A. Herculano, quer em publicações quer em conversações particulares. Emfim, succede que ainda em recentes escriptos appareçam reflexos desses juizos que o facciosismo daquelle epocha havia inspirado. Mas a noticia que deixamos exposta é bastante circumstanciada para que se possa concluir que elles são hoje e foram na sua origem tão infundados quanto os que já rebatemos a respeito da redacção do *Diario do Governo* em 1838. A verdade é que A. Herculano manteve na camara os mesmos principios em que toda a colligação liberal e os poderes constituidos estribaram depois os seus protestos contra a nova solução de continuidade do systema representativo. A verdade é que, sem quebra allegavel de rigor partidario, elle os havia ininterruptamente sustentado desde que viera a publico com o seu ardente opusculo *A Voz do Propheta*. Foram tambem esses principios que lhe serviram de base no transumpto historico que se lê no tomo I desta collecção, ácerca dos nossos

acontecimentos políticos, desde a revolução de setembro até a de 1842. Assim as increpações de incoherencia politica lançadas naquella epocha contra o nosso escriptor, e mais tarde reproduzidas sem exame, reduzem-se a extranhar que elle não tivesse tido duas consciencias, uma para condemnar os actos desordenados do setembrismo e outra para se conformar com os analogos dos seus correligionarios.

Assente este ponto fundamental dos esclarecimentos em que vamos proseguindo, podemos agora cingir-nos aos que mais de perto se ligam ao conteúdo do tomo. Como ao constituir-se aquella camara não estivesse patentetada nenhuma das divisões possiveis do cartismo parlamentar, foram eleitos membros da commissão d'instrucção publica A. Herculano e mais dous deputados do seu grupo. Occorreu então ao incançavel e patriotico publicista o pensamento de estudar e redigir com o auxilio de um destes deputados, o lente da Universidade e seu particular amigo V. F. Netto de Paiva, um projecto de organização de instrucção popular. Não lhe viera de salto esse pensamento. Já na folha — *O Repositorio Letterario* — publicado de 1834 a 1835 na cidade do Porto, elle começara a manifestar o seu interesse pela instrucção do povo, descrevendo ahi as escholas d'instrucção elementar da Prussia e encarecendo-as como modêlos no genero. Evidentemente pretendia então impressionar o publico pondo em confronto o estado intellectual deste país com o do nosso, isto é, fazendo destacar os dous extremos. Em 1838 voltava ao momentoso assumpto, por incidente em luminosa passagem do artigo sobre monumentos patrios publicado no *Panorama*,

e no *Diario do Governo* em uma série de artigos que não incluimos neste tomo por dispormos de mais completos trabalhos do Auctor sobre a materia. Aquelle projecto não seria, pois, mais que nova phase de uma propaganda que o Auctor fora desenvolvendo par a par com a relativa ao regimen politico recentemente implantado entre nós, e que elle reputava tão fundamente correlacionada com esta quanto pelas suas eloquentes palavras os leitores poderão em breve apreciar.

Fundada esperanza de bom exito tinha A. Herculano nesta tentativa porque contava com a boa vontade de todos ou quasi todos os seus collegas da commissão e com a acquiescencia do ministro do reino, a quem o prendiam relações de amizade. Foi de certo a partir dessa epocha que essas relações começaram a esfriar, degenerando mais tarde em animosidades que concorreram para perturbar gravemente a carreira litteraria do escriptor; mas até ahi e desde o cerco do Porto haviam sido cordealissimas e firmadas em repetidas provas de mutua confiança. Desta vez, não tractava, pois, o insigne patriota apenas de ajunctar mais um brado em prol da grande causa a que se dedicava, mas de um acto decisivo e que, por bem concebido e delineado teria resultados seguros. Porém, a poucos passos as divergencias politicas que já descrevemos deram por terra com estas illusões. Mesmo no decorrer da sessão de 1840 apresentava o ministro do reino á camara um projecto seu que não teve seguimento mas que sem duvida impedia a premeditada combinação; e aberta a sessão de 1841, logo A. Herculano e os seus amigos foram acintosamente excluidos da commissão de instrucção publica, sem

que a maioria desta se resentisse do facto. Depois, quando no progresso da sessão o ministro mudava de pasta e desta mudança e do subsequente caminhar dos negocios, se podia deduzir que o assumpto não viria a ser ventilado na camara, resolveu o escriptor levá-lo para a imprensa, expondo em successivos artigos publicados de setembro a novembro na folha — *O Constitucional*, as theses que sobre elle havia apurado e examinando á luz dellas o projecto ministerial. São esses artigos que constituem um dos estudos sobre instrucção insertos neste tomo e no qual, por emenda deixada pelo Auctor, substituímos a epigraphie primitiva de — *Instrucção Nacional* pela de — *Instrucção publica*.

Ainda na sessão de 1840 um deputado da maioria apresentara á camara um projecto de restabelecimento de anachronicos institutos de ensino publico mortos pela dictadura setembrista e de extincção de outros que ella creara para os substituir. O principal objectivo do proponente era a quéda da eschola polytechnica e a restauração do collegio dos nobres, e contra essa idéa retrograda deu parecer a commissão de instrucção publica, sendo relator A. Herculano; mas como a questão ficasse reservada, succedeu que alguem interessado nella mandou distribuir aos deputados na sessão de 1841, antes do adiamento da camara decretado em março, uma analyse impressa refutando aquelle parecer. Reaberta a camara respondeu A. Herculano com o seu opusculo — *Da Eschola Polytechnica e do Collegio dos Nobres*, — que é o outro dos dous referidos estudos, o que contém mais vivas allusões ás occorrencias parlamentares e o primeiro na inserção em obediên-

cia á ordem chronologica. Postoque nesta noticia deixemos para o leitor a detida apreciação dos trabalhos que vamos apontando e dos profundos pensamentos philosophicos que os abrillhantam e ligam como élos da mesma cadeia, convem notar que A. Herculano defendia neste opusculo a aplegada eschola pelo que ella podia concorrer, independentemente de outras funcções, para a instituição das escholas destinadas a derramar o ensino geral superior, definido nos artigos do *Constitucional*, e por isso mesmo dissemos a principio que o assumpto dominante destes estudos era a instrucção popular, admittida a amplitude que o escriptor lhe attribuia.

A eschola polytechnica ainda foi objecto de novas sollicitudes de A. Herculano dous annos depois d'elle a defender na camara. Parecendo que tambem as cousas além das pessoas se conspiravam contra ella, um incendio viera destruir-lhe o edificio e o material de ensino, contrariedade sobre modo grave, attenta a mingua dos recursos pecuniarios do estado. Succedia, porém, andar a esse tempo em projecto erigir-se por meio de subscrição publica uma estatua a D. Pedro IV, circumstancia que o nosso escriptor aproveitou para advogar calorosamente em uma série de notaveis artigos publicados na *Revista Universal Lisbonense*, a idéa de que, em vez da estatua, fórma monumental herdada de eras pagãs, o monumento ao glorioso caudillo das nossas liberdades fosse aquella eschola restaurada. Verdadeiros modelos de erudição e dialectica servem estes artigos de fecho ao presente tomo, onde pelo assumpto de que tractam tinham o seu logar marcado. O monumento-estatua triumphou, mas A.

Herculano tornara moralmente impossivel que a eschola fosse lançada no olvido, a tal ponto que ella foi restaurada antes daquelle ser erguido, vindo a justificar pela brilhante situação que depois conquistou, as campanhas em que o eminente publicista tanto se empenhara para encarecê-la no espirito publico.

O exame das sessões parlamentares de 1840 a 1841, ainda abstrahindo das restricções de liberdade que limitaram a vida constitucional do país, acobertando-se com aspirações ordeiras, e das investidas contra o progresso de instituições de ensino, offerece-nos seguras provas de que no governo e na maioria da camara havia não poucos espiritos mais hostis que favoraveis ás melhores conquistas da revolução liberal, affrontando até o credo politico de que ambas as entidades se apregoavam sustentáculos, como se patentéa nas tentativas a que nos vamos referir, embora estas não alcançassem immediato triumpho. Com effeito, alguns deputados da maioria firmavam com os seus nomes uma proposta tributaria em cujo preambulo se dizia que um dos grandes erros da primeira dictadura fora acabar com os tributos que os povos desde seculos pagavam sem reluctancia. Os proponentes reputavam, pois, acervo de grandes erros as leis daquella dictadura, e proferiam esta sentença condemnatoria como se ella houvesse passado em julgado, como se exprimisse uma verdade que já ninguem ousasse contestar. Por sua parte o ministerio parecia abundar nas mesmas idéas, porquanto apresentara á camara um projecto nada menos que tendente a annullar o memoravel decreto de 13 d'agosto de 1882 sobre foraes. E assim se ameaçavam em pleno parlamento e á

sombra da bandeira cartista as tradições com que mais deviam gloriar-se os que ostentavam de leaes servidores dessa bandeira.

Contra taes tendencias que pareciam inspiradas pelo absolutismo, se lê no opusculo ácerca da eschola polytechnica uma vehemente apóstrophe de A. Herculano, havendo este já exaltado anteriormente a excellencia das leis de D. Pedro em artigos publicados na primeira folha da opposição cartista. Mas o leitor tem no presente tomo um trabalho especial que lança grande luz sobre o assumpto e cujo manuscripto achámos nos papeis do Auctor com a data de 1842. É a analyse de um accordão da *Relação de Lisboa* em litigio sujeito ao decreto que acabamos de citar, na qual o Auctor demonstra a iniquidade do accordão e exproba ao poder judicial o proposito de associar-se áquelle perigoso movimento reaccionario. O manuscripto tem a designação de — communicado —, mas ignoramos se elle viu ou não a luz publica. Sabemos, porém, que pelo menos uma copia delle senão a impressão teria sido offerecida ao jurisconsulto A. C. C. de Faria, o qual em carta que temos á vista agradece ou uma ou outra cousa, chamando-lhe artigo talvez por conter aquella designação. A defesa e apothese assim iniciadas das grandes concepções legislativas de Mousinho da Silveira, deu A. Herculano mais tarde largas proporções como consta dos tomos II, IV e VII desta collecção. É que no convulsionado periodo que se seguiu á revolução militar de 1842, havia o cartismo espurio que o calumniara de transfuga, conseguido realizar em parte as aspirações que manifestara na camara contra as leis de D. Pedro, não sendo para extranhar que tentasse proseguir nesse

caminho. Mas as particularidades, que não viriam aqui a ponto, da segunda phase desta importante propaganda de A. Herculano, tem-nas o leitor naquelles tomos, não esquecendo as que apontámos na *Advertencia* do ultimo.

Quiseramos incluir neste livro alguns dos discursos parlamentares do nosso escriptor, e o pequeno opusculo — *O Clero português* — publicado em 1841 sobre um assumpto então submettido á camara dos deputados. Deste modo e contando com outros artigos avulsos já insertos em tomos anteriores, bem pouco faltaria para que ficasse constando da collecção toda a obra de A. Herculano relativa a questões publicas, no periodo de que nos occupamos. Mas aquelles discursos, de breve extensão em sua maioria, só em memoria especial teriam cabimento, acompanhados de um summario das controversias a que se ligaram, á semelhança do que fizemos em anotações a este tomo, nas quaes apresentamos os transumptos de dous delles. Quanto ao opusculo o facto de ter sido pelo Auctor retirado da publicidade pouco depois de vir a lume tornaria inadmissivel a sua inclusão, mas está dentro dos limites desta noticia darmos idéa da substancia delle e conjecturar sobre os motivos que levaram o Auctor a supprimi-lo.

Inspirando-se nos mesmos sentimentos que no anno seguinte, como se lê no tomo I, o moveram a expor á condolencia publica a miseria a que estavam reduzidos os velhos egressos, victimas de excessos revolucionarios ainda não remediados, e mais tarde a proceder do mesmo modo em favor das freiras de Lorvão, naquelle seu opusculo começara A. Herculano por condoer-se da sorte do clero

parochial, a quem a revolução em seu dizer tambem deixara a viver de esmolos. Em commovente quadro ahi descrevia elle os longos serviços sociaes da democracia do clero, e recorrendo a considerações historicas que os leitores poderão ver muito ampliadas nos notaveis artigos — *O País* e *A Nação*, tomo VII, argumentava que ella não devera ser attingida pela onda revolucionaria, porque não tinha a responsabilidade dos abusos e extorsões de que haviam desfructado durante seculos as altas classes ecclesiasticas. Mas se nesta parte o opusculo não era mais que o inicio de uma propaganda de piedade destinada a moderar odios ainda subsistentes entre vencidos e vencedores, nelle aproveitava o Auctor o ensejo para de certo modo deprimir em transparente allusão, o ministro que referendara o decreto de 1834 sobre corporações religiosas, notando que o pensamento deste decreto, no que tivera de alcance na operada transformação social, não era invento de alguem que isoladamente pretendesse jactar-se da sua concepção, mas subordinado aos anteriores decretos da dictadura e desde muito tempo definido e amadurecido em todos os espiritos liberaes. Sobrecarregando o ministro com a responsabilidade das imperfeições sem todavia lhe conceder qualquer partilha de gloria na promulgação do famoso diploma, dir-se-ia que o escriptor se deixara momentaneamente vencer por algum sentimento de represalia contra elle ; e assim é provavel que fosse, porque o homem publico cuja conhecida altivez acaso pretendia abater com as suas palavras, o mesmo que na recomposição ministerial de 1841 assumiu a presidencia do gabinete reconstituído, pelo seu character aggressivo menos dignamente o

provocara a um jogo de increpações irritantes na sessão parlamentar do anno anterior.

De nenhum outro assumpto tractava o opusculo e não é difficil presumirmos quaes fossem as causas da sua supressão. Para esta poderiam ter concorrido algumas discordancias entre as generalidades nelle resumidas e certas doutrinas de historia patria que o Auctor a esse tempo andava apurando e não tardou a traser á luz publica em cartas que publicou logo em começo de 1842. Mas em relação á materia do opusculo essas discordancias eram apenas como que de linguagem, não affectando as conclusões tiradas e podendo até ser attribuidas á necessidade de evitar explanações. Por isso nos parece que para o facto tambem concorresse o ter pesado na austera consciencia do escriptor a animosidade que revelara na allusão que acabamos de apontar. Sendo A. Herculano como era o mais entusiasta e o mais sciente defensor dos grandes decretos de D. Pedro, guardava sempre para segundo exame os pontos em que cumpria corrigi-los e desinvolvê-los, seguindo as mesmas normas no julgamento dos ministros que os tinham referendado. Não admiraria, pois, que elle tivesse retirado o opusculo da publicidade principalmente como nota destoante destas normas, quanto ao valor de um desses ministros.

Taes são os esclarecimentos biographicos que nos propusemos expor. De outros necessitamos agora tractar. Havia H. Herculano começado a rever os seus dous estudos sobre instrucção publica, fazendo leves correcções em toda a extensão de ambos e a revisão definitiva de algumas paginas do publicado em artigos. Tal como o apresentamos ficara este ultimo por concluir e fora destinado a

um opusculo, como no-lo indicam antigas provas paginadas que ao auctor serviram para a revisão. Notemos, porém, que o não prejudica em pontos essenciaes a falta de remate, e se acaso elle tivesse vindo completo á luz publica, cousa de que até hoje não tivemos noticia nem esperamos ter, facil seria de futuro remediar o erro. O que provavelmente succedeu foi ir-se paginando em separado ao passo que a publicação seguia no jornal, suspendendo-se uma e outra cousa por ter cessado a remessa do manuscripto. Quanto ao outro trabalho, já depois de o percorrer e corrigir quasi todo retrocedeu o auctor com o provavel intuito de o limitar em certas explicações e vehemencias de linguagem onde a materia controvertida não soffresse com isso. Assim o fazem crer traços em cheio passados sobre logares seguidos que rematam o capitulo I, indicando que esses logares seriam supprimidos ou modificados e o capitulo arredondado por outra fórmula. Mas estes novos preparativos não tiveram seguimento, e por isso nos limitámos a introduzir em ambos os estudos as emendas explicitamente marcadas pelo auctor, apontando em notas paginaes até onde chegou a revisão completa de um delles e do outro os logares marcados para córte ou remodelação. Razões plausiveis nos levaram, porém, a resumir em nota, que opportunamente será indicada, dous documentos — o projecto de restauração do collegio dos nobres e o respectivo parecer da commissão de instrucção publica, que o auctor ajunctára ao seu opusculo como provas. Por meio della se fará clara idéa do theor e argumentos de taes provas em tudo que possam aproveitar ao assumpto de que tractam, ao passo que evitamos que, num livro destinado como todos

os do Auctor, a perduravel existencia, se notem repetições a que a reproducção completa dos dous documentos teria de conduzir. A consciencia nos diz que o auctor procederia de modo análogo, salva a perfeição com que o fizesse.

Se o desejo de recordar um periodo menos conhecido da vida de A. Herculano nos levou a alongar esta advertencia, um dever imperioso que não pudemos cumprir no tomo anterior, nos obriga a annexar-lhe mais algumas paginas. Estavam já impressas as primeiras folhas desse tomo quando em 31 de janeiro de 1898, falleceu o illustre academico e antigo official maior do archivo da Torre do Tombo João Pedro da Costa Basto, dirigente desta publicação por morte do Auctor. Interpretando disposições de ultima vontade de A. Herculano, haviam tractado os seus dous testamenteiros, legatarios de seus manuscriptos e artigos avulsos, de colligir uns e outros destes elementos para serem incorporados em livros, como se advertiu no tomo IV e o testamento auctorizava. Entre ambos se dividiram os diversos trabalhos a emprehender, cabendo ao fallecido, como era proprio das suas luzes, além dos repartidos em commum, os de maior ponderação, incluindo a superintendencia na organização de novos livros, tomos de opusculos na sua maioria e a revisão de provas. Igualmente tomou elle sobre si rever as reimpressões de todas as demais obras de A. Herculano, reimpressões que de anno para anno foram progressivamente augmentando como até agora tem succedido, e lhe absorviam largas horas de escrupulosa attenção. E tão singular desvelo punha nestes trabalhos que, não raro, folheava importantes obras ou recorria aos pergaminhos para

verificar nos livros de historia citações e datas que acaso pudessem ter sido alteradas em anteriores edições. Com grande magua sua deixou apenas de rever a 5.^a edição, impressa em 1888, do tomo II da *Historia de Portugal*, cujas provas não lhe foram enviadas e o typo foi alterado, porque o então proprietario da primitiva casa editora, ignorava os compromissos que a tal respeito existiam.

Cumpria-nos, pois, registrar nestas paginas a data em que cessaram para a memoria do illustre academico as responsabilidades inherentes a estes encargos, e desde a qual toda a benevolencia publica se tornou imprescindivel em favor de quem, por dever, tem de proseguir nelles como quer que lhe seja possivel. Cumpria-nos tambem dar aqui testemunho como singelamente damos, da devoção, e da competencia até onde por intuição natural pudemos apreciá-la, com que o fallecido zelava as glorias do que fora seu grande mestre e amigo. E neste ponto ajunctaremos mais um facto que harmoniza com os expostos realçando-lhes o valor.

Por motivos de dignidade pessoal se despedira A. Herculano em 1873 de director da importante publicação academica — *Portugaliae Monumenta Historica*. Conversando então particularmente ácerca do futuro desta publicação dizia elle que João Pedro da Costa Basto poderia continuá-la ao menos até determinado fasciculo. Alguns annos depois da morte de A. Herculano tambem a Academia Real das Sciencias ajuizava do mesmo modo, convidando o illustre discipulo do historiador para aquella espinhosa empresa e não tardando a elevá-lo de socio correspondente que era a socio effectivo. A idade já avançada e sobretudo o melindroso estado de

saude do official maior da Torre do Tombo, difficultavam-lhe sobraçar encargo de tamanha responsabilidade. Posto não haver que meditar sobre o já definido plano da publicação e em grande parte executado, a escolha, interpretação e copia dos diplomas que tinham de ser agrupados, exigiam além de consumada competencia na materia, atuado labor physico e mental. Mas João Basto não ignorava as expressivas palavras de A. Herculano a seu respeito, bem que as recatasse na consciencia, e fora uma das testemunhas do entranhado affecto com que elle se entregara durante annos a trabalhosas investigações, para colligir e apurar os preciosos monumentos da historia patria e trasê-los á luz publica. Por ventura aquellas palavras exprimiam um desejo de A. Herculano, uma esperanza de que a publicação ainda houvesse de proseguir. Por isso o honroso convite que em melhores dias e em vida do historiador teria declinado sem hesitação, agora lhe parecia moralmente irrecusavel. Aceitou-o, pois, esquecendo-se do seu estado valedudinario ; aceitou-o menos para ampliar os seus foros de erudito professor de diplomatica, que para honrar a palavra do mestre e fazer resurgir do estacionamento em que jazia a obra patriotica em que elle tanto se empenhara. Na coordenação de volumosos fasciculos que proficientemente chegou a concluir dessa obra e ajunctou aos anteriormente publicados, e nas outras devoções já descriptas, consumiu, emfim, o fallecido academico os derradeiros dias da sua oppressa existencia, e só abandonou a cella da Torre do Tombo onde esses labores o attrahiam, quando uma completa extincção de forças dalli o afastou para sempre.

Não caberia neste logar o elogio em que houvessem de ser commemorados todos os relevantes serviços e accentuadas virtudes de João Pedro da Costa Basto, nem sob ponto de vista algum seríamos competentes para o tecer. Por ambas as razões o intuito que nos guiou nas palavras que ficam expostas, foi apenas como que o de lavrar uma inscrição que recordasse a memoria do devotado amigo de A. Herculano, e ainda isto em desempenho de um dever porque de um dever se tractava, embora gratissimo. Todavia, por mais singela que seja esta inscrição, o livro a que vai juncta não a deixará cair no esquecimento.

O segundo legatario.

DA PENA DE MORTE

1838

DA PENA DE MORTE

I

Bastaria attender aos verdadeiros principios em que assenta a ordem social, para conhecer que a pena de morte é um absurdo. Tudo aquillo em que a sociedade limita a nossa liberdade, offende os nossos interesses particulares, nos causa pena ou dor, são direitos cedidos pelo individuo que se resolve a dá-los em troca de outros bens que a sociedade lhe offerece. Nesta cessão nunca poderá entrar o direito sobre a propria vida, porque ninguem o tem para lhe pôr termo; portanto no pacto tacito do individuo com a totalidade nunca poderá entrar a transmissão de um direito que não existe. Se quereis legitimar a pena de morte, legitimae primeiro o suicidio.

Supponhamos os crimes mais horrorosos

commettidos por qualquer : venha entre nós o parricida, o sacrílego, o assassino culpado de muitas mortes : ponhamos diante delles o cadaver paterno e a historia do cordeiro pisado aos pés, e os infelizes salteados na via publica e cosidos de punhaladas : sentemo-nos como juizes, e interroguemos a voz sincera da nossa consciencia. Alli estão os criminosos maniados, cobertos das maldições e affrontas das turbas que os rodeam : alli estão as victimas transmutadas, envoltas em sangue ; alli o monumento do insulto commettido contra Deus. O livro da lei está aberto, e nelle a condemnação escripta ; ao longe ergue--se o patíbulo, e atrás delle se extendem as trévas da eternidade, precedidas pelo espectro da perpétua ignominia. E os remordimentos estampados nas faces dos culpados, e o clamor que se alevanta do sangue ou do fundo do sanctuario, e a lettra da lei, os gritos do povo, tudo nos incita a pronunciar o voto fatal ; o coração deve estar seguro, a mão firme, os olhos enxutos. Porém não ! Embora tudo ao redor de nós vozeie morte ! Embora a indignação, a lei, a vingança a aconselhe ; a confissão do criminoso a admitta ; a alma recua espavorida, e a consciencia nos grita mais alto e nos diz : olha que vais ser um assassino. O juiz, habituado a sub-

jugar a voz da consciencia, a ver na lei a razão suprema, usado ao tracto e aspecto hediondo da culpa, familiarizado com a imagem do patíbulo escreverá, sem tremer, a sentença de condemnação. Mas, ao dá-la, a penna cairá das mãos daquelle que pela primeira vez se assentar na cadeira do magistrado, para exercer o mais terrivel dos seus deveres, o assignar uma sentença de morte.

No campo de batalha terminam-se muitas vezes mais existencias em um só dia, do que nos cadafalsos em um seculo. O soldado coberto de sangue dos inimigos, dorme tranquillo juncto dos seus cadaveres, seja veterano ou bisonho : porque não seriam, pois, tranquillas as nossas noites depois de condemnar um criminoso ao ultimo supplicio, embora fosse pela primeira vez da nossa vida, que déssemos trabalho de sangue ás mãos maldictas do algoz?

Aproveitae todas as subtilezas da ideologia para dar a razão destas differenças. Debalde as aproveitareis, se não quiserdes confessar que ao juiz clama a consciencia que o acto por elle practicado foi um absurdo cruel, em quanto diz ao soldado, que, levado ao combate ou pela salvação da patria ou por força irresistivel de tyrannos, a defesa da propria vida lhe deu o direito de pôr termo á do contrario.

Os defensores da pena de morte ainda teem uma ultima cerca donde procuram repellir os tiros dos que os accomettem. Lá os iremos buscar. Dizem que a faculdade que tem a sociedade de impor a pena ultima é o direito da defesa natural transmittida pelo individuo á republica. Parece-nos isto fugir de um absurdo para outro. Essa transmissão acaba, esse direito cessa, logo que o individuo cessa de existir: o morto precisa acaso de defesa natural? Por outra: o individuo assassinado, enterrado e talvez já corrupto, quando o seu matador é condemnado, ainda é salvo da morte com a condemnação deste? — Onde está, pois, o direito da propria defesa; onde está a legitimação do supplicio?

Se as considerações abstractas estão contra a pena de morte, vejamos se a necessidade, a inexoravel necessidade, que é a suprema lei das nações, bem como dos individuos, nos obriga a conservar nos codigos esta punição atroz. Para outro artigo guardamos a investigação deste ponto importantissimo.

II

Considerámos já em si a pena de morte: vimos que nenhuma sanção tinha nos principios constitutivos da sociedade; antes era, em respeito a elles, um absurdo contradictorio. Falta examinar a questão pelo lado da necessidade: ver, se como quer De Maistre, todo o poder, grandeza e subordinação repousam no algóz; e se a espada da justiça deve estar sempre desembainhada para ameaçar e ferir de morte. Tirae, diz aquelle fautor e apologista do despotismo, tirae do mundo o carrasco, esse agente incomprehensivel, e no mesmo instante a ordem se trocará em chãos, os ermos soverter-se-hão, a sociedade desapparecerá.

É esta a linguagem de um dos mais habéis propugnadores do absolutismo na Europa. Foi este o resultado rigorosamente logico que elle deduziu dos seus principios politicos. Qual será a deducção de principios contrarios, de

principios liberaes? Parece que a opposta. E com effeito foi a que delles deduzimos no antecedente artigo: vejamos agora qual a necessidade e a utilidade social da pena de morte.

E um facto ahi está — um facto perenne e innegavel — a historia criminal dos povos modernos, comparada com a frequencia dos supplicios. Não falaremos de epochas de convulsões politicas; porque a exaltação das paixões converte então o homem em anjo de heroismo e resignação, ou em demonio de barbaria e vileza: mas consideremos os tempos ordinarios de cada sociedade, seja qual for a sua fôrma politica de existir; vejamos se o cadafalso serve, em verdade, para reprimir crimes, porque, na falta de outros meios para alcançar aquelle fim, elle seria uma necessidade publica.

Como não é possivel chamar a juizo a historia de todas as nações da Europa, até porque escasseam aos apontamentos estatisticos desta especie na maior parte dellas, olhemos só para a França e Inglaterra.

Na França é indubitavel que ha uma repugnancia visivel á comminação da pena de morte: a guilhotina, tão rica de victimas durante a revolução, quasi que se vê hoje abandonada; e se muitas vezes a brandura e a philosophia

faltam nas leis, estão no character do povo, e na consciencia dos juizes.

A Inglaterra foi no seculo XVIII, e ainda nos segundos dez annos do reinado de Jorge III, o país classico da forca, e a pena capital, segundo Mr. Phillips, dava a Londres umas parecenças de açougue; hoje a Inglaterra está longe desta crueldade, mais ainda excede muito a França no numero das execuções annuaes.

Em França, segundo um relatorio do ministro da justiça, de 1829, vê-se que num anno, de 4475 criminosos julgados, tinham sido condemnados á morte só 89. No anno de 1833 aquele país, tendo crescido em população tinha diminuido em criminosos, pois só houve 4418, dos quaes apenas 74 foram condemnados á pena ultima.

Todos sabem que a população da Inglaterra é bastante inferior á da França. A somma dos criminosos convencidos na Grã-Bretanha era de pouco mais de 10:000 em 1829, sendo destes condemnados á pena ultima 1:311. Em 1832 houve 14:947 sentenças; não sabemos quantas de morte: mas basta-nos saber que a pena ultima imposta á nona parte dos criminosos em Inglaterra, em 1829, sendo em França, no mesmo anno, imposta á quinquagesima parte

delles, não embarçou que naquelle país a criminalidade fosse em progresso, enquanto neste foi em diminuição.

Que prova isto? Que o supplicio nada influe nas acções dos homens: que se devem buscar as causas que os levam a perpetrar delictos, para as remover, em vez de erguer cadafalsos, que destroem o criminoso, mas não impediram que elle o fosse. Um homem honrado ultrajado, não dista um passo de ser um assassino: não espereis que elle o seja, para depois o enforcardes: dae-lhe leis que tomem a seu cargo desaffrontá-lo. Um desgraçado, rodeado de filhos, sem ter um bocado de pão que lhes dê, vai converter-se num salteador da via publica; não espereis que elle o seja para depois o enforcardes: abri ao povo o caminho de ganhar a vida na lavoura, no commercio ou na industria, e os salteadores desaparecerão. Uma creança de tenra idade mostra indole perversa, annuncia para a idade viril um malvado: moderae-lhe e torcei-lhe essa indole na infancia, creando uma educação publica, que não existe; não espereis que elle seja homem e criminoso, para depois o enforcardes: guiae bem a mocidade e os crimes rarearão.

Virá alguém com dizer que no estado actual da sociedade, existindo essas causas de crimes

que apontámos, não é possível apagar dos codigos criminaes as leis escriptas com sangue? Pôr esta objecção será daqui a cincoenta annos uma vergonha: ha tambem cincoenta annos que se julgava impossivel sustentar colonias sem o tráfico dos negros: quem, sem córar, se atreverá a dizê-lo hoje? Ainda ha pouquissimos seculos, os tractos e as fogueiras eram no entender de muitos politicos instrumentos necessarios da existencia social. No tempo dos hebreus era considerado o exterminio de raças inteiras como outro elemento da sociedade. Se conhecessemos a historia primitiva do genero humano, talvez lá achassemos ainda mais horriveis necessidades sociaes.

Felizmente o progresso intellectual e moral não pára: a ultima preocupação das epochas de barbaridade passará: a palavra algoz chegará a ser um archaismo; e os cadafalsos apodrecidos e roídos dos vermes serão algum dia, um monumento dos delirios e erros do passado.

A IMPRENSA

1838

A IMPRENSA

Se a arte de escrever foi o mais admiravel invento do homem, o mais poderoso e fecundo foi certamente a imprensa. Não é ella mesma uma força, mas uma insensivel mola do mundo moral, intellectual e physico, cujos registos motores estão em toda a parte e ao alcance de todas as mãos, ainda que mão nenhuma, embora o presuma, baste só por si para a fazer jogar. Imaginavam os antigos uma urna de destinos, a que os tempos e os homens corriam sujeitos : é a imprensa a urna dos destinos trasladada para a terra ; potencia maravilhosa, formando as opiniões sem ter uma opinião, creando as vontades sem ter uma vontade, condensando ou dissipando forças sem ter força, arrastando aquelles mesmos que julgam dirigi-la, paralysando e quebrando o braço sacrílego que se lhe atreve, medrando com a prosperidade, medrando ainda mais com

a perseguição ; sol novo que o homem accendeu e não poderia apagar, sol que alumia ou aquece, deslumbra ou abraza, desinvolve flores e fructos, venenos e serpentes ! E' a imprensa o maior facto da sociedade moderna, o que marcou a maior epocha da historia universal, fazendo surgir a revolução mãe, a revolução das revoluções, a revolução por excellencia. Se a civilização progride com tanta rapidez, a este seu invento o deve, que se tornou o seu carro triumphal, que movido por vapor ou por electricidade, arremette com todos os caminhos ferrados ou pedregosos, devora com igual facilidade os plainos e os alcantis, passa por cima de todos os obstaculos e inimigos, e lá vai para o horizonte incognito que Deus lhe tem apontado.

Quantos milhares de cabeças na hora em que isto escrevemos se estão em toda a superficie do globo repassando da palavra imprensa ! Em quantos infantes ou adolescentes se está formando o homem futuro, e quanta virilidade apparelhando para grandes cousas ! Quantos centenares e milhares de pennas estão neste momento lançando para dentro deste vaso, sempre em fervura, os mistos mais extranhos ; a verdade, o sophisma, a mentira ; a impiedade ou a fé, o fel da calumnia ou incenso da lisonja, a caridade ou o ódio, a innocencia ou

corrupção, a honra ou o desaforo, a animação ou o desalento, as sementes da paz ou as da guerra! Quando se imagina esta immensa e afogueada lida do incançavel e contradictorio espirito humano, cuida-se estar vendo aquella temerosa magica Medéa, como no-la pinta Ovidio, cozinhando todo o genero de drogas, para apurar o líquido milagroso que havia de restituir a mocidade a um velho decrepito. O pau secco de oliveira com que ella mexia o misto em cachão, reverdeceu, brotou folhas e azeitonas, nos diz o poeta; a terra embebendo as espumas que do vaso transbordavam, relvou e floriu, e o caduco Eson, injectado que lhe foi o remédio, reappareceu menino, fresco e viçoso. Sim, por arte tal concertou Deus o mundo, que houvessem os bens de nascer da mistura de bens e males, para que nada houvesse que fosse extreme e absoluto mal, e nada tambem que fosse o bem perfeito antes da outra vida.

Ao som de benções e maldicções vai portanto a imprensa preparando e operando a metamorphose e renovação do orbe. A bons fins a guie Deus, que só Deus já agora lhe é superior.

A liberdade de imprensa é um dogma, o primeiro da religião politica moderna, e para muitos até um axioma de philosophia: uma

potencia essencialmente superior a todas forçosamente é livre. Fique portanto dogma e axioma, porém entenda-se qual é o sentido que neste caso cabe á palavra liberdade. Nisto variam os auctores. Em geral os mais sisudos e moraes circumscrevem-lhe os limites onde a nossa natureza marcou os do justo; outros menos generosos e mais interesseiros, extendem-na até aos confins do util, palavra eternamente vaga pelo perpetuo conflicto das utilidades maiores com as menores, das maiores ou das menores entre si, das da humanidade com as da patria, das da patria com as da cidade, das da cidade com as da familia, das da familia com as do sujeito, das utilidades dos contemporaneos com as dos vindouros, das materiaes com as espirituaes, das politicas com as religiosas: outros em fim não lhe querem raias algumas, e esses são os homens das theorias, que ainda nem sequer sondaram o vestíbulo da escola do mundo real; são corações magnanimos que veem o mundo de formosas cores, porque o olham pelo seu prisma interior, ou corações perversos, a quem não importa o sacrificio das famas porque não teem um nome, nem o dos bens porque não teem que perder, nem o da paz porque só após a guerra vem o saque, nem o da verdade por-

que não a conhecem, nem o da virtude porque nunca lhe saborearam as delicias. A opinião desses é monstruosa porque é extrema e não menos absurda que a da abolição da imprensa, que é o outro extremo opposto. Não imprimir nada ou imprimir tudo, são em muitos sentidos uma só e a mesma cousa: mas não falamos aqui senão em relação á moral e á politica.

A imprensa moderada produz a verdade e a animação para o bem: o silencio da imprensa ou o delirio phrenetico da imprensa, ennublam a verdade, tiram a energia e o gosto do bem, fazem que a opinião tornada fallivel, nem seja premio a bons nem castigo a máus, porque máus e bons a desprezam, como ella merece: quando se póde chamar e se chama ladrão a todos, o que o é consola-se com a honrada companhia em que o metteram; o que o não era, talvez, e até por despeito, se decide a aproveitar os prós do officio, de que já lhe fizeram soffrer os precalços. A applicação copiosa e injusta da pena, quebrou-lhe o que ella tinha de doloroso, creou uma especie de impunidade, equivalente a uma mudez profunda da opinião. E' uma faculdade natural a palavra, nos dizem: quem o nega? Tambem o usar das mãos e forças physicas é uma faculdade natural, e comtudo não se segue dahi que

o filho possa enforçar o pae, o pae esfolar os filhos, o vizinho apedrejar os vizinhos, nem o passageiro lançar fogo á minha propriedade. Tem a sociedade direito á sua felicidade e bom regimento, e cada um dos membros della a tudo o que não prejudica os outros, a todos os seus commodos possiveis, e principalmente, note-se bem isto, principalmente ao seu credito, porque o credito é mais bem e mais nosso, mais digno de se velar com ciumes do que os bens exteriores e passageiros da fortuna. Todo aquelle, portanto, que violar este patrimonio dos individuos ou das sociedades, transgrediu os limites da justa liberdade, e se a sociedade o não punisse, deixaria talvez em boa philosophia, o direito, e em alguns casos ao offendido a obrigação de o punir.

Outra prova de quanto é verdadeira a theoria dos extremos, é que a liberdade sobeja nos escrevedores se converte numa verdadeira escravidão para os outros. Quando um homem se arvorou a si mesmo em censor publico, quando de dia e de noute elle e seus cumplices andam devassando para pôr ao olho do sol os segredos das familias, as acções irresponsaveis os particulares, quando condemna e infama por apparencias, quando torce e adultéra factos, quando de possibilidades faz probabili-

dades e das probabilidades certas, quando lança ao publico tudo quanto sonhou depois de farto e embriagado com o preço das lagrymas alheias, ou tudo quanto ouviu da bocca de outros calumniadores, que de proposito e para fins particulares, semeiam o escandalo ; quando em fim um tal homem mais infame do que o carrasco, porque assassina sem processo, porque assassina culpados e innocentes, porque assassina na alma e não no corpo, porque assassina por dinheiro e sem que ninguem o obrigue a assassinar ; quando um tal homem, digo, chama todos os dias o povo a applaudir o espectaculo mais immoral que ao povo se pôde apresentar, e para o embrutecer de todo lhe tem perennemente aberto um circo como o dos antigos romanos, em que elle e outras fêras devoram os justos, e consumam, entre risos, verdadeiros martyrios, onde está já ahi a liberdade dos cidadãos? As cousas que a lei lhes não prohibe, tambem lh'as não prohibiu mas pune-lh'as este executor da baixa injustiça. Se foi visto conversar com o seu amigo ou com o seu conhecido, são dous conspiradores que tramam uma revolução. A casa que frequenta é por força um club tenebroso. Se escreve o que a sua consciencia lhe dicta, vendeu-se. Se é magistrado e teve a desgraça de

condemnar um criminoso compadre desse déspota obscuro, provocam-se contra elle os punhaes. Se pugna peia ordem, é um inimigo do progresso que deve ser exterminado. Se préga o respeito ás leis e á auctoridade, denuncia-se ás virtuosas massas como traidor. Se aspira a um logar onde sirva a sua patria, e donde lucre uma fatia de pão para a sua mulher e filhos, é um ambicioso: se o obteve e o exercita, ainda que sua mulher, seus filhos e elle continuem a morrer á fome, é um devorador da substancia publica. Que digo! Se tivesstes a desventura de nascer com uma perna torta, se uma enfermidade vos desfigurou o rosto, se uma bala vos mutilou, se a idade vos despiu a cabeça de cans, tudo isso são crimes que lá virão a terreiro, quando as verdades ou as calumnias não bastarem para encher a folha do dia seguinte, e, por já ter soado a meia noute, foi necessario mandar alguma cousa para a imprensa, para que no outro dia, logo pela manhã, não falte ao povo, ás horas do almoço, o picado de carne humana.

Desta maneira é evidente que a liberdade que sobeja sob a penna desse minotauro, fica faltando em igual proporção no resto do publico, que tem nelle um tyranno absoluto; e centenaes de pessoas honestas deixarão de

fazer o que todas as leis divinas e humanas lhes permittiam, deixarão até de sair de suas casas, só para se não exporem a ser avistadas pelos collaboradores, que por ahi andam derramados á caça de artigos, não só como espiões mas como verdadeiro bando de assassinos.

A liberdade de imprensa, como as demais liberdades, deve, portanto, ter a sua medida e esta medida não pode ser outra senão a que naturalmente limita todas essas liberdades para que possam coexistir em proveito de todos os cidadãos. E assim, até onde chegar a esphera de acção do corpo social, não se deve por modo algum permittir que aquella liberdade degenera em licença para infamar ; aliás um vergonhoso absurdo se apresentaria qual o da penna de um *quidam* podendo mais que o sceptro e que a vara da justiça, qual o de um particular alevantando-se por cima das leis e da ordem publica. Tal espectáculo é injusto e iniquo, é immoralissimo e summamente perigoso, porque abre porta ás vinganças, que os offendidos tomarão por direito natural quando as leis não os protejam e elles o puderem fazer impunemente ; emfim é barbaro e vergonhoso numa sociedade civilizada. Lemos nós com espanto o que os viajantes nos

referem de países de anthropophagos onde ha açougues de carne humana : não se espantariam esses selvagens, se lhes fossem dizer, que em nossa Europa ha lojas onde se vende todos os dias por preço módico o pudor dos cidadãos pequenos e grandes, reis, ministros, magistrados, plebeus, homens e mulheres, bons e máus, de todos enfim, excepto dos que fazem esse tráfico, pela unica razão de que não teem esses, nem terão nunca vergonha que vender? Contradictorio e incrível é enfim esse espectaculo nas sociedades onde o que rouba, ainda que seja um lenço, o que fere, ainda que lévemente, o que na rua injuria pela palavra ainda que com razão, são presos e punidos segundo as leis. A liberdade de censurar deve, portanto, nós o repetimos, começar onde a liberdade social tiver parado ; e ainda então os que se investirem na terrivel magistratura de censores publicos, devem tremer da immensa responsabilidade que lhes impende. Sabe um desses homens deshumanos todas as consequencias que póde ter a setta envenenada, que no fundo do seu gabinete dispara contra um homem que lá anda pelo meio do povo, que terá filhos a quem legar o nome e subsistencia? Não, elles não o sabem, e nem a maior parte das vezes esses sicarios teem nome, nem

filhos, nem futuro. Não são homens porque abjuraram a humanidade ; nem cidadãos porque turbam a cidade ; nem liberaes porque desacatam as leis e os poderes constituídos ; nem virtuosos inexoraveis porque a virtude é benevola ; nem do povo, ainda que d'elle se digam, porque a canallia não é o povo ; nem sequer escriptores porque toda a especie de talento e de instrucção lhes falta.

Ha, nem podia deixar de haver em todos os países livres uma lei de restricções para a imprensa. Não examinaremos a nossa ; o que se escreveu escreveu-se ; é lei, respeitemol-a, e como lei desejaremos vê-la rigorosamente observada. Não denunciaremos ninguem, mas lembramos ás auctoridades encarregadas dessa parte da ordem publica, magistrados verdadeiramente liberaes e sabios, que sejam neste particular vigilantes, inexoraveis e fortissimos ; não deixem correr impunemente archotes nas mãos de furiosos, por cima de uma mina atacada de polvora e fendida por todas as partes¹.

¹ Estas ultimas expressões e algumas outras vehemencias de linguagem do artigo, bem denunciavam a guerra aberta do auctor contra os setembris-

tas mais exaltados, que nas suas folhas o atacavam desbragadamente e para os quaes parecia não existir outro ideal que não fosse a revolução chronica das ruas. Quanto á doutrina do artigo é a mesma que o auctor applicou sempre a todas as liberdades individuaes, convindo, todavia, para a sua completa intelligencia, que exponhamos aqui o transumpto de uma breve oração que sobre a materia elle proferiu na sessão de 1840, da camara dos deputados. Estava em discussão uma proposta governamental de lei de imprensa exigindo habilitações dispendiosas para a publicação de jornaes politicos, e A. Herculano impugnou-a. — Classificando os abusos de imprensa em abusos contra a segurança do estado, a religião, a moral publica e a honra dos cidadãos, declarava que nenhuma duvida teria de aprovar uma lei que definisse com clareza esses delictos e lhes applicasse penas severas, provendo tambem á organização de tribunaes adequados ao seu julgamento. Porém o governo não vinha regular mas restringir a liberdade de imprensa, querendo que ella fosse privilegio de quem dispusesse de largos recursos pecuniarios para se habilitar, e elle orador votava contra esta e semelhantes disposições de character preventivo; porquanto, regular um direito de todos, tão importante como o de que se tractava, não era privar d'elle a maioria dos cidadãos. Reputava, pois, a proposta do governo inconstitucional e contraria aos principios liberaes.

DA ESCHOLA POLYTECHNICA
E
DO COLLEGIO DOS NOBRES

1841

Em um dos ultimos dias que precederam o adiamento da camara dos deputados na presente sessão de 1841, distribuiu-se alli, conjunctamente com o *Diario do Governo*, um papel impresso, cujo titulo era: *Analyse ao Parecer da Commissão d'Instrucção Publica da Camara dos Senhores Deputados sobre o Projecto de Lei n.º 58-A*.

Tendo pertencido no anno antecedente áquella commissão e havendo sido encarregado por ella de redigir, á vista das opiniões dos seus membros, o parecer analysado, li attentamente o papel que me fora distribuido. Era materia delle a defensão do projecto de lei do deputado por Lamego, sr. José Manuel Botelho, para a extincção da escola polytechnica e restabelecimento do collegio dos nobres, e a impugnação do parecer da commissão d'instrucção publica, no qual se propunha á camara a rejeição do referido projecto.

Apesar da nenhuma importancia da analyse, onde nem uma só reflexão de monta, nem um só raciocinio concludente, e porventura nem um só facto, que não fosse ou inexacto ou torcido, se encontrava, todavia persuadi-me de que algum dos membros da actual commissão, os quaes na sua maioria tinham pertencido á anterior, tomaria a seu cargo responder a esse papel, não tanto pela substancia delle, que bem enfezado e desconjunctado veio o misero á luz deste mundo, mas porque, trasida assim a questão para o campo da imprensa, cumpria que tambem ahi se pleiteasse o negocio, afim de se não perverter a opinião geral ácerca da capacidade da commissão d'instrucção publica, na qual dos seus primitivos membros só faltamos eu e os meus amigos os senhores Ferrer e Nazareth, que a maioria da camara prudentemente alliviou desse encargo como menos aptos para elle.

Não succedeu, porém, o que eu esperava : a commissão deixou sem resposta a analyse, talvez porque, attendendo só á valia intrinseca e absoluta della, não ponderou que alguém faria crer aos incautos e inscientes, que o parecer tinha sido pulverizado, e que a pobre commissão fora constrangida ao silencio. Com effeito assim se verificou. Afastado dos ne-

gócios politicos ; longe das ambições mesquinhas e torpes, que não hesitam em sacrificar as conveniencias publicas aos interesses particulares, cá me soou no meu retiro que a boa da analyse andava senhoril e donosa por gabinetes e praças, levada em triumpho tal, que não bastaria a descrevê-lo a penna de Amador Arraes ; que por ella se jurava a morte da eschola polytechnica e o exalçamento glorioso do collegio dos nobres, com as opas, sotainas, fitas e medalhas, gregos, latins, rhetoricas, esgrimas, danças e mais petrechos, a que, com muitissima graça, se chama, creio eu, *elementos de uma educação liberal* ; que já as paredes dessa famosa cozinha, perfumada durante mais de meio seculo pelos vapores suavissimos de saborosos guisados, hoje barbaramente convertida em laboratorio chimico e empestada por moxinifadas que o proprio satanaz revelou a Loivisier para perder o genero humano ; que essas paredes, digo, como que já sorriam á esperanza de um olhar futuro, e que os echos das abobadas do venerando edificio, obrigados a repetir hoje o latim arrevesado, os grecismos endiabrados dos naturalistas, physicos, chimicos e mathematicos, se apri-moravam e puliam para repercutir a melodiosa declinação de *hora horae*, os sonoros aoristos

do verbo *tio* e os compassados galopes da contradança e da equitação ; que, emfim, os nomes dos membros da commissão d'instrucção publica, assignalados com o ferrete da ignorancia, pregados no pelourinho daquelle analyse, seriam talvez legados á posteridade, como a estatua de Leclerc, para todos os que passassem lhes cuspirem affrontas, até a consuminação dos seculos.

É necessario confessar que este fado fora atroz ! E eu, pobre verme, que passo na terra para morrer e esquecer, affligi-me por mim, com essa sentença que ia ferir nomes illustres e que me pareceu absurda e injusta. Então, na falta de melhor defensor, escrevi tambem um papel, levado não só das considerações de legitimo amor proprio, mas porque é notorio haver uma conspiração de interesses apoucados e nojentos para destruir a eschola polytechnica, o que na minha humilde opinião é uma calamidade para a já tão desprezada, mal organizada e cachetica instrucção publica do nosso país.

I

Em trez pontos se divide a questão alevantada pelo projecto de lei do sr. deputado por Lamego, ácerca do restabelecimento do collegio dos nobres e destruição da eschola polytechnica : — questão sobre a origem da dotação em bens da fazenda, que passou daquelle para este instituto ; — questão da importancia litteraria relativa entre ambos ; — questão d'economia, quanto á despesa que faziam os estabelecimentos supprimidos pela criação da eschola, comparada com a que esta faz actualmente á nação.

Principal e importantissima chama o Auctor da analyse á primeira : aqui descobre elle o seu intimo pensamento com uma singeleza e verdade evangelicas : nisto se resume, com effeito, toda a grita e matinada erguida contra a eschola polytechnica. Reconheço que é duro ver resolver em fumo á roda de nós commodos, regalos, prós e precalços : dahi

nascem em grande parte os pleitos civis. Quem gosava os proventos de propriedade mal possuida, não deixa de lamentar-se, estorcer-se e raivar, quando chega o dia da justiça. Na mesma camara onde appareceu o engraçadissimo projecto de foraes, em que se dizia que a extincção delles era um roubo, devia ser apresentado outro em que se dissesse que a extincção do collegio dos nobres era um sacrilegio. Com o restabelecimento das ordenanças, o cyclo dos poemas horoe-comicos dos donatarios da coroa ficava completo : berço de purpura e ouro para a infancia ; bailes, esgrima e equitação para a juventude ; bastão de alcaide ou capitão-mór para a idade grave, eis uma vida de invejar e ao mesmo tempo de honra e gloria para a patria. Como na *Tempestade* de Shakespeare os espiritos dançando á roda da mesa do banquete dão mutuamente as mãos, assim entre estes projectos ha uma cadeia invisivel, um pensamento unico. Receio porém (e receio sinceramente) que tambem, como no velho drama inglêz, algum Ariel convertido em harpia venha e arrebate tudo, rasgando até os mantens.

Mas, deixando estas reflexões tristes, que não produzem senão calumnias covardes e insultos insolentes para o triste que ousa fazê-

las na sinceridade do seu coração, venhamos ao primeiro ponto da questão, *principal e importantissimo* segundo o Auctor da analyse.

No projecto de lei do Sr. deputado por Lamego, e no parecer da commissão d'instrução publica, que no fim se acharão como provas¹, está em resumo a historia da testamentaria do almirante de Castella, que formou parte da dotação do collegio, e da qual suppomos que já não existe o documento original, o testamento, mas apenas uma copia d'elle, sem fé publica, lançada em um livro do cartorio do dicto collegio. Quando o parecer da commissão foi exarado, faltavam aos membros desta, occupados com as obrigações de deputados, o tempo e os meios para apurar a historia dessa testamentaria ; por isso se contentaram nessa parte com os factos apontados no relatorio do projecto de lei, e foi desses mesmos factos e da lettra do testamento, que deduziram os argumentos para provar que o governo estava auctorizado a extinguir o collegio, e dar aos seus bens uma applicação diversa. Cumpre, porém, hoje pôr esta materia á sua verdadeira luz.

Tanto no relatorio que precede o projecto

¹ Veja a nota que se segue ao capitulo final.

de lei, como na analyse se inculca um facto inteiramente falso, isto é, que os jesuitas, acceitando a testamentaria do almirante, passaram a comprar o terreno em que está construido o edificio da eschola polytechnica; alevantaram este, estabeleceram na igreja delles as capellas instituidas pelo testador, denominaram o novo noviciado — da Senhora da Conceição, — e começaram a educar ahi missionarios para irem prégar o evangelho aos infieis. Nada disto assim succedeu.

O actual edificio da eschola polytechnica foi fundado em 1603, sendo o terreno d'elle dado á companhia por Fernão Telles de Menezes, governador da India em tempo de Philippe II; os bens que o fundador doou para este objecto áquella congregação montavam ao valor de vinte mil cruzados, somma avultada ainda naquella epocha. O titulo da nova casa foi — de Nossa Senhora da Assumpção, e em 1619 estavam acabados os lanços que olham para o poente, nascente e sul e a igreja como actualmente existe, porque um negociante flamengo, que entrou na companhia, applicou a essa obra todos os grossos cabedaes que possuia. Então o noviciado, que até ahi estivera na quinta de Campolide, uma das que deixara Fernão Telles de Menezes, se mudou para a nova resi-

dencia, onde subsistiu até a expulsão daquella ordem. O P. Franco na obra intitulada — *Imagem da virtude em Lisboa*, nos capitulos 2.º e 3.º do livro 1.º, narra miudamente este negocio, e provavelmente elle sabia melhor a historia da sua congregação que o senhor deputado por Lamego, ou o Auctor da analyse, que dizem o contrario disto.

Até a extincção dos jesuitas este noviciado conservou o titulo — da Senhora d'Assumpção. Em 1758 lhe dava essa denominação o P. João Baptista de Castro (Mappa de Port. tomo 5. pag. 483-4) accrescentando: «experimentou este templo seu destroço (com o terramoto) *mas já se acha restabelecido.*»

O citado P. Franco, individuando todos os que contribuíram, ainda com legados minimos, para a feitura daquella casa, conta por ultimo o P. Miguel Dias, que nella vivia em 1717, epocha da impressão da *Imagem da Virtude em Lisboa*, e nem a mais remota allusão faz ao almirante de Castella, cuja herança tão avultada era.

Donde, pois, nascerá o querer-se inculcar a idéa de que tudo quanto constituia a dotação do collegio provinha da testamentaria de D. João Thomaz Henriques, cujo testamento tem a data de 1705? Será da má fé, ou da

ignorancia? Farei o favor de suppor que os Auctores do projecto e da analyse ignoram que o anno de 1603 passou muito antes do de 1705, e que o de 1717 é posterior a este.

Em seis ou sete logares do testamento do almirante se fala do noviciado *que se havia de fundar*, como de uma cousa futura ; nem de outro modo podia ser, visto que a execução desse testamento dependia do resultado da guerra da successão, facto que foi resolvido em 1713 pelo tractado de Utrecht. Era então que os jesuitas podiam saber se o logar dessa fundação era Lisboa ou Madrid. Mas aquelles sanctos varões parece que nunca reconheceram Philippe V, e talvez estribados em alguma distincção theologica, foram devorando os rendimentos da testamentaria sem curarem do *nuevo noviciado titulo de Nuestra Señora de la Concepcion*, que o bom almirante tinha tanto a peito fosse edificado.

De duas cousas uma : ou os jesuitas adjudicaram a testamentaria ao noviciado da Senhora d'Assumpção, ou não o fizeram, e conservaram em seu poder essa herança desde 1713 até a sua expulsão, sem cumprirem a vontade do testador, visto que este ordenava se edificasse o *nuevo noviciado* em Lisboa, logo que se decidisse contra o archiduque Car-

los a questão de Hespanha, completamente perdida para este desde a paz d'Utrecht.

Se o Auctor da analyse acceitar a primeira hypothese, que apesar de falsa lhe é mais favoravel, fica provado que a vontade do testador foi offendida, pois o noviciado nem era *nuevo* nem de *Nuestra Señora de la Concepcion*, caso grave no entender do Auctor da analyse; e se os parentes do almirante não vieram então revindicar essa herança das mãos dos jesuitas, de certo o não farão agora que teem decorrido 130 annos bem medidos por cima dos ossos do honrado castelhano: se preferir a segunda hypothese, que suppomos ser a verdadeira, dobrada razão havia para já ter sido feita ha um seculo essa revindicação, porque em tal caso mais flagrante fora o não cumprimento da ultima vontade do testador.

Se eu me persuadissemos de que os jesuitas tinham sabido arranjar o negocio de modo que essa casa da Cotovia ficasse sendo, relativamente aos bens doados por Fernão Telles, o noviciado da Senhora da Assumpção fundado em 1603, e relativamente aos bens legados pelo almirante o noviciado da Senhora da Conceição fundado em (?), não só creia quantas calumnias o marquez de Pombal disse da companhia no livro que pôs ás costas de José de Seabra,

chamado Deducção Chronologica, mas até creeria que os jesuitas eram capazes de realizar impossiveis, isto é, fazer que duas cousas diversas fossem uma só, ou que uma só fosse duas.

Desejaria eu que o auctor da analyse me dissesse o mez, o anno e o logar em que se lançou a primeira pedra do *novo* noviciado da companhia debaixo do titulo da Senhora da Conceição, em cumprimento da mui explicita e terminante disposição do testamento de D. João Thomaz Henriques. Era este um ponto de archeologia monumental que muito me importava não ignorar.

O que tudo isto vem a ser é uma deploravel miseria.

Tinha a commissão ponderado, e no meu entender com justo fundamento, que se pela falta do titulo da Senhora da Conceição e das opas, garnachas ou balandraus dos collegiaes, que, no entender do Auctor da analyse, parece que substituiam piamente as sotainas jesuiticas, corria a fazenda publica o risco de uma acção de revindicação, por maioria de razão a devia recear por legados pios, impostos nos bens dos conventos e mosteiros e não cumpridos pela maior parte, desde a incorporação delles nos proprios da nação.

O Auctor da analyse destroe este raciocinio com duas palavras. Diz que — «os bens dos mosteiros e conventos são absolutamente casos differentes; porque eram doações de bens proprios do Estado, para usufructo das ordens, que só eram administradoras, e não podiam alienar, e por consequencia o governo doava do que então era seu e podia doar; e já se vê que, não existindo os usufructuarios, que o mesmo governo tinha o poder e direito d'extinguir, os bens reverteram á sua origem pelos mesmos titulos, e porque não eram proprios, nem podiam ser, e ainda que o fossem havia herdeiros a elles, pois é sabido que os frades não podiam possuir bens alguns, e portanto tambem não podiam, nem tinham que testar.»

Fiquei extasiado quando li este periodo! Confesso com a mão na consciencia, que nunca vi algaravia semelhante, apesar de ter visto bastante typo e papel estragados. Um fardo apertado em prensa hydraulica difficultosamente será tão macisso, como o feixe de dispartes que encerram essas poucas linhas. Pois os bens dos mosteiros, *que eram casos e eram doações* (faltou chamar-lhes *distincções* para termos nelles um curso de grammatica, direito e theologia) eram todos originariamente bens da coroa? Que o Auctor da ana-

lyse se approxime do primeiro cartorio monastico que lhe ficar a geito, abra o primeiro masso de doações ou cartas de testamento que lhe caír nas mãos, leia, se poder entrar com elle o primeiro pergaminho que achar, e terá nove probabilidades contra uma de encontrar nelle alguma doação particular. É preciso ter trasido toda a vida, não digo já os olhos e ouvidos cerrados para nunca saber os mais superficiaes rudimentos da historia economica do nosso país, mas até os póros betumados de modo que nem deixem transsudar no espirito esses rudimentos, para affirmar semelhante despropósito, que em verdade não merece resposta. Agora por outra parte, se o Auctor quer saber se porventura as ordens monasticas podiam alienar seus bens, pergunte a qualquer jurisconsulto o que determinavam as leis d'amortisação, estabelecidas entre nós desde o começo da monarchia, e postas tantas vezes em novo vigor, quantas o abuso as tinha feito esquecer. Mas para que gastar tempo em esmiuçar uma enfiada de cousas, que constituem aquillo que os ingleses chamam um perfeitissimo *nonsense*?

Diz o Auctor da famosa analyse, que é bem singular a comparação do noviciado dos jesuitas com o collegio dos nobres, feita pela

commissão. Pouco importa saber se tal comparação é singular : o que importava era averiguar se ella vinha a ponto, e servia para o intento de provar que era um descommunal destempero pretender que o collegio dos nobres fosse apenas uma leve transformação ou antes continuação do noviciado jesuitico. Para refutar tão ridiculo sophisma foi que a triste commissão d'instrucção publica da camara dos deputados, comparou o instituto e fins do noviciado com o instituto e fins do collegio, e dahi concluiu que nenhuma paridade havia entre as duas cousas ; e eu torno a repetir que ha tanta analogia entre ellas como entre o preto e o branco, entre o mar e a terra, entre o Auctor da analyse e um homem que saiba grammatica, logica e historia. O que, porém, iguala, senão vence, qualquer das melhores scenas de Molière é ver, tanto no relatorio do projecto como na analyse, os Auctores destes dous papeis immortaes, cheios de sancto respeito pela memoria do marquez de Pombal, como Cesar perante a imagem da patria na passagem do Rubicon, desbarretarem-se e curvarem-se ante o nome do grande ministro, senão em cada linha, ao menos em cada paragrapho, mas no tocante á natureza, indole, e objecto do collegio dos nobres, dizerem-lhe sem ceri-

monia : « mentes, oh grande ministro ! » Com effeito, o marquez de Pombal assevera no preambulo do regulamento deste instituto que o seu intuito era fazer resurgir nesta nova creação os antigos collegios de *S. Miguel* e de *Todos os Sanctos*, estragado se successivamente anniquilados pelos jesuitas, a quem o marquez attribue a decadencia litteraria de Portugal como lhes costumava attribuir, creio eu, até o demasiado frio, ou o excessivo calor. Já se vê, portanto, que bem longe de instituir no novo collegio uma reminiscencia jesuitica, era o apagá-las todas que elle tinha em mira ; e de certo que Sebastião José de Carvalho entendia, como a commissão d'instrucção publica, que o collegio não só nada tinha com um noviciado da companhia, mas até lhe era diametralmente opposto em indole e fins ; aliás o largo preambulo daquelles estatutos seria um absurdo, uma especie de projecto de lei n.º 58-A, ou uma casta d'analyse como a que serve de contraforte a essa magnifica peça d'architectura legislativa.

Neste ponto me vejo eu constrangido a mudar de tom e a tractar séria e severamente o que na verdade o não merecera, se a dobrez e má fé pudessem jamais ser apenas ridiculas, ainda quando afogadas em um tremedal d'iné-

peias. Tinha dito o sr. deputado redactor do projecto de lei n.º 58, no seu relatorio — «*Pela extincção dos Jesuitas conhecendo o governo que aquelles bens não eram delles instituiu o denominado Collegio dos Nobres com os mesmos onus, etc.*» — Diz o Auctor da analyse — «*a escola não se intitula Collegio de N. S. da Conceição, como determina o testamento que posto este objecto seja pela Commissão tractado bem levemente, contudo é vontade expressa do testador (pobre grammatica!) e tanta consideração mereceu esta circumstancia ao Senhor D. José 1.º, que não só deu igual denominação ao Collegio Real dos Nobres, porém, etc.*» — Deixando de parte a trapaça de confundir *noviciado e collegio*, com o dizer que o testamenteiro determina, que o novo instituto se intitule collegio de Nossa Senhora da Conceição, quando o que nesse papel se dispõe é a instituição de um noviciado; deixando de parte, digo, esta esperteza aldeã¹, farei só uma observação sobre o que se contém nas duas passagens citadas, e conhecer-se-ha a boa fé dos pios restauradores do colle-

¹ Foi desde aqui até fim do capítulo que o Auctor passou os traços em cheio de que falamos na *Advertencia*.

gio dos nobres. Esta observação é simplicissima : --a data da carta de lei da instituição do collegio é de 7 de março de 1761, e a da carta de doação da testamentaria do almirante de Castella *e dos bens do noviciado da Cotozia*, feita ao mesmo collegio, é de 12 d'outubro de 1765 : de modo que veio a causa quasi cinco annos depois do effeito! — O nome que isto merece não serei eu quem o lance sobre o papel, a consciencia dirá a alguem qual elle seja.

É reprehendida a commissão pelo A. da analyse de ter tractado levemente a questão do titulo de Nossa Senhora da Conceição, conservado pelo collegio, e não pela eschola polytechnica, o que constitue, segundo o A. da analyse, um dos ponderosos motivos para a extincção della. A commissão tractou este objecto como todo e qualquer homem sensato o tractaria, e persuadiu-se de que ninguem veria nisso o menoscabo da religião, que de certo modo se lhe pretende attribuir. Membros tinha essa commissão, cujas opiniões em materia de crença são assás conhecidas, para que se não pudesse duvidar um momento do seu respeito á divina philosophia do Calvario. Mas cumpre que eu diga ao A. da analyse, que o christianismo não consiste em apoiar no céu interesses mesquinhos da terra ; que sómente

aquelles que não tem a seu favor razões ou factos, são os que costumam invocar o nome de Deus ou dos sanctos, para resolverem questões materiaes e positivas; e que Jesu-Christo, o qual, em cousas de religião, sabia ao menos tanto como o mui ascetico A. da analyse, preferia os publicanos e gentios aos escribas e phariseus, porque para elle, entre todos os vícios e crimes que se aninham no coração humano, o mais atroz e detestavel era a hypocrisia. Com effeito, que significa no seculo actual occupar uma camara legislativa com questões de beatas? Que tem o sublime evangelho do Crucificado com o dominar-se tal ou tal edificio da Senhora da Conceição, da Assumpção, das Dores, da Piedade ou doutra qualquer invocação? Que tem com isso a moral publica ou as virtudes privadas? O que é verdade é que se o collegio dos nobres conservou algum vestigio do noviciado da Coto-via, foi á força d'inspirar as artimanhas jesuíticas que fizeram apparecer no anno de 1840 um paragrapho inédito e de materia nova, para addiccionar ao capitulo das unhas bentas, que se lê em certo livro attribuido a um dos mais celebres membros da companhia de Jesus.

Se eu quisesse tocar em todos os erros, inexactidões e miserias, que, tanto no relato-

rio do projecto de lei como na analyse, se encontram ácerca da origem, natureza e circumstancias desses bens que hoje constituem a dotação da escola polytechnica, faria um livro bem extenso e bem impertinente, porque a substancia do commentario havia forçosamente de ser da mesma especie da do texto; mas não posso deixar de notar a insistencia verdadeiramente comica com que se repete que não foram os jesuitas os herdeiros do almirante, mas sim Nossa Senhora da Conceição. Como o A. da analyse foi membro da junta da fazenda do collegio, desejaria eu que elle publicasse as contas correntes do noviçado da Cotovia, para se ver a importancia das remessas dos rendimentos que os jesuitas mandavam para o céu, e como elles faziam a divisão desses rendimentos, -- os da testamentaria do almirante para a Senhora da Conceição e os da herança de Fernão Telles para a Senhora da Assumpção, *sua sanctissima irmã*. Nem seria de menos curiosidade o saber o nome do honrado mercador que lhes dava as lettras de cambio sacadas sobre algum dos banqueiros celestiaes, porque era esse um nome digno de preencher a lacuna deixada no catalogo dos sanctos, pela suppressão do de Bento José Labre, que a Rota-Romana pôs fóra do

Santorai, por ter sido o que muita gente é neste valle de lagrimas, embusteiro e hypocrita.

Deixemos já esta *principal e importantissima* questão dos bens do collegio ; questão de sandices historicas, juridicas e canonicas : questão de opas e bentinhos, balandraus e garnachas ; questão entre productos chimicos e productos culinarios ; questão fétida de cubiça e egoismo, a qual era na verdade mais digna d'escarneo que de grave discussão ; porque ha neste mundo cousas tão ridiculas, que tractadas sériamente communicam a quem cai nesse erro uma boa porção da qualidade caracteristica da sua natureza.

II

Quando o genero humano, no seu caminhar continuo para a perfectibilidade de que ainda está tão remoto, e a que nunca chegará porventura, é agitado por uma idéa profundamente progressiva ; quando as nações peregrinas na estrada infinita da civilização se lançam rapidamente para o futuro, forçoso é que essa idéa se incarne em todos os modos d'existir das sociedades, e que cada um delles sirva para a fazer triumphar : se em uma ou outra das fórmulas sociaes da actualidade ha harmonia com a idéa que representa o futuro, esta a pule, melhora e completa : se pelo contrario entre o que existe e o que deve existir ha desharmonia, o pensamento que representa os factos que hão-de ser, ou transforma ou destroe os factos que são, porque o resultado da lucta entre o passado e o porvir nunca é duvidoso, ainda quando a favor daquelle e contra este esteja casualmente a força material e

ainda a moral, os interesses, os habitos e a inércia natural do homem. Clara é a razão disso : os dias das nações são os annos, em quanto os annos para os individuos são a vida : o sepulchro rareia de hora a hora as fileiras dos defensores das instituições decrépitas ; de hora a hora engrossa o berço as alas dos que pelejam sob o estandarte da esperança. Assim o progresso social, lento e imperceptivel muitas vezes para os individuos, é rapido para as nações. A todos os momentos, no vasto cemiterio dos seculos chamado historia, se grava sobre as campas das leis e dos factos, dos costumes e das gerações, das opiniões e dos homens um momento para a curiosidade, para a experiencia e muitas vezes para o escarneo. Nisto me parece resumirem-se os annaes de todos os povos : isto é, a substancia do que se tem passado entre nós desde o anno de 1833.

Com effeito, quem póde duvidar de que a sociedade portuguesa, revolta sobre os seus antigos fundamentos, transformou a propria existencia? Quem póde duvidar de que a classe média, ensaiando as forças adquiridas lentamente, invade todo o genero de dominio, e extendendo uma das mãos para as torres de menagem e a outra para as choupanas col-

inadas, diz ao nobre que desça ao humilde que se alevante? Quem lhe disputa hoje a palma da intelligencia, da propriedade e da industria? A idéa de liberdade civil e politica, idéa progressiva e de transformação é representada por essa classe que, por isso, é forte e dominadora e para ella e por ella se traçam e aperfeiçoam instituições e leis. Como, com razão, diziam ha um seculo Luiz XIV e D. João V — *l'état c'est moi* — com razão diz hoje o mesmo de si a classe média. Virá um dia em que o predominio desta classe se converta em violencia e oppressão, soando para ella a sua hora de morrer, quando a idéa geradora do progresso presente se corrompa e envelheça nas suas mãos. Que grande pensamento social surgirá então? Não o sei; nem m'importa porque já não estarei neste mundo: mas embora o sangue vertido pelos sectarios da liberdade, quaes martyres do evangelho, não seja infecundo e a liberdade e o christianismo, ora vencidos ora vencedores, venham, enfim, a conquistar para si o imperio do genero humano; sei que, bem como houve já tyrannias aristocraticas e tyrannias monarchicas, haverá tyrannias burguezas, tyrannias do balcão, da officina, da granja, da fabrica e até porventura da imprensa, que ora

ruge e agita o mundo em nome da igualdade civil dos homens.

Actualmente, porém, ainda a religião da liberdade moderada é bella e pura, ainda impulsiva do progresso, porque está ainda longe das terriveis provas por que terá de passar. Esta crença que semelhante a todas as crenças, é uma idéa unica, repetida de muitos modos, trasladada em muitos factos, se reproduz entre nós em diversas ou antes em quasi todas as faces desse grande vulto de um povo chamado estado social. A terra agricultada liberta-se, o privilegio annulla-se, o ócio condemna-se, a economia proclama-se, a industria nobilita-se, o engenho tem enfim seu preço e valia. Visivelmente a nação faz-se burgueza. Ha todavia ahi uma modalidade, uma face da sociedade importantissima, direi antes capital, que esqueceu nas mãos do tempo que passou, e que este guarda como um thesouro que não abandonará ao futuro sem combate, porque é a sua ultima, mas bem fundada esperança. Esta modalidade, esta fórmula é a instrucção publica. A instrucção publica em Portugal, tomada na sua generalidade, nas suas feições characteristics e desprezadas as excepções, nem pertence a este seculo, nem é progressiva, e por consequencia nem realmente util.

Quando a aristocracia resumia a sociedade, nos seculos médios, os nobres edificavam castellos roqueiros, agglomeravam as multidões servas á roda delles, e fechados no seu alcacer não conhecião outra occupação que não fosse a caça ou a guerra ; outro passatempo que não fosse, para os melhores os jogos guerreiros e os deleites da mesa ; para os peiores o roubo, as violencias e as tyrannias. Para taes homens a cultura do animo, as lettras e a sciencia soavam como palavras sem significado : a força physica ajudada da destreza era quem por assim dizer graduava as hierarchias : os dotes do entendimento eram como officios fabris ; e ainda o alfageme que temperava uma boa espada se tinha por homem de maior conta que o clerigo a cujo cargo estava o notar ou escrever os contractos, as missivas ou as memorias dos reis ou das familias. Quem vê um velho codice do seculo XIII ou XIV até nelle acha um emblema daquellas epochas : as biblias, as decretaes ou as obras dos sanctos padres, que quasi exclusivamente constituíam a sciencia d'então, tinham certo aspecto guerreiro e de força physica : as pranchas de carvalho ou castanho que lhes serviam de guardas ; os bronzes ou ferragens que os adornavam, e o seu volume e peso enorme os tornavam, em caso

de apertado cerco, bons tiros para trons ou engenhos. A guerra era a idéa que representava a meia idade : ella gerou as cruzadas ; as cruzadas geraram a navegação, e a navegação produziu os descobrimentos e conquistas, donde nasceram o commercio e a industria da moderna Europa. Idéa progressiva era pois essa ; e o nobre que se envergonhava de saber ler e esrever tinha nisso tanta razão relativamente á sua epocha, quanta hoje tem o mais obscuro cidadão em exigir da sociedade que dê gratuitamente a seus filhos a instrução primaria, chave com que elles poderão abrir o vasto repositorio do sustento do espirito.

No principio do seculo xv a monarchia que crescera á sombra da fidalguia, herdeira das forças que diariamente lhe roubava, veio emfim por-lhe um pé de ferro sobre o gorjal estalado : debalde ella se resolveu e escumou trabalhando por erguer-se para combater ; no fim desse mesmo seculo já a lucta era impossivel : D. João II provou-o irrecusavelmente a D. Fernando de Bragança e ao duque de Vizeu, nas theses d'Evora e Setubal, theses de cutello e punhal.

Emquanto, semelhantes a duas rodas movidas em direcção contraria por um plano in-

clinado, a monarchia subia e a aristocracia descia, subia e descia com ellas a litteratura daquella e a ignorancia desta. D. João I, que assentara verdadeiramente a pedra angular do absolutismo na lei mental, foi tambem quem começou a dar ao seu país um impulso litterario, e D. João II que em politica pôs o remate ao edificio começado por seu bisavô, e levou igualmente as lettras ao gráu de esplendor a que as vemos chegadas nos começos do reinado de D. Manuel, gráu d'esplendor concentrado como em um foco no célebre livro publicado por Garcia de Rezende, intitulado o *Cancioneiro*, o qual resume e representa a litteratura do seculo decimo quinto.

Mas o que foi a litteratura portugueza da epocha Joanina e da Manuelina que veio após ella? Qual era o character predominante da instrucção nacional nessa epocha? Era o especulativo puro, o metaphysico, no rigor da significação grega desta palavra. Os reinados de D. Duarte, D. Affonso V e D. João II resplandeceram de moralistas, de historiadores, de poetas, de mysticos e ainda de oradores; tudo quanto representa o mundo das idéas. Porém a sciencia do mundo material, onde apparece ella durante esse largo periodo? Apenas na escola de Sagres. Todavia que livro ou que homem

produziu essa escola? Nenhum. Os nomes que figuram por aquelles tempos pertencem unicamente á mathematica, e na mathematica especialmente á astronomia. Ainda assim os sabedores conspícuos neste ramo de uma vasta sciencia eram quasi todos judeus e raros estrangeiros, devendo-se o incremento que ella teve, por um lado á superstição, porque se cria na astrologia; por outro lado á ambição porque, já muito havia, as mentes dos principes volviam idéas de descobrimento e conquista. Não era, pois, entre nós a mathematica mais que uma enxertia, uma excepção ou antes uma aberração das tendencias litterarias do país, devida a causas extranhas ao character da organização social deste, e por isso de modo nenhum contraria á verdade do principio estabelecido.

Esta verdade demonstra-se á *priori* e á *posteriori*; pelos raciocínios e pelos factos. Com effeito, a monarchia absoluta nascera da especulação; era filha da jurisprudencia romana e do direito canonico; além disso os principes, substituindo successivamente o temor ao amor, precisavam de rodear o throno das pompas religiosas e civis: cumpria que a corte por piedade e devoção fosse mais vizinha de Deus que dos homens, que nella o altar fosse cosido em

ouro, o fumo do incenso suavissimo e denso, a oração fervente e nobre; que os affectos nas canções dos poetas cortesãos fossem incomparavelmente mais ideaes que nas rudes trovas do romeiro ou do jogral popular; que a prégação do orador sagrado fosse mais eloquente e polida que a do missionario rude; que os paços dos reis fizessem, em fim, um contraste espantoso com as estupidas alcaçovas dos grandes, para que estes acceitassem a servidão dourada que elles lhes offereciam, e que ao mesmo tempo o vulgo sentisse pesar sobre si, ignorante e grosseiro, intelligencias puras e formosas de quanta formosura ha no mundo moral, e bemdisse o predomínio dellas, porque a grande logica popular lhe dizia que effectivamente ellas deviam predominar. E' por isso que a monarchia absoluta em toda a parte e em todo o tempo, em que se não converteu em tyrannia bruta e feroz, foi sempre intellectual, mas de uma intellectualidade perfumada, macia e brilhante, de uma intellectualidade estéril, porque applicada exclusivamente ao especulativo; intellectualidade de sala, de theatro, de galeria, de pulpito, de foro; intellectualidade boa e moral, que derrama lagrymas e esmolas sobre os miseraveis, mas que lhes recusa o baptismo da instrucção mate-

rial, que não os obriga a trabalhar, nem os pune quando elles o recusam, nem promove o aperfeiçoamento industrial do país, contentando-se de uma caridade impotente, porque em vez de tomar o povo por alvo, toma o individuo, semelhante áquelle que em cidade devorada de sêde, em vez de conduzir para lá por aqueducto perenne as aguas caudaes de fonte vizinha, andasse offerecendo de porta em porta sorvetes e limonadas de cheiro e sabor delicados; intellectualidade, emfim, de privilegio, que põe no lugar da instrucção necessaria ao commum dos homens, a que serve só aos homens excepcionaes, e chama-lhe com simpleza comicamente infantil, *instrucção publica*, sem que ella sirva de nada ao publico, que se compõe do grande numero das massas populares, dos homens activos; dos agricultores e dos industriaes, dos fabricantes e dos mercadores, e não dessas classes diminutas em numero, a que os economistas não consentem que eu chame improductivas, mas que pelo menos chamarei productivas.

Devia ser, portanto, o caracter da instrucção publica em Portugal até os nossos dias, o que fora desde o reinado de D. Duarte, porque até os nossos dias durou a monarchia absoluta, mansa e bondosa quasi sempre, posto que

quasi sempre desalinhada, gastadora e descuidada. E por isso que, considerando attentamente a historia da instrucção publica entre nós, vemos nella as tendencias exclusivamente litterarias, no sentido restricto desta palavra. Na reforma dos estudos de D. João III, de D. João IV, do marquez de Pombal sempre a mesma cor, o mesmo espirito, a mesma expressão. Era que a monarchia absoluta creava e reformava para si, para o seu tempo, para a sua indole. A monarchia absoluta tinha o instincto da vida e em segui-lo tambem tinha evidentemente razão.

Mas hoje que a sociedade foi revolvida e se assentou sobre bases todas inteiramente diversas das antigas, e muitas vezes oppostas a ellas, poderá esta fórmula social, este baptismo da civilização, chamado instrucção publica, seguir um rito condemnado e por isso heretico, expressão e parte de instituições cadavericas, e por isso como ellas cadaver? Absurdo.

O pensamento da reforma já penetrou em muitos espiritos: o Instituto creado em 1835 pelo Sr. R. da Fonseca Magalhães foi a primeira expressão d'elle, e ninguem pode roubar a este ministro a honra que disso lhe ha-de resultar na posteridade, porque elle foi então martyr desse pensamento. Quanta ignorancia,

quanto pedantismo, quanto medo da civilização havia por almas curtas e rasteiras; quanta preguiça, quanta incapacidade havia por nossa terra, tudo gemeu, gritou e grasnou insultos, ponderações, reflexões eruditas, argumentadas, soporíferas. Foi um rebate geral em nome do digesto e dos supinos, dos canones e da syntaxe figurada, da exegese e dos affectos oratorios, da graça efficaz e do *Humano capiti cervicem pictor equinam*, do código theodosiano e das sorites de Genovesi. Não houve remedio; a campá caíu sobre a physica, a chimica, a botanica, a mathematica, a astronomia, e em cima della assentaram-se remoçados, alindados, triumphantes, o digesto, os supinos, os canones, a syntaxe, a exegese, os affectos, a graça, o *humano capiti*, o código, e as sorites. Então as cinzas de João Pastrana, do padre Alvares, do licenciado Martim Alho, do doutor João Façanha, de Cataldo Siculo, de Jeronimo Caiado agitaram-se como querendo renascer á vida, e do fundo de seus sepulchros soou uma voz sumida que dizia — *Io triumphe!* — *io triumphe!*¹

¹ Não é meu intento renovar as desgraçadas contendas que em 1835 se alevantaram entre a Universidade e o Instituto, e que terminaram pela

Fra um ridiculo espectaculo! Magua foi que um homem de sciencia renegasse della, para servir miras apoucadas ou torpes!

Depois veio a revolução de setembro! eu inimigo della, que condemnei essa loucura, que ainda a condemno, não serei tão cobarde-mente parcial que negue ter-se entendido melhor então, no meio das exaggerações liberaes dessa epocha, a questão nacional da instrucção publica. No instituto houvera um defeito : aquella fonte de sciencia verdadeira, que se abria caudal e perenne, caía de mui alto, e a custo podia satisfazer as necessidades da in-

ruina deste : alludo ao que vi e ouvi por Lisboa, onde então casualmente residia. A Universidade tinha em parte razão ; não foi só imprudente o annunciar a transferencia das faculdades de sciencias naturaes para a capital, mas a execução deste intento seria damnoso ao progresso dessas sciencias, considerado o negocio á luz puramente especulativa, e além disso estaria em contradicção com os principios de verdadeiro systema d'instrucção nacional, porque facilitaria o augmento de classes excepçionaes. Fora necessario ter reformado completamente as leis sobre estudos, para se poder, por exemplo, estabelecer a faculdade de medicina em Lisboa, e virem a ter peso as considerações que se costumam offerecer em abono dessa mudança. Em todo o caso é certo que a grande reforma da Uni-

strucção popular, e a organização da escola polytechnica com os cursos theoricos e applicados satisfaz melhor os fins d'utilidade geral, que deve ter toda e qualquer instituição scientifica sustentada a expensas da nação. Por outra parte na lei de 17 de novembro evidentemente se dá o primeiro golpe no velho systema da instrucção secundaria, e se nesta lei não se revela todo o esforço necessario para derrubar um collosso que se apoia em preocupações insensatas, a circumstancia de ser primeira tentativa absolve completamente seu auctor. Assim mesmo ella foi sophismada e inutilizada: os lyceus nunca se organizaram, e o latim e a rhetorica encantoados por toda a parte como d'antes, riem-se da lei que os apo-

versidade está, segundo meu entender, em alargar nella o ambito da sciencia, isto é, em completá-la quanto a materias d'ensino, e em diminui-la quanto ao numero d'alumnos, para que não regorgitem de individuos as classes excepcionaes que ella alimenta. A Universidade deve ser o padrão por onde se affira tudo o que diz respeito á intelligencia: a sua missão é duplicada — d'eschola quando provê de novos sujeitos as classes excepcionaes; d'academia, quando os seus membros, vivendo pela sciencia e para a sciencia, teem na mão o facho que allumia as escolas d'applicação, o facho dos progressos puramente especulativos.

sentava nas capitaes dos districtos: diariamente se pedem á camara dos deputados cadeiras de latim: parece que os agricultores de Portugal, como o Triptolemo d'Walter Scott, pretendem arar e cavar pelo systema de Virgilio, Columella e Varrão; que as *tigna bina sesquipedalia* de Cesar são os modelos das nossas construcções; que nas tusculanas de Cicero se acham as receitas necessarias para estampar chitas ou tecer burel e saragoça; que na historia natural de Plinio se encontram todos os apontamentos precisos para conhecer os usos domesticos e as virtudes medicinaes das plantas do nosso país; e que, emfim, na *Ars amandi* d'Ovidio, nas poesias de Catullo ou no Satyricon de Petronio Arbitro está a flor e nata da crença do nosso Deus, dos principios da nossa moral, dos incentivos do nosso amor da liberdade e da patria!

Não passarei avante sem fazer menção de mais um passo, de mais uma expressão de verdadeiro pensamento progressivo em instrucção publica, expressão positiva que soou na camara dos deputados em 1839. Falo do projecto de reforma do ensino primario pelo Sr. Tavares de Macedo. Comquanto as minhas idéas no desinvolvimento de um systema legal sobre este importante ou antes principal ramo

d'administração, diversifiquem das do illustre Auctor daquelle projecto, todavia não posso deixar de considerar esse trabalho, nas suas disposições fundamentaes, como a cousa incomparavelmente melhor que ácerca de tal objecto appareceu entre nós. Se não se attender senão á generalidade d'elle, pode-se dizer que é o complemento da lei de 15 de novembro; o meio de reforma directo após o indirecto. Mas este papel, nem avaliado nem comprehendido, lá jaz sepultado na commissão d'instrucção publica donde tem resurgido muito latim e rhetorica, mas donde talvez só bem tarde surja uma lei que represente o verdadeiro progresso do ensino publico.

No anno de 1840, eu e o meu amigo o sr. Ferrer, cujas opiniões em semelhante materia concordam na maior parte com as minhas, tinhamos resolvido apresentar á commissão um projecto de lei sobre a instrucção primaria ou antes geral, que devia abranger as escho-las elementares e as primarias superiores, deixando para depois, ou para entendimentos mais robustos, o trabalhar na lei ou leis das escolas especiaes. Tinhamos nós entendido que a actual divisão d'ensino primario, secundario e superior, é arbitraria, e não tem fundamento nem na organização presente da sociedade,

nem na natureza do que se chama saber humano. A hierarchia na instrucção publica é um anachronismo absurdo. Ha instrucção que todos ou pelo menos o maximo numero de cidadãos deve possuir : ha outra que só pertence a classes e a individuos. Esta é a unica divisão legítima, real e logica do ensino publico : com este intuito deviam ser redigidas as leis sobre estudos cujo corpo havia de constituir o codigo d' instrucção publica.

No presente anno, expulsos ambos da commissão a que pertenciamos, fomos dispensados de cogitar mais em tal materia : guardámos por isso os nossos trabalhos, que relativamente ao ensino geral se achavam quasi promptos, esperando tempo mais favoravel a pensamentos de verdadeiro e judicioso progresso. Quando os mares cruzados e os ventos ponteiros desalentam a companhia, o capitão prudente colhe as velas, e espera que o oceano se aquiete para proseguir a viagem.

De tudo quanto se tem, pois, tentado a favor de uma reforma radical e completa no desgraçado ramo da instrucção publica, sobrenada apenas a escola polytechnica, contra a qual apparece um projecto, que noutras circumstancias fora apenas louco e ridiculo, mas que apresentado na occasião em que os foraes ou-

sam vir perante uma camara legislativa, (como o jumento trajando a pelle de leão, cobertos com o manto da justiça,) tem um character sinistro e significativo, porque é irmão gémeo dos foraes, a que se prende e enlaça, senão pela importancia das consequencias immediatas, ao menos pela unidade de espirito e pelas consequencias remotas.

A questão da eschola polytechnica e do collegio dos nobres resume e representa a questão immensa do systema d'instrucção nacional que hade ser o da instrucção excepcional que foi e é; questão entre a educação e melhoramento dos agricultores, dos artifices, dos fabricantes e a propagação dos causídicos, dos casuistas, dos pedantes; questão entre o trabalho e o ócio; questão entre a granja e o coro da sé; entre a palheta do estampador e a metáphora do sermão; entre a machina a vapor e o provará do rábula. Por isso ella é uma grave e importante questão.

Para ter ácerca deste negocio uma opinião segura cumpre ter bem presentes os caracteres da intellectualidade nacional nos differentes periodos da nossa civilização; importa não esquecer que cada principio politico que domina em um país requer um systema particular d'ensino publico; que uma monarchia

absoluta (como por exemplo a Prussia) cujas leis sobre instrucção nacional são admiravelmente adaptadas ao governo representativo, tê-lo-ha forçosamente para as gerações futuras, mas sem convulsões nem ruido, e que uma monarchia mista como a nossa, que conservar o systema de ensino publico creado pelo absolutismo, e só para o absolutismo conveniente, terá necessariamente este, ou uma democracia insensata e feroz, precursora da tyrannia. Semelhante objecto, portanto, para o qual governantes e governados olham com vergonhoso desprezo, envolve nada menos que os destinos sociaes da geração que virá após nós; encerra nada menos que as causas da futura servidão ou da futura liberdade.

Depois, que significa num país constitucional a desigualdade completa das classes, relativamente ao ensino publico? Com que razão ou justiça haverá a cargo do thesouro estudos custosos para os legistas, para os theologos, para os militares, para os medicos, para os cirurgiões, e não ha-de haver uma granja modelo para se tornarem consumados na sciencia de agricultar os possuidores de grandes propriedades ruraes; escholas industriaes para se fazerem insignes em suas profissões os donos ou directores dos grandes estabelecimentos d'in-

dustria ; conservatorios d'artes e officios para o aperfeiçoamento dos individuos que se dão ás artes fabris ? São porventura ilotas os homens d'acção e espartanos só os homens d'especulação ? São porventura aquelles membros inuteis do corpo social, e estes os que os sustentam ? Sobre cujos hombros pesa o maior vulto dos impostos d'ouro, de trabalho e de sangue ? E que obrigação tem a grande maioria dos contribuintes de suarem e tressuarem para que se hajam de conservar os grandes estabelecimentos da chamada instrucção superior, e no fim terem um juiz a quem remuneram da sua algibeira quando d'elle precisam, um medico que os sara ou mata quando lhe dão dinheiro ? E', responder-se-ha, porque a sociedade carece da existencia destas classes. Convenho : mas não carecerá a sociedade de lavradores, de fabricantes, d'artifices ? Eis o verdadeiro ponto da questão, que é representada, de um lado pelo systema antigo, de outro pelo moderno : de um lado pelo collegio dos nobres, do outro pela eschola polytechnica.

Livre seja para os individuos o cultivarem as lettras ; nobre e honroso é tudo quanto nos alevanta da terra : mas o governo de um país não é uma academia de poetas e d'eruditos : o governar um país é o feitorizar uma grande

casa : deve por isso o feitor ser positivo, economico e serevro calculador. A instrucção publica é um arroteamento, e embora na terra cultivada de novo haja um cantinho para flores, é certo que as searas, as pastagens, as mattas e os pomares são o principal objecto dos cuidados de um bom administrador : de tudo o que nas sciencias e nas lettras é puramente intellectual se compõe o jardim da republica ; mas a renda della, os fructos de que se sustenta, só os produzem as sciencias applicaveis e applicadas. Tudo o que não for organizar o ensino nacional sob a influencia deste pensamento, é não entender nem a sociedade, nem a nossa epocha, nem as circumstancias peculiares de Portugal.

Digo circumstancias peculiares de Portugal, porque além das considerações geraes já tocadas, ha uma especialissima e de grande monta que nos diz particularmente respeito. Vem esta a ser a de que estamos excessivamente pobres ; triste verdade, da qual abraçados com a sombra vã do que fomos, não ha ahi voz que valha a persuadir-nos. Necessario é ao pobre o ser activo e industrioso, e não será de certo com o antigo systema d' instrucção que o povo portuguez progredirá na industria. Quando os diamantes e o ouro do Brazil vinha inundar

Portugal de riquezas ; quando D. João V comprava a Roma, a venal, as pompas pontificaes para alegrar seus ócios ; quando este principe, émulo de Luiz XIV, incumbia ás artes bastardas e corruptas do seu tempo que lhe erguessem a magnifica ninharia de Mafra, então era preciso entulhar de frades, de capellães, de conegos, de monsenhores, de principaes, d'escribas, de desembargadores, de caturras, de rimadores d'epithalamios e de elegias, d'oradores academicamente impertinentes, o insondavel sorvedouro das inutilidades publicas. Como doutro modo devorar as entranhas da America? Esta era a grande industria portuguesa d'então ; para ella se deviam affeição os estudos. O thesouro do estado substituiu a acção dos homens. Com agentes espertos para vender diamantes na Hollanda e obreiros habéis para cunhar ouro nos paços da moeda, estavam suppridos trabalhos, instrucção popular, actividade, tudo. Era aquella uma epocha brilhante ; mas passou. De quanto possuíam nossos avós só nos resta uma tradição saudosa, o arrasamento industrial, e a triste realidade da miseria publica.

Cumpre-nos acceitar esta com hombridade, isto é, resignados e resolvidos a recuperar com o trabalho o que perdemos com o ócio. As con-

quistas não voltarão mais, porque já não ha novos mundos para devastar, e as nossas esperanças devem dirigir-se para um solo fértil, visitado pela benção de Deus ; para a intelligencia nacional, de que a providencia não foi escassa connosco. Para converter aquella em manancial de riqueza, e esta em instrumento de prosperidade é mister accomodar ás necessidades presentes o systema d'instucção publica ; e do que fica dicto me parece deduzir-se com evidencia que o actual, nos seus caracteres essenciaes, é inteiramente contrario a essas necessidades.

Além disso, quão cruel decepção é o facilitar desordenadamente a chamada instrucção secundaria, quando apenas ella se pôde considerar como o primeiro passo na carreira universitaria, e quando em um país pequeno como o nosso, o numero dos que seguem essa carreira deve ser tão limitado ? Vemo-nos afogados em um mar de doutores, e não temos talvez dez individuos capazes de construir as mais simples machinas modernas d'agricultura ou d'industria : direi mais, não temos talvez cinco que saibam da existencia dellas. A consequencia deste estado de cultura intellectual, falsa, inapplicavel e violenta, é que as muitas esperanças mentidas, as muitas ambições recalçadas, todos

os annos arremessam para a arena dos bandos civis centenares de corações generosos, que insoffridos ante um prospecto de miseria, se arrojam ás lides politicas, para perecerem ou prearem no cadaver defecado do patrimonio da republica. E ainda o mal seria menór se ao lado desta decepção houvesse alguma grande verdade: se uma eschola d'applicação material estivesse patente á juventude entre cada vez daquellas em que se ensinam disciplinas puramente litterarias. Ao menos havia para ella a escolha! Mas não acontece assim. Para os mancebos de mediocre engenho, desprovidos de protecção e inhabeis em enredos politicos, sobre o ádito da instrucção publica em Portugal está escripto um distico, invisivel aos olhos dos desgraçados, mas fatal, immutavel e terrivel, o distico que o cantor ghibelino de Florença escreveu com a sua penna de bronze sobre a porta do inferno:

*Per me si va tra la perduta gente:
Lasciate ogni speranza voi ch'intrate!*

A nossa legislação sobre ensino publico é pela maior parte moralmente assassina, e os seus assassinios vão medidos pelos sonhos de Nero e revestidos do character de Judas; porque tomando a mocidade inteira como um indivi-

duo, ella saúda e beija as victimas, para as apunhalhar em massa nos seus futuros destinos.

Êra, pois, preciso quanto á instrucção especial restringir o numero das escolas puramente litterarias ; crear e generalizar os institutos destinados ao aperfeiçoamento particular das classes verdadeiramente productivas e industriaes. O que se chama instrucção secundaria não é nem pode ser senão uma dependencia universitaria, e postoque espalhada pelo país, devia reduzir-se e conter-se de certo modo no gremio da universidade, moldar-se pelo espirito della, e suppri-la unicamente dos alumnos de que ella, ou, para melhor dizer, a nação carecesse. Nisto consistiria uma parte essencial da verdadeira reforma.

Mas ha ali uma classe mista e numerosa, classe condemnada a viver do trabalho diario, e sem a qual de nada serviria a cultura industrial dos fabricantes, dos mestres d'officinas, dos proprietarios ou rendeiros ruraes. Ê esta a dos operarios, no sentido mais vasto e completo da palavra. Para a instrucção de semelhante classe é que não existe o menór vestigio d'ensino publico, e todavia a ella pertence o maior numero de cidadãos revestidos de direitos politicos e sujeitos aos encargos sociaes.

Dir-se-ha que principalmente para estes es-

tão espalhadas pelo reino mais de mil escolas primarias, onde podem receber uma instrucção limitada e humilde como os seus destinos. Erro lamentavel! Ainda suppondo que em escolas elementares, sem methodo, sem superintendencia, sem regularidade, sem mestres, não digo habeis mas soffriveis, se possa ensinar alguma cousa, que são as vossas escolas primarias? Apenas um repositorio d'instrumentos para aprender, depois de os saber menear. Ler ou escrever não é instrucção definitiva, é meio de a alcançar: ella começa além destes rudimentos, e além destes rudimentos qual é o ensino que vós offereceis ao homem do povo? Que fonte de vida intellectual e moral pusestes vós na estrada da sua laboriosa peregrinação na terra? Um Eutropio e um Quintiliano. E que lhe importa a elle o vosso Eutropio e o vosso Quintiliano? O que elle vos agradecera fora que o habilitasseis com os elementos das sciencias naturaes, accommodados tanto á sua capacidade como aos seus destinos: que lhe revelasseis os conhecimentos applicaveis á vida material: que lhe ensinasseis o desenho linear, a geometria practica, os rudimentos e factos importantes da physica, da chimica, da botanica, e as regras geraes d'hygiene popular; que o instruisseis na doutrina clara e simples do

evangelho, para não ser um idólatra ou um malvado. Eis o que elle vos tivera em mercê, depois de lhe haver sentido a utilidade, e não os latins, os gregos, as rhetoricas e as ontologias, que nenhuma applicação teem ao melhoramento da sua existencia de trabalho e de privações, para a qual não ha outra consolação, outro refugio, outra esperanza, senão ou a bruteza da taberna, ou o prospecto do repousar na valla plebéa e sem nome de um cemiterio, e depois della as promessas de *Deus ao que chora e será consolado*.

A creação das escolas primarias superiores é uma necessidade do seculo, do país em que vivemos, da missão civilizadora do governo representativo, da caridade religiosa e até resultado de um direito dos cidadãos. Ellas constituem a educação do povo, porque o ensino primario elementar é um dever e ao mesmo tempo uma propriedade de todos ; do nobre e do humilde ; do abastado e do pobre ; e o ensino especial é a educação de classes excepçionaes, limitadas, diminutas. Urge que essas escolas se instituam, e se não temos meios para as accumular ás escolas preparatorias de duas ou trez especialidades, cerceem-se estas, e dê-se ás multidões a instrucção que ellas exigiriam talvez á força, se não ignorassem a impor-

tancia della para a futura felicidade de seus filhos.

A eschola polytechnica é essencialmente a eschola normal, ou, para melhor dizer, profissional, donde podem sair homens habéis para mestres d'escholas primarias superiores, verdadeiramente populares e uteis. Tudo o que estes devem ser obrigados a ensinar, e que se não inclue nas disciplinas professadas na eschola polytechnica, facil lhes é de adquirir sem mestres, ou noutra parte. É por isso ; é porque creio e espero na regeneração intellectual e moral do povo portuguez, por meio dum novo systema d'instrucção publica, ao qual pertence e de que hoje é unica representante a eschola polytechnica, que eu respeito esta, e a defendi e defendo quanto me permite a pobreza do meu cabedal d'engenho. Sem outros motivos de odio ou affeição por ella, sem damno ou proveito pessoal na sua existencia, posso dizer desse instituto e dos seus adversarios o que Tacito dizia dos imperadores romanos : *Mihi Galba, Otho, Vitellius nec injuria nec beneficio cogniti.*

Mas alguém notará que eu tenha a eschola polytechnica na conta da eschola normal d'ensino primario superior, quando o seu nome e os seus fins apparentes suscitam a idéa duma eschola exclusiva de preparatorios para estudos

militares. A verdade é que a sua organização e a natureza das materias nella ensinadas a constituem principalmente uma escola central. Que importa a denominação das cousas quando se tracta da substancia dellas? Chamem-lhe noviciado da Cotovia para satisfazer os pseudo-devotos, que eu contento-me com isso e continuarei a considerá-la como o que realmente é.

Agora por esta derradeira idéa me recordo de que fazia um papel em resposta ao A. da *Analyse do Parecer da Comissão d'Instrucção Publica*. Tinha-me completamente esquecido disso, aliás não escrevera o que fica escripto. Fora contradicção flagrante com minhas opiniões falar grego a quem não o entende, nem póde entendê-lo. Voltemos ao bom do Analysta, que o até aqui ponderado de certo não é para elle.

Este homem, se foi delicioso em direito, em historia e em theologia mystica, é sublime em questões d'instrucção. Quanto a elle a escola polytechnica é um objecto de luxo e o extincto collegio uma necessidade. Para ventres insaciaveis, para gastrónomos, sem duvida: para a verdadeira instrucção, para a instrucção de que o povo portuguez carece, é tal proposição um desmarcado absurdo. O porquê, escuso dizê-lo de novo: o leitor o terá percebido já pelas ponderações que fiz.

Torceu o Auctor da analyse as palavras do parecer para pôr a commissão em contradicção consigo mesma. Recurso de quem não tem outro! Tinha ella dicto que a applicação dos bens do noviciado da Cotovia á dotação do collegio fora um bom e judicioso pensamento, e deu a razão : porque assim ao menos não se estragaram e perderam esses bens. Daqui se vê que a mente da commissão não era nem louvar nem deprimir a parte litteraria do collegio ; mas nestas palavras e no approvar a extincção d'elle é que o bom do analysador acha a contradicção.

É das que não teem resposta.

Poderíamos ter accrescentado que ainda por outra razão era bem instituido o collegio : porque os fins da sua creação se adaptavam á monarchia absoluta : mas este argumento seria mais um motivo para revalidarmos a sua extincção.

Todavia não se creia que ao menos elle satisfez as miras do grande homem e grande despota que o instituiu. Existem provas irrefragaveis de que esse instituto, cujo cadaver se quer revestir de um sudario de matizes e ouro-pel, foi desde o seu principio o que lhe chamou a commissão, uma excrescencia litteraria, uma enxertia aleijada, um membro monstruoso no

corpo da instrucção secundaria, da propria instrucção secundaria dos tempos que já lá vão ; que foi, além disso, o que lhe não chamou a commissão e eu lhe chamo aqui, uma sentina de corrupção, d'ócio e de luxo, uma sanguesuga inutil da substancia que devia ser applicada ao ensino publico geral.

Costume é meu provar o que digo ; por isso chamarei a juizo duas testemunhas irrecusaveis.

A primeira é o proprio marquez de Pombal. Em 1772 viu-se elle obrigado a reformar os estatutos daquella casa, por consulta da Mesa Censoria, de agosto de 1771, e tanto no preambulo do alvará sobre isto passado, como nas disposições d'elle se revela que ahi reinava a desordem e o escandalo em tudo ; na fazenda, nas lettras, na disciplina e nos costumes, suppondo até uma dessas disposições (a 8.^a) a practica de vicios infames, isto quando o collegio tinha apenas 11 annos d'existencia. A segunda testemunha é o celebre professor de philosophia, Bento José de Sousa Farinha, o qual em uma memoria que sobre este estabelecimento dirigiu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, faz reflexões mui judiciosas ácerca d'elle, suppostas as idéas daquelle tempo, e pinta com vehemencia as desordens, o luxo espantoso e a falta

de educação litteraria, que ali reinavam : lamenta as sommas enormes que se despendiam com este collegio, cujo meneio custava perto de 800:000 cruzados cada dez annos, uma boa porção dos quaes saía do subsidio litterario, por onde os professores eram pagos, e propõe varias reformas que nunca se executaram. É notavel essa memoria, e sinto não poder transcrevê-la neste papel. Pela reforma do marquez de Pombal vê-se o que era o collegio dez annos depois de creado ; pela memoria ver-se-ia o que elle era depois de meio seculo de existencia.

Tudo o mais que sobre a questão litteraria se encontra na analyse, refutava-se plenamente de um modo : transcrevendo-a. Mas como isso fora uma inutilidade, visto estar ella impressa, que os homens entendidos na materia leiam essa farragem, se poderem navegar por entre aquelle mar aparcelado de confusão de idéas e de solecismos atrozes : não quero maior castigo a seu Auctor.

Como não tenho por agora tenção de tornar a tractar este objecto, salvo se a isso me violentarem fortemente, não deixarei de examinar, antes de pôr termo a este papel, o terceiro ponto do negocio, a questão economica entre os dous institutos.

III

Os piedosos restauradores das opas e balandraus, para em tudo serem infelizes até desarazoam com a cousa mais certa, constante e corrente deste mundo, os algarismos. Em bulindo nelles sai desvario inevitavel. Para prova disto bastava uma passagem do relatorio do projecto de lei n.º 58 A. Diz-se ahi que a herança do almirante constava de 80 contos em padrões de juro, e de muitos outros bens. Supponhamos que estes valiam quasi outro tanto, isto é, 60, a 70 contos ; teriamos de capital 150, somma exaggerada, mas que admitto para o calculo. No mesmo relatorio se accrescentam estas notaveis palavras : — *«aquella tão quantiosa herança da qual somente em obras do collegio, suas officinas e cerca se gastaram desde o anno de 1761 até o de 1767 a enorme quantia (o que os homens das medalhas e garnachas não gastam é grammatica) de trezentos e cincoenta contos de reis.»* — Agora pergunto eu,

ha ahi paciencia humana que comporte um disparate semelhante? O juro dos padrões era de cinco ou seis por cento: concedamos que o resto do capital, em fazenda, todo fosse productivo e dêsse igual renda: seis por cento de 150 contos montam a 9 contos que, multiplicados por 7 annos, dão 63: como se gastaram, pois, em 7 annos, 350 contos desses bens, a não os vender todos pelo dobro do seu valor, sem escapar sequer a cabelleira mais domestica do almirante? Comparados com estes calculadores, Newton e Euler foram apenas uns pobres sandeus!

Não se creia, porém, que a analyse ficasse devendo nada ao relatorio. Estas duas mirificas producções são como os pastores de Virgilio: *et cantare ambo et respondere parati*: entresachadas uma na outra, armava-se com ellas uma écloga digna de Fênix Renascida. Vamos a ver os calculos da analyse.

Diz-se nesta que da creação da eschola polytechnica e extincção do collegio dos nobres resultara para o estado um augmento annual de despesa de 13:338\$430. A commissão tinha affirmado que houvera uma economia de mais de oito contos de reis. Quem erraria a computação? Examinemo-lo.

A despeza do pessoal da eschola polyte-

chnica e a importancia dos premios que se conferem aos alumnos, importa, segundo a lei do orçamento de 31 de julho de 1839, em 16 : 826\$453. Nesta somma não se comprehendem os soldos dos officiaes militares, porque este vencimento não é em verdade despesa feita com a escola. Suppondo que a esta quantia se haja de junctar não só a de 2 : 600\$000, que, segundo a opinião da commissão de instrucção publica, a escola pode gastar com os seus estabelecimentos, mas tambem a de 4 contos que o Auctor da analyse destina para estes e outros misteres, será o total das despesas da escola polytechnica 22 : 826\$453.

Passemos agora a examinar as despesas que o estado deixou de fazer com os estabelecimentos a que se refere o sr. deputado por Lamego, e que foram extinctos na mesma epocha em que se creou a escola polytechnica ; examinemos igualmente qual economia resultou das suppressões e modificações que em consequencia de se haver instituido essa escola se fizeram. O collegio, (acceitos os proprios fundamentos em que o Auctor da analyse quer estribar-se) custava na occasião em que foi extincto 16 : 246\$170 ; a academia de marinha gastava com o seu pessoal e com os premios 6 : 516\$000 ; as cadeiras supprimidas no colle-

gio militar importavam em réis 2 :400 :000, e a despesa que se fazia com o jardim botânico montava a 2 :532\$000: tudo isto somma 27 :694\$170. Já se vê, pois, que na realidade, ainda deduzindo o calculo das premissas estabelecido na analyse houve pelo menos uma economia de 4 :867 :717 réis.

Cabe aqui notar uma feia ingratidão do Auctor da analyse para com o Snr. deputado por Lamego. Não contente com vê-lo pendente daquella nodosa e áspera cruz do *relatorio*, em que, victima expiatoria de alheias cubiças, mãos crueis o pregaram, ainda, novo Longuinhos, o vai lacerar com a lança açacalada de um atroz epigramma! Affirma que o Snr. deputado comparara só a despesa do collegio dos nobres com a da escola polytechnica, é dizer por boas palavras que o Snr. deputado coxeia da faculdade de julgar, o que parece um escarneo não merecido. Pois o Snr. deputado propunha que fosse a escola substituida não só pelo collegio, mas pela antiga academia de marinha, aula de physica e chimica, etc.; comparava litterariamente aquelle com estes institutos e economicamente havia de compará-lo com um só dos que offerecia para substituição? Se o Auctor da analyse não respeitou os membros da commissão d'instrucção publica, taxando-os

de mentirosos, levianos e exaggerados, respeite ao menos o Snr. deputado, que na camara expôs á piedade dos legisladores as opas rasgadas, as fitas partidas, as medalhas embaciadas e a cozinha empeçonhenta do collegio dos nobres, como Marco Antonio a tunica ensanguentada de Cesar á vindicta da gente romana.

O Snr. deputado *não comparou, nem devia*, por certo, comparar a despesa da escola unicamente com a do Collegio, porque o fazê-lo seria um desmarcado absurdo. Esta giria com que o Auctor da analyse pretende esquivar o invencivel argumento dos algarismos, é por si só prova plenissima de que até elle entende que 27 :694 :170 réis são mais que 22 :826 :452.

Mas não pára aqui o negócio : as primeiras quantias que se devem addicionar á de 4 :867 :717 réis que fica mencionada, são : 800 :000 que o Auctor destina para concerto dos edificios, como se practicava no orçamento do collegio, e 595 :000 réis para rebate de papel : a primeira é porque a importancia de semelhantes concertos já vai incluída na somma de que adiante falarei, destinada para as despesas do material da escola ; a segunda porque a mesma escola só uma vez trocou papel, logo no principio da sua administração, segundo me informam, o que está bem longe de poder con-

stituir um encargo annual e permanente como se inculca na analyse.

É opinião do Auctor desta que, além da somma de 18 : 276 : 000 réis designada pela commissão para a despesa total da escola polytechnica, precisa esta de gastar 4 : 000 : 000 réis em obras, conservação das aulas, etc. ; isto é, pretende que além dos 2 : 000 \$ 000 arbitrados pela commissão para os estabelecimentos da escola, seja necessaria para as despesas que elle designa a quantia já mencionada de 4 : 000 : 000 réis. Examinemos esta asserção. Em primeiro logar supponho com a commissão que depois que a escola tenha chegado a conseguir o seu andamento regular, sejam sufficientes 2 : 000 \$ 000 para os estabelecimentos que verdadeiramente lhe pertencem. A esta somma se hade acrescentar a de 1 : 600 \$ 000 para despesas do jardim botanico e para algumas reparações nos edificios respectivos ; e como nos orçamentos do collegio dos nobres entravam quantias destinadas para os reparos do edificio, serviço da igreja e encargos pios de alguns bens que administrava e hoje são administrados pela escola, justo é que semelhantes despesas, a que a escola está igualmente obrigada, sejam tambem tomadas em conta na avaliação do que póde custar este instituto. Ao primeiro destes

objectos póde-se destinar a quantia de 900\$000 ; com o segundo gasta-se a de 727\$600, vindo tudo a sommar 5:227\$600.

Note-se, porém, que uma parte mui avultada desta quantia é destinada para as despesas das aulas de physica, chimica, mineralogia e outras disciplinas que actualmente se professam na escola, e que, se ainda se ensinassem nas aulas cujo restabelecimento se prepõe, não deixariam de traser o mesmo dispendio, o que é obvio para todos os que não ignoram qual seja o objecto destas sciencias, e o modo de as ensinar. E' necessario, pois, abater na somma arbitrada uma quantia, que ainda suppondo-a mui modica, não poderia ser menór que um conto de réis, o qual ou se havia de accrescentar no custo dos estabelecimentos extinctos, ou se ha-de diminuir no da escola. Fazendo esta subtracção dos 5:227\$600, teremos em vez de 6:000:000 réis, 4:227:600 réis para o gasto da parte material do instituto, deduzidos dos rendimentos que se lhe applicaram.

E', portanto, o total do que se poupa, em resultado da creação da escola polytechnica e extincção do collegio dos nobres e dos outros estabelecimentos e cadeiras, 8:035\$117: quantia que de certo ainda está áquem do que realmente se ha de poupar, quando a escola esti-

ver em seu andamento regular, que deve ser o considerado numa questão de despesas ordinarias, que de modo nenhum se devem calcular pelas do estado transitorio.

E' facil, pois, de conhecer agora quem se enganou, se a commissão, se o Auctor da analyse. Mas não ficam aqui os erros deste afamado calculador.

Do modo porque elle se expressa sobre uma diminuição que o governo proposera, por via do orçamento, nos ordenados dos lentes da escola, pareceria que a commissão tinha contado com semelhante diminuição para achar a somma de 18 : 276 : 000 réis em que calcula o total das despesas da mesma escola, e que, a seguir-se a opinião da commissão de guerra, que propôs a conservação dos ordenados, haveria um augmento de 3 : 000 \$ 000 além desta quantia, que de tanto é a differença dos ordenados segundo a reducção proposta pelo ministro da guerra.

Enganou-se porém : a quantia de 16 : 826 \$ 453 que a commissão apontou para despesas do pessoal da escola e dos premios, abrange os ordenados da lei, e de modo nenhum poderá haver o tal augmento de 3 : 000 \$ 000, que muito flogaria provavelmente a analysador de poder incluir nos seus profundissimos calculos,

Continua elle falando de uma verba de 3:09\$600 a que diz montarem os ordenados dos empregados do collegio a qual, na sua opinião, bem como a de 4:210\$000 dos ordenados dos professores do estabelecimento extincto, é devida á creacção da escola polytechnica. Alguem poderia crer á vista do modo porque se exprime o A. da analyse ácerca da primeira verba, que os empregados que foram do collegio estão recebendo seus vencimentos sem proveito do serviço publico: não é porém isto assim. A esses empregados, com raras excepções, se deu destino para differentes repartições do estado onde o seu serviço se podia aproveitar, e só os poucos exceptuados continuaram a gosar vencimentos esperando collocação, como succede em geral aos de qualquer repartição publica que se extingue e aos quaes cumpre respeitar os direitos adquiridos.

Quanto á verba de 4:210\$000, dos ordenados dos professores, que o Auctor da analyse faz figurar com a antecedente na differença que apresenta, ainda mais arrastada veio a pobrezinha para os seus calculos. O governo extinguiu o collegio depois de fazer a reforma da instrucção secundaria: não podia portanto deixar de ser, (em relação a esta re-

forma, e até como parte della) extincto o collegio dos nobres : neste caso os seus professores deviam ter entrado nos lyceus ; se alguns não estão empregados, se os seus ordenados se despendem inutilmente, não é por certo á eschola polytechnica que cabe o odioso que porventura dahi possa resultar.

O Auctor para introduzir no seu calculo este e o antecedente elementos, serviu-se de uma hypothese falsa e absurda, qual é a de haver o collegio sido extincto para se poder crear a eschola polytechnica, e de ter havido um contracto positivo e bilateral inserido no decreto de 4 de janeiro de 1837, sobre a extincção do collegio, o qual se acha referendado pelos ministros da guerra e do reino. O decreto mencionado não encerrava de modo nenhum a idéa da criação de um estabelecimento militar de instrucção ; mas nelle se determinava que os collegiaes fossem ultimar os seus estudos ao collegio militar que, como se sabe, é um estabelecimento litterariamente analogo ao extincto collegio dos nobres. Era pois indispensavel que tal decreto fosse referendado pelo ministro da guerra : mas este decreto sendo de 4 de janeiro, como fica dicto, não podia involver obrigação alguma para o ministerio da guerra ácerca da eschola polytechnica, que en-

tão não existia. Neste decreto não ha realmente cousa alguma que se pareça com uma convenção em que se estipulasse que a eschola havia de utilizar-se dos rendimentos do collegio, e ficar sobrecarregada com quantos encargos tinha aquelle estabelecimento, que era de uma natureza inteiramente diversa. O decreto de 12 do mesmo mêz, que destinou para as despesas da eschola polytechnica os mencionados rendimentos, foi referendado por aquelles mesmos ministros, porque a um delles tocava o entregar a dicta fazenda, e ao outro o dar a esta a nova applicação determinada. Onde está, porém, aqui isso a que o Auctor dà analyse chama *uma condição bilateral*, a respeito do pagamento dos empregados do collegio pelos bens que foram delle?

Ê pois verdade á vista do que fica ponderado que nem o collegio dos nobres foi extinto para dar logar á criação da eschola polytechnica, nem o ministerio da guerra contrahiu abrigação alguma a respeito dos ordenados dos empregados do collegio, nem a verba que representava taes ordenados podia de modo nenhum figurar em qualquer excesso de despesa, se porventura o houvera, pelo facto da instituição da eschola. Não existe portanto o augmento de despesa que o Autor apresenta, e

bem pelo contrario ha uma economia que pelo menos sobe a 8:035:117 réis.

Resta-me dizer alguma cousa sobre o final da analyse que consiste em uma estatistica dos antigos estabelecimentos, comparada com a da escola, e tão ridicula como todo o resto da analyse. Contentar-me-hei com fazer as seguintes observações.

As aulas da casa da moeda ha muitos annos que tinham deixado de fazer parte do nosso systema d'instrucção publica, como é notorio: os cursos de physica e de chimica estiveram abertos naquelle estabelecimento por muito pouco tempo: os taes 300 alumnos de todas as condições e edades, de que fala o Auctor da analyse, são portanto imaginarios. Quanto aos alumnos que houvessem de frequentar o collegio dos nobres, esses devem achar os mesmos estudos nos lyceus ou nas outras aulas analogas. Mas quando existisse essa differença para menos no numero d'alumnos da escola, nunca dahi se poderia concluir a conveniencia da extincção desta. Deixei ponderado no capitulo II qual era a verdadeira natureza deste instituto, isto é, a de escola central. Logo que em nossa terra se attenda ao mais essencial da instrucção publica, a creação das escolas primarias superiores, o numero de alumnos da escola

polytechnica dobrará ou triplicará, porque ella deve ser o instituto onde se formem os professores para essas escholas, e foi de certo com taes miras, que a commissão de instrucção chamou á eschola polytechnica roda indispensavel na machina do ensino publico. Além disso, considerando-a á luz duma eschola especial, que quer dizer o avaliar a sua importancia ou utilidade pelo numero dos alumnos que a frequentam, e ainda mais comparar este numero com o dos alumnos de uns poucos d'estabelecimentos, alguns dos quaes eram de natureza diversa? É porventura isto mais que um mesquinho sophisma? E' isto mais que ter baralhadas todas as idéas ácerca d'instrucção publica? Comparar uma eschola especial por este lado com as aulas de ensino secundario, que, segundo o triste e miseravel systema actual do nosso país pertence á instrucção geral, é o mesmo que se comparassemos o numero de alumnos da Universidade com o dos que frequentam as escholas de ler e escrever, e dahi concluíssemos a conveniencia da extincção della.

Cérro aqui o discurso, nem voltarei a tractar de semelhante negocio, salvo se me constrangerem a ser mais explícito do que eu quiserá.

Lisboa 15 de junho de 1841.

NOTA

NOTA

Os documentos a que o Auctor se refere e cujo transumpto apresentamos nesta nota, em conformidade do que dissémos na *Advertencia*, teem as datas de 6 de agosto e 17 de setembro de 1840. Das allegações de ordem economica de lado a lado apresentadas sobre o já conhecido assumpto de que tractam, nada diremos aqui, porque todas se acham reproduzidas e ampliadas no capitulo III do opusculo. Limitar-nos-hemos, pois, a extractar as concernentes ás questões de direito e litteraria nelles controvertidas.

Pelo que toca ao primeiro ponto e para seu resumo e clareza, começemos por completar o que se diz no opusculo ácerca do almirante de Castella e do seu testamento, guiando-nos pelo parecer da commissão de instrucção publica, ao qual nesta parte serviu de base uma cópia daquelle testamento existente no collegio.

Durante a guerra da successão ao throno de Hespanha, entre o archiduque d'Austria D. Carlos e Philippe d'Anjou, o duque almirante de Castella D. João Thomaz Henriques de Cabrera, que era partidario do archiduque, ausentara-se para Portugal onde falleceu testando os bens que possuia neste reino á companhia de Jesus, para que ella

fundasse um noviciado onde fossem recebidas — «as pessoas da companhia que quisessem sacrificar a sua vida na conversão dos infieis das Indias orientaes e da China» —.

O noviciado chamar-se-ia Nossa Senhora da Conceição e na sua igreja se diriam missas por alma do testador e sua mulher, havendo seis capellas para o desempenho do culto e marcando o testamento as cóngruas destinadas aos respectivos capellães. Elle seria fundado em Madrid se o archiduque Carlos vencesse naquella guerra e em Lisboa no caso contrario, que foi o succedido.

Expondo a seu modo estes factos (em ambos os documentos desacompanhados de datas) accrescentava-lhes o deputado por Lamego no relatorio da sua proposta as allegações que se seguem : — Que tendo os jesuitas portuguezes acceitado a herança do almirante, logo com uma parte della compraram terras na Cotovia e mandaram ahi levantar a casa destinada ao noviciado, ficando a parte restante, que era a mais quantiosa, para os encargos permanentes. Que, extincta a companhia de Jesus em Portugal, o governo de D. José I tomara posse dos bens constantes dessa herança e com elles dotara e estabelecera no edificio já levantado o real collegio dos nobres, sujeitando este aos mesmos onus e impondo aos seus capellães e familiares as mesmas obrigações recommendadas pelo almirante. Deste modo, concluia o proponente, a existencia do collegio achava-se ligada a condições de ultima vontade, não havendo da parte dos herdeiros naturaes do testador direito para reclamações. Porém, substituido o collegio pela eschola polytechnica mudava a situação de face, correndo o governo perigo de

ser demandado visto que aquellas condições haviam sido menosprezadas ; perigo para o qual o auctor do projecto diligenciava attrahir a attenção da camara, exaggerando com infundadas citações o valor dos bens de que se tractava.

No opusculo se desfaz este exaggero e se impugnam outras inexactidões do relatorio do projecto acima resumido. A commissão cingira-se, porém, na sua réplica, ao que era essencial para a decisão da camara. Das textuaes palavras do almirante deduzira ella que o noviciado que elle quizer se fundasse era de character religioso e em perfeita harmonia com a missão originaria da companhia de Jesus, a de propagar a fé christã nas regiões do oriente e em toda a parte. Que o pensamento do almirante fora evidentemente, ao menos no que respeitasse ao noviciado que instituia, obrigar a companhia a abandonar o caminho errado em que desde muito tempo se embrenhara e que veio a perdê-la, voltando á rigorosa observancia do seu estatuto. Posto o que, mal se podia comprehender que o collegio dos nobres correspondesse á ultima vontade do testador. «Que semelhança havia entre o noviciado de um varão apostolico, o mister do qual era o ir denunciar o evangelho aos infieis do oriente, atravessando mares procellosos, rasgando os pés pelas urzes das brenhas intractaveis dos sertões da Asia, desbaratando a saude e arriscando a vida no meio de barbaros atraíçoados e desconversaveis, e a educação de um nobre, rodeado de mimos, e cujo destino era o viver vida cortesã nas occupações e tracto mundanos? Que relação havia entre a biblia e a esgrima, entre a theologia e a dança, entre a humildade da cruz e o orgulho dos

brasões e armarias, entre as sandalias do missionario e as regras da equitação?»

Era verdade que D. José I ordenara na carta de doação de 12 de outubro de 1765, que se cumprissem os legados pios inherentes á herança do almirante de Castella, quanto ás capellas, capellães e missas, ficando aquellas annexas ao collegio. Tambem a mesma carta de doação determinara que esses capellães e quatro dos seus familiares fossem admittidos com a clausula de irem missionar nas Indias e na China, quando o monarcha assim lhes determinasse. Mas dahi não derivara para o collegio o character de instituto religioso. Por outro lado, as referidas capellas continuaram a existir e a funcionar depois de creada a eschola polytechnica, nas mesmas condições em que anteriormente tinham existido, facto de que a commissão se informara com o devido rigor para esclarecer a camara. Até os capellães eram ainda os mesmos, não podendo por isso negar-se ao exercicio das missões a que estavam obrigados. A eschola não trouxera, pois, nenhum perigo de demandas, como se inculcava no relatorio do projecto. Milhares de baseadas reclamações seriam para reear por falta de cumprimento de legados pios impendentes sobre os bens das extinctas ordens religiosas, mas não as dos herdeiros do almirante, pois que a vontade deste continuava a ser piedosamente respeitada até onde as leis permittiam e tanto quanto o fora durante a existencia do collegio. O collegio dos nobres havia sido uma instituição civil como era a eschola polytechnica, e tão bom direito houvera para applicar parte do espólio dos jesuitas ao estabelecimento desta como ao daquelle. Sem duvida fora bom o

pensamento do monarcha que creara o collegio, porque ao menos impedira que os bens applicados á dotação deste se extraviassem e arruinassem como tantos outros da extincta companhia, aos quaes succedera o mesmo que em seus dias a commissão vira acontecer a boa parte dos das ordens monasticas. Mas da então judiciosa applicação daquelles fundos, — «de nenhum modo se havia de concluir que ella era immutavel, e que o governo e os representantes da nação não tinham o direito de lhes dar outra, principalmente sendo esta mais adequada ao estado actual da sociedade e ao espirito e tendencias do nosso seculo, como ao diante seria ponderado.»

Quanto á controversia sob o ponto de vista litterario eis o que se apura dos dous documentos. Como já sabemos, no projecto do deputado por Lamego se propunha não só o restabelecimento do collegio dos nobres, mas tambem o de outros institutos d'instrução. No seu relatorio explicava o proponente como todos esses institutos, haviam constituido no seu conjuncto um systema que dispensava a escola polytechnica, sem prejuizo do ensino publico e com vantagens economicas para o estado. Acrescentava que o collegio não devera ser extincto visto que a sua frequencia fora por D. Pedro IV facultada a todas as classes sociaes, mas era odiado «talvez por ter o nome de real».

Responde a commissão que o collegio fora extincto por haverem então sido creados lyceus de instrução secundaria e estar em desharmonia com estes pelas disciplinas que nelle se ensinavam, taes como esgrima, musica, dança e equitação. Rebateo o argumento *ad odium*, que, em seu dizer,

fugira da penna ao illustre Auctor do projecto, pondera que a importancia de um instituto de ensino não podia vir na epocha presente senão da sua utilidade social. Que era livre para os individuos e associações particulares o sustentarem o luxo scientifico ou litterario, mas o ensino por parte do estado devia restringir-se ao que essencialmente conviesse ao publico em geral. Com respeito á escola entendia a commissão que longe de ser extincta ella devera ser creada se não existisse já. Não era objecto que se pusesse em duvida a necessidade de uma escola de sciencias applicadas na capital do reino, escola destinada a encaminhar para o estudo das profissões uteis, officiaes ou particulares, incluindo a agricultura e a industria. E nesta parte ajunctava a commissão as considerações seguintes, que acabam de esclarecer o leitor sobre o projecto do deputado por Lamego, e com as quaes damos tambem por concluida a materia da presente nota :

«Que pretende, pois, o nobre deputado Auctor do projecto? Quebrar uma grande e indispensavel roda na machina de instrucção publica, para a substituir por uma exerescencia litteraria, pela enxertia de um membro de mais e aleijado, no corpo da instrucção secundaria.

«Isto é administrativamente impossivel. Porém (dir-se-ha) neste projecto propõe-se o *restabelecimento da Academia de Marinha, da Academia de Fortificação da mesma forma, e no mesmo estado em que se achavam antes da sua extincção; assim como o da Aula de Physica e Chimica da casa da moeda.* (Artigo 3.º).

«Neste artigo do projecto ha erros gravissimos

de facto e de doutrina. Erro de facto é suppor extinta a eschola de fortificação, á qual apenas se mudou o nome, melhorando-se no methodo do ensino. Erro de doutrina é pretender, que *voltem ao mesmo estado e á mesma fôrma* antiga as duas academias. Suppõe porventura o nobre deputado, que as sciencias parassem nos seus rapidos progressos, desde que essas academias foram instituidas, ou antes que tenham retrogradado, porque só assim se poderia preferir a *fôrma e estado* antigos? Entenderá acaso o nobre deputado que a eschola polytechnica e a eschola do exercito não estão ao nivel do estado actual da sciencia, e que as antigas academias o estavam? Se este é o presupposto do nobre deputado, que elle tenha a bondade de o explicar e demonstrar : a vossa commissão acceitará gostosa as considerações do nobre deputado, e não duvidará de propor-vos á vista dellas uma nova reforma para aquelles estabelecimentos.

Em todo o caso, para que dividir e deslocar estudos, ligados naturalmente entre si, e que no seu complexo total constituem cursos completos para diversas classes de profissões especiaes? Que vantagem resulta ao estado de que as cadeiras de disciplinas analogas, e relativas entre si, sejam soltas e derramadas, em vez de estarem harmonizadas e unidas, formando um só corpo, e debaixo de uma só direcção? O engenho dos membros da vossa commissão não é bastante perspicaz para poder comprehender neste ponto as idéas do nobre deputado.

A verdade é que já em 1800 o doutor Ciera propunha uma reforma destes estudos, e que pouco depois os célebres Brotero e abbade Corrêa da

Sei-a foram encarregados de organizar um plano para a criação de um estabelecimento de sciencias *physicas* em Lisboa, e que feito o plano, e até nomeados os professores e designado o local, não veio a lume a obra, por causa da invasão dos franceses e da partida do príncipe regente para o Brazil. Já, pois, desde essa epocha se via a necessidade de dar unidade ao estudo das sciencias *physicas*.»

Emfim, eis os nomes dos signatarios do parecer, pela ordem em que neste se leem, nomes que por certo não serão lidos com indifferença — Agostinho Albano da Silveira Pinto (com declaração) — Antonio Ribeiro de Liz Teixeira — F. M. Tavares de Carvalho — A. Herculano — F. J. D. Nazareth — Almeida Garrett — V. Ferrer Netto de Paiva.

INSTRUÇÃO PUBLICA

1841

INSTRUÇÃO PUBLICA

I

Entre os graves negocios que nas monarchias constitucionaes devem occupar a attenção das camaras legislativas, do poder executivo e de todos os cidadãos que desejam a prosperidade do seu país, ha um importante mais que muitos, difficilimo pelas considerações a que, no tractá-lo, é preciso remontar, perigoso pelas custosas e ás vezes baldadas experiencias que para o resolver ainda hoje se fazem no meio dos povos mais cogitadores e alumniados da Europa, — escuro, emfim, até porque na mente dos legisladores, dos homens que governam e ainda dos mais entendidos cidadãos, estão porventura vivas preocupações da mocidade e de educação, contra o verdadeiro modo de contemplá-lo quando se tracta de o converter por

via de leis em facto social. Este negocio importante, difficultoso, arriscado e escuro é o systema de organização da instrucção geral ou nacional que, nos países livres, não pode deixar de ser tida em conta de garantia publica e ao mesmo tempo individual, e que, por isso, deve ser regulada de maneira tal que, servindo á prosperidade e civilização communs, abranja nos seus beneficios a todos e a cada um dos cidadãos.

A revolução francesa do fim do seculo passado, no meio dos seus crimes, das suas vertigens, dos seus disparates, proclamou grandes verdades; e sobre a terra ensanguentada por ella, lançou as sementes dos mais profundos principios sociaes. Foi ella que primeiro considerou a instrucção á luz da nacionalidade; que primeiro a saudou como uma garantia individual; como uma divida do estado para com os seus membros: foi ella que primeiro disse — a republica deve dar aos cidadãos uma *instrucção geral*.

Este pensamento, assim enunciado, era incompleto e informe; mas era grande e generoso. Desde então elle cresceu, vigorou, e radiou-se na opinião da gente illustrada. Mais ou menos completo, mais ou menos regular, modificado pelo progresso das idéas ou pelo es-

pirito dos legisladores, este principio reproduziu-se em alguns dos codigos legislados no meio das mudanças politicas que, desde essa revolução até hoje, tem agitado a Europa. Entre nós elle foi consagrado na Carta e na Constituição actual.

Mas o seu enunciado na Constituição vigente não modificado como, em nossa opinião, devia ser. A confusão das diversas especies de garantias em que ella constantemente labora estende-se á da instrucção geral. Esta é apenas ali considerada como garantia individual; donde nascem duas consequencias damnosas; uma, que se contem no artigo constitucional relativo a este objecto; outra, que deve forçosamente influir no espirito dos legisladores na feitura de uma lei sobre instrucção publica, principalmente na que se pode chamar lei *d'instrucção geral, nacional ou primaria*.

Esta instrucção é indubitavelmente uma garantia mista, geral e individual. Só ella pode assegurar a espontaneidade e independencia do elemento capital dos governos representativos — a eleição; porque só a illustração pode fazer conhecer aos leitores que a votação neste ou naquelle individuo para seu representante é o acto mais solenne e grave da vida publica, e que, se disso fizer jogo ou favor, faz um

favor e jogo da sua felicidade futura e da de seus filhos. Só esta garantia social pôde assegurar a conservação de um poder municipal forte e activo, que resista ás ingerencias da centralização ainda exaggerada entre nós e que, se algum dia for restringida, ha-de sempre tender a exaggerar-se; ao passo que essa mesma illustração fará com que o poder municipal não use transpor os confins do poder central, cuja acção demasiada é a morte da liberdade, mas cuja auctoridade legítima menoscabada ou roubada é a morte da ordem publica. Só esta garantia social pode ajudar a religião a moralizar o país, e por consequencia, a diminuir a necessidade de leis violentas, excepçionaes, e portanto más. Só ella pôde, enfim, desinvolvendo as faculdades dos cidadãos, habilitá-los para conhecerem os seus verdadeiros interesses, para desempenharem os seus deveres publicos e domesticos, e, favorecendo o accrescimo da industria, para augmentar a riqueza e promover o engradecimento da nação.

Considerada como garantia individual, a instrucção primaria realiza o direito, que tem qualquer cidadão, de aperfeiçoar o seu entendimento, não só para se ajudar desse aperfeiçoamento no genero d'industria a que se

dedica e pelo qual obtem o pão quotidiano, mas tambem para poder avaliar o estado das cousas publicas, os actos e as opiniões dos que governam e legislam, erguendo-se assim de feito á dignidade de homem livre.

É destes dous fins a que se destina a instrucção publica que lhe provém a sua natureza de duplicada garantia: dever da sociedade e direito do individuo: dever do individuo e direito da sociedade. Na falsa idéa de que a instrucção publica é exclusivamente direito do cidadão, derivou o preceito inserido em mais de uma lei politica, de que o estado subministrará gratuitamente a instrucção primaria a todos os cidadãos; disposição na essencia pueril, porque não ha nenhum meio de ser gratuito para os cidadãos qualquer serviço publico, senão o de obrigar os funcionarios a servirem de graça: derivou tambem tornar-se absurda a compulsão ao ensino, porque é absurdo constranger-me a usar de um direito ou vantagem que eu espontaneamente rejeito. Considerada, porém, a instrucção geral como garantia mista, embora incumba aos poderes publicos assegurar a existencia da escola por toda a parte, levar a instrucção primaria até o mais solitario casal, porque sem isso a compulsão ao ensino não é sómente absurdo mas

tyrannia, o legislador pôde, contudo, escolher livremente os meios de realizar um facto em que o direito e o dever da sociedade e do individuo se confundem de modo inseparavel: pôde então legitimamente estabelecer o ensino obrigatorio com a sanção do castigo, sem o que será sempre uma disposição irrisoria impor aos cidadãos o dever de instruirem seus filhos.

Se ha documento claro para provar a importancia de assentar leis sobre solidas theorias, sê-lo-ha o que deixamos ponderado sobre a instrução publica, vista á luz politica. Esses homens que se ufanam de ser positivos e practicos, de não se cançarem com as applicações de principios especulativos, estão sujeitos muitas vezes a não serem logicos, ou a transtornarem nas leis regulamentares o espirito e a letra das leis fundamentaes, ou finalmente a infelicitarem a nação que lhes caíu nas mãos, com leis incompletas e inapplicaveis. contrarias ao bom regimen do estado e á felicidade do povo.

Eis donde nasce a necessidade de boas doutrinas politicas. Virá um dia em que nos codigos politicos se attendam os sãos principios e se escreva: «A constituição considera o ensino geral como garantia da sociedade e do individuo: o estado é obrigado a assegurá-lo e man-

tê-lo em todo o seu complexo; os cidadãos a acceptá-lo no que elle representar de garantia social». Por estas ou por outras palavras será esse o seu espirito. Esperamo-lo porque cremos na força irresistivel da verdade e no progresso do genero humano.

Como ligada a estas considerações cabe aqui esclarecer uma questão que tambem se deve reputar de certo modo preliminar de tudo quanto tenhamos de expor sobre o assumpto de que tractamos. Admittido que a educação intellectual da mocidade possa constituir uma industria particular, e não vemos razão solida que a isso se opponha, será justo que a lei attribua ao governo uma intervenção maior ou menor no exercicio dessa industria, licita e livre como as demais industrias? Será absoluta ou restricta a liberdade de ensino?

São os principios que hão-de resolver o problema.

Se a instrucção primaria não fosse uma garantia social, affirmariamos sem hesitar que a lei não podia attribuir acção alguma ao governo no exercicio do magisterio privado; porque privado era o contracto entre o mestre e o discipulo ou seus paes ou tutores. Embora esse ensino fosse uma decepção, ninguem teria direito a prevenir o engano e só ao poder ju-

dicial tocaria reparar o damno, quando houvesse queixoso. Ao governo incumbiria apenas, proporcionar a escola primaria a todos aquelles que se quisessem aproveitar della, e quando alguém preferisse obter por diverso modo o beneficio da educação intellectual para os seus, a lei que estatuisse a intervenção da auctoridade seria uma lei abusiva.

Mas, desde que o ensino primario se considere como satisfação de uma necessidade publica, como um factor indispensavel na manutenção da sociedade, a lei não póde deixar de attribuir á auctoridade administrativa larga intervenção em um assumpto que, embora importe ao individuo, importa porventura ainda mais ao bem commum. Ora, se a escola privada pudesse livremente substituir-se á escola publica ; e se assim o ensino pudesse tornar-se numa decepção, a sociedade ficaria sem garantias ácerca de uma das mais importantes condições da sua existencia. Destas considerações devem derivar principalmente duas disposições da lei, uma que exija do mestre um titulo de capacidade e outra que crie um systema severo de inspecção, de modo que a vigilancia do governo não ache obstaculos para evitar quaesquer males que hajam de resultar da industria do ensino privado. Que a lei previna os abusos

do poder em relação a essa industria, mas que as restricções vão até onde puderem ir sem offensa ao direito individual. A segurança publica em relação á cultura intellectual do povo, até onde esta é indispensavel para a sociedade, exige uma magistratura mais forte e uma acção mais energica do que a segurança material dos cidadãos. Importa esta ao presente; aquella ao presente e ao futuro.¹.

¹ A revisão mais accentuada pelo Auctor parou aqui. Nos capitulos seguintes, exceptuando o final do v, foi mais leve e nalguns pontos apenas indicativa de contornos de linguagem que não chegaram a ser effectuados.

II

Estabelecidos os verdadeiros princípios políticos, relativos á instrução nacional, e comparados com os que a doutrina da Constituição representa, segue-se naturalmente o aferir o estado actual dessa instrução no nosso país com uns e outros princípios. Se as leis, ou as providencias governativas sobre este assumpto estiverem ao menos em harmonia com o preceito constitucional, se ao menos tenderem a converter num facto o seu pensamento, a nação, e principalmente os homens que olham para a educação intellectual do povo com a circumspecção que tão grave e importante materia exige, não terão grandes motivos de queixa contra os legisladores ou contra o governo; terão sim de lamentar que o pacto social não os compellisse a irem mais longe, não constrangesse aquelles a redigirem uma lei que tivesse por alvo o fazer com que todos

os cidadãos possuissem um maior ou menor grau de illustração, este, a empregar toda a acção administrativa em tornar effectivas as disposições dessa lei. Mas, se nem as leis, nem os actos do executivo tiverem ainda tornado verdadeira e effectiva a sentença da Constituição, com quanto incompleta, então a sociedade tem direito d'exigir dos seus representantes uma legislação que não deixe illusoria aquella sentença, e do governo providencias que convertam em realidade essa legislação.

Desgraçadamente é este o caso em que nos achamos. Abstrahindo da instrução superior e limitando-nos á chamada primaria, áquella que o artigo constitucional teve em mira, é forçoso confessar que a lei de 15 de novembro de 1836, lei feita no meio do estrondo de uma revolução, e que ficou servindo como lei de desenvolvimento de um artigo da Constituição decretada dous annos depois, não preenche os fins que, por esta ultima circumstancia, tinha de preencher, apesar dos escassos additamentos que de então para cá se lhe tem feito. Quanto ás providencias sobre instrução primaria tomadas pelos differentes ministerios que tem havido depois que a Constituição foi promulgada, pode-se dizer o mesmo: nem nós os culpamos muito por isso, visto que o mal

provém, na maior parte, da lei : culpamo-los, sim, de não terem tomado a iniciativa de alguma proposta sobre tão sério negocio em que, mais que em nenhum, a iniciativa deve ser do governo.

Com effeito só o ministerio, que, num país onde a sciencia da estatistica é quasi desconhecida, talvez seja, quem unicamente possua os poucos factos estatisticos, que ali se colligem, pôde com algum fundamento redigir uma lei sobre semelhante objecto, o qual, mais que nenhum, precisa de ser moldado pelos principios dessa sciencia. Além disso, um projecto de lei sobre instrução primaria, feito por um simples deputado, ou ha-de ser minutissimo e descer a um sem numero de providencias regulamentares, ou ha-de ser deficiente e por consequencia quasi inutil. Não succede, porém, a um ministro o que aconteceria a um membro do corpo legislativo. Quando o ministro leva ao parlamento, formulado em projecto de lei, um pensamento politico, uma grande idéa sobre a organização de qualquer ramo de serviço publico, elle deve ter deixado na sua secretaria as providencias regulamentares, que só tornam exequiveis a maior parte das leis. Então, se o projecto é redigido com o tino, limita-se áquelles pontos

que carecem de sanção legal, e o ministro reserva para si o que lhe pertence, o formular os meios da execução. Foi assim que Mr. Guizot entendeu a questão d'instrução primaria na célebre lei de 1833; que, seja dicto de caminho, não seria applicavel ao nosso país. O que foi votado pelas camaras francezas era bem pouco, mas o espirito robusto que propusera a lei, lá estava para a executar; e abstrahindo das imperfeições dessa lei, imperfeições que homens habilissimos antes de nós lhe teem notado, ella produziu brevemente vantajosos resultados. Isto de certo não acontecera, se algum simples membro das camaras legislativas fosse o que tivesse proposto aquella, á primeira vista, mui deficiente lei.

Nós temos uma lei d'instrução primaria ainda mais resumida, no que é essencial, do que a lei franceza de 1833, e a pessoa que a concebeu, não teve de a executar: as poucas providencias regulamentares sobre este objecto, do que temos noticia, não foram na maior parte homólogas, porque não foram concebidas pelo auctor da lei; e a imperfeição desta, em que hoje talvez elle proprio conviria, ainda se tornou maior pela imperfeição dos meios. O resultado devia ser forçosamente qual foi. Apesar das esperanças, dos logares anima-

dores que ácerca deste assumpto se lêem em relatorios de diversos ministerios, durante os ultimos trez annos, a instrucção primaria se não tem peorado, por certo não é melhor, nem está mais espalhada do que era e estava até ali.

É innegavel que o numero das cadeiras primarias foi augmentado com mais cem ; e que algumas destas teem sido postas em exercicio. Mas cumpria antes de affirmar que isto produzira um augmento d' instrucção, um maior derramamento d' ensino, examinar quantas das antigas escholas teem deixado de ser providas ; se o numero dos alumnos augmentou em realidade e, dado esse caso, se augmentou na proporção das novas cadeiras em exercicio ; se os mestres são mais habéis, que d' antes ; se os methodos d' ensino teem sido melhorados ; se a assiduidade dos que ensinam, principalmente nos districtos ruraes, é maior ; ou se pelo contrario a prolongação da frequencia dos alumnos, em consequencia do desleixo dos mestres, não encobre a diminuição das matriculas annuaes. Era com o conhecimento de todas estas circumstancias, que se poderia assentar um juizo seguro sobre tal materia, e se as informações particulares que por nossas diligencias temos podido obter não são falsas, o exame de taes circumstancias nos

destruiria essas esperanças enganosas, essas prosperidades mentidas.

Os inconvenientes de que é cercada a laboriosa vida do magisterio elementar, vida de abnegação e estreiteza, especie de sacerdocio que, semelhante ao das primeiras eras do christianismo, requer a mais heroica resignação em uma existencia de tédio, de obscuridade e de pobreza, teem augmentado com o prospecto de miseria que hoje apresenta essa humilde carreira. O, já tão diminuto, ordenado dos professores, ainda mais mesquinho se torna pela falta dos pagamentos, e nas escholas ruraes converte-se em completa decepção, porque não ha ahi quem rebata os ténues vencimentos de um mestre de primeiras lettras. A providencia legislativa, que obrigou os municipios a contribuirem com vinte mil réis annuaes para as escholas dos concelhos, foi quasi por toda a parte vã e illusoria ; porque, não levando essa lei consigo os meios de constrangimento, as municipalidades quasi por toda a parte reluctaram ; e os desgraçados professores viram-se na alternativa de cederem do seu direito, ou de intentarem demandas ruinosas em que gastassem trez ou quatro vezes a somma demandada ; porque todos sabem que o *genus insatiabile* dos escribas e

alguazis não costuma largar os martyres que lhe cáem nas mãos, sem os deixar escorchados, e que em Portugal obter justiça de graça seria inaudito, monstruoso e attentatorio dos nossos bons e antigos costumes. Assim só a extrema miseria, a desesperação da fome pôde arrastar um individuo, que saiba ler e escrever, a sepultar-se numa aldeia remota e pobrissima, para ahi morrer lentamente á mingua. Muitas vezes acontece estar aberto o concurso para uma cadeira primaria durante mezes e só no fim apparece algum raro concorrente, na maior parte dos casos completamente inhabil, mas que é provido quasi sempre, porque as auctoridades propostas a esse negocio entendem, e bem, que mais vale que o povo aprenda a ler pouco e mal que absolutamente nada. Então o desgraçado homem, desgraçado intellectual e materialmente, lá se encaminha para a escola rustica, onde não tarda a experimentar a um tempo a difficuldade de ensinar e a de subsistir. Obrigado a ganhar o pão por outro modo, abandona os seus alumnos ou affugenta-os; e como ninguem se interessa em que a escola floresça, porque o nosso povo ainda não crê nem levemente nos beneficios da instrucção, o governo fica enganado suppondo que existe uma escola onde

apenas ha um individuo que goza o titulo honorifico de mestre. Nós sabemos de certa povoação onde o professor se converteu em ferreiro ; e o mais é que andou avisado, porque, assim, esquivava-se a morrer á fome.

A chamada instrucção primaria é em Portugal mais uma palavra e uma verba d'orçamento que outra cousa. No relatorio apresentado pelo governo á camara dos deputados em janeiro do anno passado, assevera-se «que as escholas primarias eram frequentadas por perto de trinta mil alumnos» o que seria já um estado florente de instrucção ; porque, segundo os calculos que para isso temos feito, o numero de creanças do sexo masculino nas condições de frequentarem as escholas primarias, não póde exceder, em relação á actual população do país, o de 66 :660, não descontando as que aprendem nos proprios domicilios, nem as inhabilitadas physica e intellectualmente. Seguir-se-ia, pois, que já o ensino primario abrangia metade da infancia do sexo masculino, o que em países mais adiantados que nós, ainda não acontece. Mas a verdade não póde ser essa, e o proprio governo o deixa ver nesse relatorio, como é facil de mostrar.

Primeiro que tudo, delle mesmo se conhece,

que as informações sobre o numero d'alumnos são dadas pelos professores ; e não se creia que, por exemplo, ao nosso ferreiro custasse muito pôr de parte o malho para escrever num papel, vinte, trinta ou quarenta nomes, se tanto d'elle se exigiu, a troco de fazer jus ao benesse dos 110\$000 réis. Que valor pôdem ter, portanto, semelhantes informações ? Que calculos se podem fazer sobre ellas ? Nenhuns : absolutamente nenhuns

Façamos, porém, justiça ao ministro, que cria tanto como nós na exacção desse algarismo. Mui habil era elle nestas materias d'instrucção para ignorar o facto que acima apontámos, do numero possivel d'alumnos que o país offerece, calculado sengundo as regras da sciencia ; e para não ver que era impossivel ser exacto esse numero que dava por effectivo. Assim, ao passo que apresentava em tão próspero estado as escholas, concluia o seu relatorio por estas notaveis palavras : «Serão, porém, baldadas todas estas providencias *se as escholas estiverem desertas d'alumnos*, ou se for entregue o ensino da mocidade a *pessoas ignorantes e indignas, como sempre ha-de acontecer, enquanto se não prover*, etc.» Esta era a expressão sincera e exacta, do que o espirito agudo do ministro

entendia : o calculo, isso era trabalho de secretaria...

Para levar á ultima evidencia o imaginario dos taes trinta mil alumnos, accrescentaremos mais uma breve observação. O numero d'escolas necessarias para derramar por toda a superficie do país a instrucção primaria não pôde ser inferior, segundo nossas averiguações, a 1 : 400 ou 1 : 500. O numero legal das que não existiam e ainda existem, não sobe a 1 : 100 : destas, segundo o mesmo relatorio, pouco mais de 800 estavam providas, isto é, pouco mais de metade das necessarias havia para satisfazer as precisões do país, ficando por consequencia a outra metade deste sem instrucção primaria. Devia-se, pois, concluir daquelle numero indicado e deste facto, que nos districtos em que essas escolas estão estabelecidas, já nenhuma creança deixava de aprender a ler e escrever ; o que nos fazia exceder muito a França e a Inglaterra e hombrar com a Prussia. Pobres calculadores!

O fecho do relatorio ácerca da instrucção primaria é que desgraçadamente é exacto! Com honrosas e quasi raras excepções, os mestres de primeiras lettras não desempenham nem podem desempenhar seu mister : por outra parte, os paes e tutores da infan-

cia recusam-lhe a educação litteraria, por motivos que noutro logar exporemos. Sem professores e sem discipulos, como haverá instrução? Ella não pode existir. Quantas informações, quantos algarismos o governo apresentar a este respeito, serão falsos, serão um engano feito ás camaras, uma decepção para o país.

Em maio de 1840 apresentou-se por parte do ministerio um projecto de enxertia á lei de 15 de novembro. Fará esta vergontea fructificar a arvore que a experiencia mostrou bravia? A commissão d'instrução publica da camara dos deputados ainda não emittiu opinião sobre elle: na falta desta opinião, que por certo será a mais acertada, attenta a extraordinaria capacidade da maior parte dos membros daquella commissão, seja-nos licito, a nós humildes jornalistas, fazer ácerca desse projecto algumas ponderações.

III

O governo, como notámos, tinha no seu relatorio de Janeiro deste anno indicado o triste estado em que se achava a instrucção primaria; ao concluir a parte d'elle relativa a esse ponto, desmentindo os algarismos que pouco acima apresentara, pusera a mão sobre a funda chaga que corroía e corroe a educação intellectual do povo. Ahi se affirmara em nome do executivo aquillo que todos viam, a solidão das escholas e a inhabilidade da maior parte dos professores primarios. Abstendo-se de enumerar todas as causas deste phenomeno, o governo apontara só um dos motivos da raridade de mestres habéis, a falta de uma segura e decente sustentação, mas não dissera á camara porque razão estavam desertas as escholas; sendo evidente que a inhabilidade dos mestres não podia ser o unico motivo de semelhante facto.

Fosse, porém, o que fosse, o relatorio ministerial punha o governo na necessidade de propor ao corpo legislativo providencias que remediasssem o mal. Com effeito ao mez de julho appareceu uma proposta para a reforma da lei d'instrucção primaria.

Esta proposta devia ter por alvo o remover todas as causas dos dous grandes inconvenientes que o ministerio apontara no seu relatorio, a falta de alumnos e a inhabilidade dos professores. Deste modo ella seria logica, seria a consequencia do relatorio e revelaria no ministerio a unidade de pensamento governativo. Examinemos se esse é o character della.

Encerra essa proposta 18 artigos: os primeiros são relativos ás escholas d'ensino mutuo, considerado como methodo normal na lei de 15 de novembro de 1836. Em boa parte estes artigos conteem materia que nos parece mais regulamentar que legislativa. Aquella lei tinha omittido judiciosamente a designação dos locaes das escholas normaes; porque sendo estas instituições publicas, e de nenhum modo particulares ou municipaes, era evidente que para o seu estabelecimento deviam ser destinados edificios publicos: o § que ordena «seja entregue ao professor a casa e adereços da eschola por via de um auto, que o torne res-

ponsavel por elles» parece-nos pueril numa lei. Quando muito seria isto materia d'instrucções do governo aos seus subalternos. No artigo 4.º repete-se a doutrina do § 1.º do artigo 15.º da lei, em que se concedem trinta mil réis de gratificação aos professores d'ensino simultaneo, que o substituirem pelo ensino mutuo. Na proposta supprimem-se as palavras — *verificando-se isto pela auctoridade competente, intervindo consulta desta, e decreto do governo* — para depois se diluirem em um extenso paragrapho.

O artigo immediato (5.º) versa sobre um dos pontos mais importantes de qualquer lei, que se possa fazer ácerca d'instrucção primaria. Estabelecido o principio de uma contribuição imposta aos municipios para ajuda do custeamento das escholas, era preciso regulá-lo na sua applicação. A lei de 15 de novembro era deficiente nesta parte. A experiencia tem provado exuberantemente, que a disposição que manda contribuir as municipalidades com vinte mil réis annuaes para o ordenado dos professores primarios dos concelhos, não só é inconveniente mas tem sido vã, por não traser comsigo os meios de a tornar effectiva. O pensamento do governo é, porém, exacto e luminoso: esta contribuição deve ser propor-

cional ao numero de discipulos que frequentarem as escholas : assim esse onus que, como já ponderámos se pôde suppor, talvez, contrario ao espirito da Constituição, considerado á luz da razão e dos verdadeiros principios politicos se justifica plenamente. O concelho despende em proporção do beneficio que recebe : ajuda a nação a pagar a divida da geração actual para com a futura ; mas este adjutorio é assim justo e moral.

O pensamento do governo foi, todavia, completamente estragado por quem quer que redigiu a proposta, estabelecendo «que nas cidades principaes as camaras paguem cinco mil réis anuaes por cada dez discipulos acima de 60, que frequentarem a eschola : nas outras cidades e villas pelos que excederem a 40 ; nas aldeias por cada década acima de 25.»

Já dissémos, e prová-lo-hemos em logar competente, que no estado actual da população do país, o numero total das creanças do sexo masculino, que devem frequentar ao mesmo tempo as escholas primarias, é de sessenta e tantos mil : provaremos tambem que, attendendo á extensão da superficie do nosso territorio, ao derramamento das povoações, ao numero dos habitantes, á natureza

irregular do solo, á falta de estradas e caminhos transversaes, ás difficuldades de transito, que offerece um país mal arroteado, cheio de torrentes e brejos invadiaveis no inverno, o numero d'escholas precisas para levar a instrucção primaria a toda a parte, não deve ser menór que 1 : 400 a 1 : 500. Dividido o numero total dos alumnos possiveis pelo das escholas indispensaveis, temos 45 para cada eschola ; do qual algarismo, deduzindo, em relação ás aldeias, pelo menos 5 alumnos, em consequencia de devermos suppor uma proporção mais avultada nas cidades, onde a população está agglomerada, seguir-se-ia, que *frequentando as escholas ruraes todas as creanças que as devem frequentar, o ordenado municipal do professor nunca excederia quinze mil réis annuaes* ; ficando assim este ainda em peiores circumstancias do que actualmente se acha. Mas se attendermos a que a hypothese de uma frequencia completa, só talvez daqui a um seculo se poderá verificar ; se attendermos, além disso, ao grande numero de familias abastadas, que fazem ensinar seus filhos ou tutelados por mestres particulares, por felizes nos dariamos se uma boa lei de instrucção fizesse com que dous terços da infancia frequentassem as escholas publicas Nesta hypo-

these, já excessivamente favoravel, ainda o ordenado municipal do professor rural, a seguir-se o dictamen do governo, seria quasi ou absolutamente — nada!

Nem se diga, que a proposta attendeu ao numero d'escholas actualmente existentes e não ao das que deviam existir. As escholas não são cousa volante que se transporte de uma para outra parte. Os habitantes das povoações, onde não as ha, não mandam seus filhos buscar o ensino primario a distancia de duas ou trez léguas. Deixam-nos vegetar na ignorancia, como elles vegetam, como vegetaram seus paes e avós. E ainda quando se persuadissem que isto é um mal e desejassem remediá-lo, as circumstancias proprias e as materiaes do país lhes tornariam inuteis essas intenções louvaveis.

Suppondo, porém, que este *maximum* estabelecido na proposta, além do qual devia começar o vencimento municipal dos professores assentava sobre fundamento estatisticos, ainda assim, o defeito da *inutilidade*, que se notava no artigo correspondente da lei de 15 de novembro, ficava subsistindo na proposta de 16 de julho. Bastaria porventura dizer: *esta gratificação será paga peremptoriamente?* Terá este adverbio a força necessaria para se

fazer obedecer pelas municipalidades, que, quasi por toda a parte, recusam pagar os vinte mil réis estabelecidos expressa e terminantemente na lei de 1836? Se ellas disserem «*não temos, ou não queremos*», far-lhe-ha penhora nos bens do concelho o vosso *peremptoriamente*? *Peremptoriamente* é acaso alguma força physica ou moral, que lucte com a cousa mais robusta deste mundo, a *teima* municipal?

O justo pensamento de substituir a gratificação fixa pela gratificação fluctuante foi, portanto, um pensamento completamente inutilizado.

Deixaremos de parte as disposições da proposta, relativas ás aposentações, jubilações, substituições, como providencias mui secundarias, quando se tracta da propria existencia do ensino primario; contentando-nos de ter apontado a leveza com que foi redigido o artigo relativo ás gratificações municipaes; ao passo que se desceu ao ridiculo de marcar a epocha e os dias das férias nas escholae, quando era necessario resolver os mais graves problemas da organização do ensino popular.

Dous artigos se encontram ainda nesta proposta, dedicados a dar solução a outros tantos desses problemas capitaes. Num delles o pensamento nos parece excellente, péssima

a sua fórmula : no outro péssimos o pensamento e a fórmula.

É o primeiro (art. 13.º) obrigar por via de multas os paes ou tutores a enviarem seus filhos ou tutelados á escola publica. Esta providencia em um país tão atrasado como o nosso, onde ainda bem longe de se ter amor á instrucção, se lhe tem uma especie de horror é absolutamente necessaria : mas o que vem a ser altamente absurdo é o modo porque se pretende tornar effectiva essa penalidade. Diz o art. 13.º — «as camaras municipaes *poderão* «impor multas annualmente, até a quantia «de 800 réis, aos paes omissos, que, tendo «filhos varões de 8 a 12 annos de idade, os «não mandarem instruir nas escolas de ensino gratuito, havendo-as nas suas respectivas parochias.» — *Poderão?! Quaes* seriam as camaras legislativas, que sancionassem assim o arbitrio municipal de uma pena pecuniaria? Pela doutrina do artigo, as municipalidades poderiam impor ou deixar de impor a multa, segundo se lhes antojasse : os proprios vereadores, se lhes aprouvesse, deixariam seus filhos sem instrucção primaria, e obrigariam os alheios a recebê-la : se lhes aprouvesse estabeleceriam nos concelhos um privilegio de ignorancia. Doutrina monstruosa

fora esta, que não serviria senão de converter a instrução popular em instrumento de discordias e iniquidades.

O decreto de 15 de novembro de 1836 tinha creado commissões inspectoras nos concelhos, para vigiarem pela execução das leis e regulamentos relativos á instrução primaria. Estas commissões gratuitas, sem sanção penal para os que mal servissem nellas, e sem incentivo de premios para aquelles de seus membros que bem desempenhassem as obrigações que lhes eram impostas, difficilmente poderiam preencher os fins de sua instituição. Além disso, sendo secretario e vogal de cada uma dellas um professor, nos concelhos onde houvesse uma só escola, este seria ao mesmo tempo vigia e vigiado. Pelo contrario nos concelhos onde houvesse muitas escolas, a inspecção forçosamente havia de desprezar as mais remotas, não sendo provavel que ninguem quisesse gratuitamente sujeitar-se a andar numa especie de correição continua, percorrendo as diversas parochias do concelho, unicamente por amor da educação intellectual do povo. Assim, nunca se tractou seriamente, ou nunca se alcançou o instaurar taes commissões; e o ensino primario tem hoje por garantia unica do seu

desempenho a consciencia dos mestres, que no exercicio do seu ministerio costuma ser geralmente larga.

A necessidade, pois, de reformar a lei nesta parte era evidente, e o governo transferiu, na sua proposta, a inspecção das escholas para as camaras municipaes. Com a lei de novembro esta mudança teria graves inconvenientes; com as novas disposições da proposta tinha mais alguma cousa: era um disparate solemne.

A experiencia de quatro annos tem-nos provado, que de todas as despesas geraes que as leis attribuem aos municipios, a que estes com mais avesso animo acceitam é a das escholas primarias. Calçar a testeira da morada de um vereador, é negocio para este mil vezes mais serio (falamos em geral) que na conservação de todas as escholas do mundo. Para elle seria antecipar a bemaventurança celestial, o poder trocar em preço de picaretas que arrasassem os monumentos de arte e da historia, ou ao menos em boiões de cal que os estragassem, os vinte mil réis, tão chorados, que a lei vae buscar ao cofre do concelho para o pobre mestre eschola. Substituida esta gratificação fixa pela gratificação fluctuante da proposta, e encarregada a camara da inspecção das escholas, a victoria das picaretas e da cal delida era irreme-

diavel, e a gratificação passava da bolsa do professor para a do ferreiro da aldeia ; porque os vereadores tinham nas suas mãos o impedir que o numero dos alumnos excedesse os maximos estabelecidos no artigo 5.^o da proposta ; não só como inspectores, mas como auctorizados a impor ou perdoar, *ad libitum*, as multas aos paes e tutores omissos.

Por estas rapidas observações se conhece que a proposta de 16 de julho, onde inquestionavelmente trasluzem pensamentos de verdadeira refórma, pelo errado desenvolvimento destes, seria, se a convertessem em lei, mais uma calamidade, não só para os professores, mas para a propria instrucção. Felizmente para o país, ella repousa em paz na commissão d'instrucção publica da camara dos deputados, onde nada remedia, mas onde tambem não faz mal.

Chegará um dia, em que haja quem olhe com sisudeza para os destinos da geração que vem após nós ? Esperamo-lo ; porque como diz Ugo Foscolo, a esperanza é a ultima divindade do homem. Entretanto exporemos as nossas ideias ácerca do que nos parece necessario fazer nesta materia, para o solido estabelecimento e generalização do ensino primario no nosso país.

IV

Incompleto, desassisado, redigido com incrível leveza, o projecto do governo sobre as eschololas da infancia, de nenhum modo poderá tirar o ensino primario da sua situação deploravel. Examinando-o concisamente, e com a maior imparcialidade que podemos, nas suas disposições capitaes, cremos ter dado demonstração sobeja dessa triste verdade : triste, dizemos, porque é nossa convicção profunda, que só o governo está habilitado para offerecer ao corpo legislativo uma proposta de lei sobre este assumpto, que seja adaptada ao estado do país ; pois que só elle pode ajunctar as theorias a uma segura experiencia. Todavia como é possível dizerem-nos que é mais facil criticar que substituir, por isso trasemos á luz as nossas opiniões ; não com a certeza de serem as melhores, mas seguros de que não as atiramos ao papel irreflectidamente e sem consciencia.

Além de estabelecer varias provisões, por assim dizer avulsas, tendentes a torná-la effectiva, qualquer lei sobre instrucção primaria deve attender a seis pontos principaes : 1.º, materia da instrucção ; 2.º, organização das escholâs ; 3.º, methodo do ensino ; 4.º, assegurar a concorrência, a capacidade e ao mesmo tempo a sustentação dos professores ; 5.º, direcção das escholâs ; 6.º, frequencia dos discipulos. Cada um destes pontos requer certo numero de disposições ou leaes ou regulamentares, em que se prevejam as diversas circumstancias que nelles se dão ou devem dar, e em que conjuntamente se faça que de tão variadas providencias resulte a harmonia, e por consequencia a facilidade da execução dellas.

Facil é de ver por esta enumeração, que muitos artigos de uma boa lei de instrucção primaria assentam sobre theorias ; mas que outros, para preencherem o seu fim, dependem principalmente de conhecimentos especiaes do estado material, politico, economico e moral do país. As modificações que esse conhecimento deve produzir, ao querermos transplan-tar para a nossa terra as instituições análogas das outras nações, são importantissimas ; e, se a ellas se não attender devidamente, o resultado será o mesmo que tem produzido as in-

stituições políticas ou civis de outros povos ; que, imitadas por nós, sem attenção á diversidade do nosso estado social, se tem desacreditado, sendo em si excellentes e até susceptíveis de aclimação, uma vez que se accommodassem ao modo de ser nacional.

As melhores providencias sobre a organização do ensino primario, tem-se em grande parte successivamente formulado sobre a larga e sólida base de uma diuturna experiencia. É por isso que em cada um dos países onde a illustração se acha mais derramada entre o povo, essas providencias variam segundo as circumstancias peculiares delles. A organização do ensino na Prussia e na Austria, primeiros modelos de que não é possível afastar os olhos quando se querem estudar as questões d'instrucção publica, differe essencialmente da organização das escholas de Inglaterra e ainda muito do systema francês. A nação dinamarquesa, cujos progressos nesta parte são admiraveis, tem chegado a esse resultado por meios bem diversos dos que emprega a Suissa, talvez nada inferior a ella na generalização do ensino primario. Cada um dos povos mais adiantados tem obtido os mesmos fins por diversos caminhos. Isto succede, porque cada um delles seguiu o caminho que mais convinha ao seu

modo d'existir, sem se adstringir á imitação de systema alheio, que pôde ser excellente em uma localidade mas inapplicavel a outra.

Se ha país, onde seja necessario attender constantemente ás circumstancias particulares do seu estado material, é este em que vivemos. O character industrial da nação é principalmente o da industria agricola : a povoação não é proporcional á extensão do territorio : os accidentes do nosso solo são variadissimos, pôde-se dizer que Portugal é um país de montanhas : carecemos absolutamente de meios de communicação interna : eis as grandes difficuldades materiais com que uma lei de instrucção geral tem de lutar. As difficuldades moraes não são menores, e porventura que a maior parte dellas nasce da inercia da ignorancia que ella tem de combater. Tudo o mais é comparativamente facil de obviar : mas pelo que toca a estes embarços, a lei não pôde fazer mais que acceitá-los, provendo em que as suas fataes consequencias produzam o menor damno possivel ; e mais pôde ainda fazer nesta parte a acção administrativa, que as melhores providencias legaes. É por isso que se torna de absoluta necessidade deixar ao arbitrio das auctoridades, encarregadas da direcção das escholas, o resolverem muitas cousas que per-

tenceriam á lei, se não fosse impossivel uniformar completamente o systema d'ensino num país onde acontece o serem os costumes, a industria e o character dos habitantes duma provincia, tão diversos do genero de vida, índole e habitos dos doutra, quanto talvez o aspecto e natureza do solo de cada uma dellas são differentes e talvez oppostos entre si. A exequibilidade é a primeira virtude de qualquer instituição, e a exequibilidade em uma lei d'instrucção nacional só pôde resultar de nunca o legislador esquecer esse pensamento fundamental da *variedade na unidade*, que deve presidir á feitura da mesma lei.

V

A primeira questão que naturalmente se deve suscitar, quando se tracta do grave objecto da instrucção do povo, é o saber em que ella haja de consistir ; porque este é o ponto culminante á roda do qual se collocam, como subordinados a elle, todas as outras questões.

A instrucção publica, repetimo-lo, tem por alvo o individuo e a sociedade, o beneficio do cidadão e a utilidade da republica. A illustração deve facilitar ao homem o adquirir a subsistencia e uma porção maior ou menór dos cómodos da vida ; e ao mesmo tempo torná-lo mais digno membro da grande familia chamada nação. Cumpre, pois, que essa educação intellectual realize estes dous fins e que por isso seja considerada a duas luzes diversas.

Do duplicado destino do homem a parte mais importante é incontestavelmente o seu destino social : o individuo, por nos servirmos

de uma imagem, como que fica sumido na sombra do grande vulto da patria. Que o egoísmo combata este grande principio; embora! Proclama-o quanto ha nobre e generoso no coração humano, e accorde com os corações grandes; ensina-o a mais pura e formosa de todas as philosophias, a velha religião do Christo. A abnegação individual ante o interesse da patria é uma sublime humildade. Tirae-a e a sociedade perecerá: o sacrificio do que morre por defender a vida e a fazenda dos seus concidadãos, por conservar livre e honrada a terra em que repousam os ossos de seus avós, será um suicidio, se voluntario, um assassino, se exigido: o que abandona o trabalho de que vive para ir assentar-se juiz no tribunal de seus pares, será um louco; louco o que pagar tributos ou acceitar cargos publicos e gratuitos. A existencia do soldado, do guarda nacional, do jurado, do vereador, do contribuinte será um absurdo. Mas a verdade é que o interesse do individuo desaparece em todos estes casos diante do interesse publico, e a abnegação necessaria para isso é mais ou menos completa em cada país, na proporção do progresso ou atrasamento da educação intellectual do povo que nelle habita.

Este principio, pois, deve dominar na orga-

nização do ensino geral : o homem que entra na vida, pertence primeiro á republica do que a si proprio. Mas ninguem diga que haja por esse motivo de se exigir d'elle, que desmint a voz intima e imperiosa que nos ensina constantemente a buscar a propria conservação e a propria ventura. Bem longe disso, a sociedade a cujo proveito elle põe vida, trabalho e fazenda, deve escutar com amor de mãe essa voz que a natureza faz soar nos corações de seus filhos. Emquanto estes dissimulam o grito da consciencia a impulsos de amor da patria, é necessario que esta corresponda com igual carinho em retribuir aos seus sacrificios. Onde e quando esta lucta de generosidade e virtude for sincera e completa, o genero-humano terá tocado as raias da perfectibilidade : então a crença do evangelho, estrada que conduz da morada do homem á morada de Deus, terá unido a terra ao Céu, e a Cruz terá concluido a sua missão dos seculos.

Oh ! quão apartados vamos nós ainda dessa ventura ! Mas confiemos e esperemos. Porque se havia a Providencia de esquecer de nós ?

A lei de instrucção do povo tem, pois, que resolver um grande problema politico : crear dous gráus de ensino, um para o homem como cidadão, outro para o homem como individuo,

fazendo predominar em cada uma dessas divisões os dous principios do *eu* e *não eu* social, que parecem oppostos, mas que a philosophia sabe reunir e harmonizar.

Instrucção geral elementar ; instrucção geral superior : eis os fundamentos da futura felicidade do país, da felicidade do estado e dos individuos. A primeira representará o direito da republica, a segunda o de cada um dos seus membros : aquella deverá ser ministrada a todos e a todos constranger, porque é obrigação commum e universal : esta facultada a todos porque é direito commum e universal. Ainda nenhuma lei attendeu entre nós a estes distinctos caracteres do ensino geral : por isso a nossa legislação tem variado nas suas disposições a este respeito e o executivo fluctuado indeciso na sua applicação. *Acceitae*, porém, os bons principios, estabelecei, propague, melhora este systema de educação complexa, e as gerações vindouras vos abençoarão.

VI

Dividido o ensino geral em duas partes distintas, caracterizadas, a primeira pelos seus fins principalmente sociaes, a segunda pelos seus fins principalmente individuaes, a materia desse ensino duplicado vem naturalmente collocar-se nas respectivas divisões ; mas a extensão d'elle deverá ser modificada pelas condições e estado da sociedade, onde se tracta de estabelecer sobre novos e solidos fundamentos a instrucção nacional. As considerações que dahi resultam, não fazendo mudar na essencia a materia do ensino, estreitam ou alargam todavia os seus limites, em proporção dos meios ou difficuldades, progresso ou atrasamento em que se acha o país.

Segundo a lei franceza de 28 de Junho de 1833, o primeiro gráu d'instrucção geral comprehende o *ensino moral e religioso* — a *leitura* — a *escripta* — o *systema legal de pesos e me-*

didás — os elementos do calculo — e os elementos da linguagem. O segundo gráu comprehende, além disso, os elementos da geometria e as suas applicações usuaes, especialmente o desenho linear e a agrimensura — os rudimentos das sciencias phisicas e da historia natural applicaveis aos usos da vida — a musica — os elementos de historia e de geographia, especialmente os da historia e geographia da França.

Na Prussia (modelo que a França seguiu) existe a mesma divisão d'escolas elementares e superiores. Tanto as elementares (*elementarschulen*) como as superiores ou burguezas (*burgerschulen*) comprehendem as mesmas materias, mas numa escala mais vasta ¹. As primeiras teem por alvo o desenvolvimento regular das faculdades do homem pelo ensino mais ou menos extenso dos conhecimentos usuaes, indispensaveis ás classes inferiores nas povoações e nos campos. As segundas guiam a

¹ Para não sermos demasiado extensos enviamos os leitores ao que se disse sobre as escolas da Prussia no *Repositorio Litterario*, jornal publicado no Porto em 1835 — e os que souberem francês ao *Relatorio sobre a Instrucção Publica na Alemanha* por Victor Cousin, e á excellente obra de Ducpétiaux sobre o estado da Instrucção primaria e popular na Belgica.

mocidade até o ponto em que possam manifestar-se nella disposições para tal ou tal profissão, ou ainda para os estudos superiores.

O projecto de lei apresentado ao parlamento belga em agosto de 1831 pela commissão especial encarregada de o elaborar, e que não sabemos se foi já convertido em lei tal qual ou com alterações, tinha o defeito de não dividir os dous gráus d'instrucção geral, e de separar della o ensino religioso. Porém, ainda que dum modo incompleto, a commissão attendera ao duplicado fim do ensino, e nas escholas *unicas* estabelecia ao menos vagamente o ensino dos elementos e das sciencias applicaveis. O projecto de Ducpétiaux publicado em 1838 remediava, talvez com alguma exaggeração em contrario sentido, estes defeitos. Não sabemos o modo porque a representação nacional da Belgica resolveu a questão ou se já a resolveu : o que sabemos é que naquelle país a instrucção do povo vai prosperando grandemente.

Na lei do cantão de Vaud na Suissa, onde a instrucção nacional se acha num estado florentissimo, tambem a divisão das escholas não existe ; mas em cada uma dellas o ensino abrange completamente ambos os gráus, isto é, o elementar e o superior, com levissimas differenças dos systemas francês e prussiano.

Na Austria, na Lombardia, na Bohemia e na Dinamarca, a divisão do ensino acha-se estabelecida com maior ou menor largueza em cada uma das suas partes, mas sempre subordinada á ideia fundamental de dar a instrução necessaria ao total dos cidadãos em utilidade commum, e a instrução applicavel em proveito individual ao maximo numero delles.

Vemos, pois, que no maior numero de países onde as questões d'instrução nacional tem sido meditadas e acertadamente resolvidas, onde a illustração tem produzido ao mesmo tempo o augmento da moralidade publica e o da industria e riqueza, a auctoridade não se tem limitado a propagar o ensino de ler e escrever, porque por si só não resolvia o problema. A necessidade de o completar sente-se por toda a parte, e o seu complemento está nas escholas superiores de ensino geral.

Concordes com a razão e auctoridade das nações, que em materia d'ensino devemos tomar por modelos, nós proporíamos o estabelecimento simultaneo das escholas elementares e superiores na proporção que posteriormente indicaremos, limitando-nos por agora á materia do ensino tanto em umas como em outras, accommodadas ás circumstancias peculiares do nosso país.

O ensino geral elementar deve abranger :

- 1.º A leitura d'impressos e manuscritos ;
- 2.º A escripta ;
- 3.º Os principios de arithmetica até á regra de trez, inclusivé ;
- 4.º O cathecismo religioso.

O ensino geral superior deve abranger :

- 1.º A grammatica portuguesa e exercicios de ler e escrever correctamente, servindo de texto para a leitura e themas o Novo Testamento ;

- 2.º Os elementos de historia patria e de geographia ;

- 3.º A arithmetica completa, os elementos de geometria e as suas applicações usuaes, especialmente o desenho linear e as noções mais necessarias de agrimensura ;

- 4.º Os rudimentos de physica e com especialidade os de mechanica, os principios de chimica applicada ás artes, os elementos de botanica applicada á agricultura, e idéas geraes sobre hygiene popular.

Este quadro é na verdade mais limitado que o das instituições analogas da Prussia e da França. Mr. de Girardin, o homem que neste ultimo país talvez tenha meditado mais sobre semelhante materia, pensa comtudo não ser

sufficientemente extenso o quadro estabelecido na lei de julho de 1833¹. Em Portugal elle seria demasiado e muito mais por consequencia o da Prussia.

Consideremos cada uma dessas materias em separado e comparadamente: parece-nos este o methodo mais claro e simples que podemos seguir.

Leitura e escripta

Base da instrucção, o ler e escrever é em toda a parte objecto de ensino elementar: a questão unica possivel neste ponto versa sobre preferencia de methodos: esta questão tractá-la-hemos em seu devido logar.

*Principios de arithmetica até á regra
de trez, inclusivé*

Mais ou menos resumidamente estes principios, conhecidos pela denominação de *contar*, ensinaram-se sempre nas nossas escholas de primeiras lettras. Entendemos que é necessario dar-lhes a extensão que propomos. Até ás simples proporções a arithmetica é necessaria a

¹ De L'Instruction Publique en France (Paris 1840) pag. 38.

todos os individuos nos mais triviaes usos da vida ; necessaria muitas vezes no exercicio dos deveres publicos ; razão principal de ser considerada como indispensavel nas escholas elementares. As expressões *calculo e arithmetica practica, calculo, elementos de calculo* que se empregam na lei prussiana e francesa e nos projectos dos srs. Girardin e Duepétiaux, pareceram-nos vagas, deixando de algum modo ao arbitrio dos mestres a extensão deste ensino. Derterminámos por isso o termo onde julgamos ser mais conveniente que elle chegasse.

Cathecismo religioso

Na lei prussiana é este o unico ensino moral que se estabelece para as escholas elementares, enquanto na lei e projectos franceses e belgas se diz: *instrucção moral e religiosa*. Esta differença, que parece de pouco momento, é caracteristica por um lado do profundo pensar allemão, pelo outro das idéas anti-religiosas que dominavam ha meio seculo na França, e que ainda não foram completamente extirpadas até nos espiritos mais illustrados. A educação moral da infancia, quasi que diríamos da generalidade dos homens feitos, não deve nem pôde ser senão a que

nos offerece a religião. No cathecismo religioso está para ella toda a moralidade possível, e só a moral que se liga aos affectos mais sanctos do coração, ás nossas relações com o céu ás nossas esperanças além da morte, é intelligivel, porque só ella sabe dar razão da sua existencia. A moral da philosophia é suave e pura como uma destas estatuas de mulher que se encontram sobre as campas dos antigos sepulchros: é formosa mas é gélida e insensivel: vemo-la, passamos e esquecemo-la. A moral filha da fé assemelha-se á virgem cheia de mocidade e viço: vemo-la e não a esquecemos. Ella nos acompanha na perigrinação da vida, porque as promessas e as ameaças de Deus nos fazem voltar os olhos de continuo para a sua imagem. Guardae as vossas doutrinas de sabios para o orgulho da sciencia: para os pequenos e ignorantes, basta o cathecismo. O evangelho é mais claro e preciso que os volumosos escriptos de todos os moralistas philosophos desde Platão até Kant: a moral que não desce do céu nunca fertilizará a terra.

E' nossa opinião que nesta parte do ensino geral, tanto elementar como superior, se não admitta mais do que um bom cathecismo e a Biblia, para que logo na infancia se não incuta aos homens a errada idéa de que é possível

separar duas cousas que realmente são uma só — religião e bons costumes.

Na Prussia o ensino elementar abrange muitas mais disciplinas ; mais ainda do que as por nós propostas para o ensino das escholas superiores ; mas a Prussia é decerto o país mais intellectual da Europa e porventura o mais adiantado em tudo ; e nós, bem doloroso é dizê-lo, somos nascidos de pouco para a verdadeira civilização. Seria absolutamente impossivel achar em Portugal cem mestres para regerem escholas elementares como as prussianas, e todavia a natureza do ensino elementar trás consigo a condição indispensavel de ser rapidamente levado a todos os angulos do reino.

Na lei franceza as escholas elementares abrangem, além da leitura, escripta, arithmetica (*calculo*) e cathecismo (*instrução moral e religiosa*) o systema legal de pesos e medidas e elementos da grammatica vulgar. O projecto de Mr. de Girardin, accrescenta a musica vocal (*canto*) seguida e estabelecida nas escholas elementares prussianas.

As razões porque omittimos o systema legal de pesos e medidas e a musica vocal, são obvias. Portugal ainda não tem um systema regular de pesos e medidas ; mas logo que elle

exista, de necessidade deve fazer parte do ensino elementar. Um trabalho preciosissimo do sabio academico o sr. Franzini sobre este assumpto foi apresentado ao senado; mas provavelmente terá por fado o esquecimento, como por via de regra o tem em Portugal tudo o que é verdadeiramente util. Quanto á musica vocal, a falta de mestres habilitados para a ensinarem, a torna impossivel nas escholas; mas quando assim não fosse parece-nos que ainda é cedo e mui cedo para curarmos destes apices de civilização: talvez pudessemos dizer o mesmo da França, e das idéas de Mr. de Girardin nesta parte, como em outras do seu aliás excellente livro.

Pelo que respeita ao ensino dos elementos da grammatica da lingua, apesar de se attribuirem geralmente ás escholas elementares, nós inclinamo-nos a crer que o tempo applicado a este ensino seria de maior proveito á infancia, em lhe radicar melhor no espirito as noções de arithmetica e os principios religiosos. Na idade para que são destinadas as escholas elementares, os leves principios de grammatica em que as creanças podem ser instruidas, serão facilmente esquecidos por estas: as locuções viciosas do povo só podem ser emendadas pelo habito diuturno de boas leituras, e

ainda pelo exemplo e tracto daquelles que frequentarem as escholas geraes superiores, onde nós queremos que se ensine a grammatica da lingua com alguma extensão. Além disso, emquanto as trévas da ignorancia popular são tão espessas, a maior ou menór correcção da linguagem do vulto não pode ter a importancia que se lhe dá em países mais civilizados que o nosso. Quando as precisões materiaes do ensino estiverem satisfeitas, então curaremos dos aperfeiçoamentos puramente intellectuaes. Não receemos que entretanto os homens do povo deixem de se entender perfeitamente uns aos outros.

A existencia das escholas elementares quasi que só satisfaz um dos postulados da instrução geral : habilitar os individuos para desempenharem as obrigações que lhes ha-de impor a sociedade, como cidadãos de um país livre. Com effeito, o ensino de ler, escrever e contar e da moral religiosa, de muito maior proveito servirá á republica do que aos seus membros individualmente, se aqui parar a educação intellectual do povo. Bem pouco destas doutrinas tem por si uma applicação immediata ao bem estar material daquelle que as recebeu, quando pelo contrario o preparam para servir os cargos gratuitos do municipio ou da paro-

chia, para jurado e, enfim, para mil cousas que se podem considerar como gravames ou impostos onerosos. Limitada assim a instrução, a lei que a propagar e tornar obrigatória será da parte da sociedade uma lei egoista, uma lei de sacrificio sem compensação; e não admira que o espirito publico reaja contra o que ella contém de tyrannia.

E' o que de algum modo tem acontecido em Portugal desde 1834. Uma das causas da solidão dessas escholas que ainda subsistem no país, é e deviam grande parte a este defeito essencial da instrução primaria. O jurado, essa preciosa garantia da vida, honra e fazenda dos cidadãos; essa instituição tão vantajosa, tão portuguesa, que nós não fomos realmente pedir a estrangeiros porque ella coexistiu com a infancia da monarchia, e já então foi um penhor de justiça e um elemento de ordem; essa instituição benefica e liberal tem sido entre nós um flagello para a instrução. Os paes, a quem as sessões de jurados roubam muitos dias do trabalho de que se mantem, consideram a instrução elementar que receberam como um malaventurado presente e olham como um beneficio feito a seus filhos o recusar-lhes o ensino elementar. Temo-lo ouvido a muitos e esta idéa propaga-se por toda

a parte, enraíza-se nos animos, e, se as cousas continuarem no estado em que se acham, renovar-se-ha neste seculo a ignorancia do duodecimo, em que de dez mil individuos apenas um conheceria os caracteres do alphabeto.

Todavia o raciocinio do povo é exacto; as premissas é que são falsas; mas não foi elle que as pôs: foi a sociedade e a lei. Na falta de instrução elementar em que se achava o país com as novas instituições actuaes substituíram as antigas, o jury devia forçosamente ser um onus pesadissimo para aquelles que estavam habilitados para membros d'elle. Era um mal inevitavel; uma geração qualquer devia passar por elle. O ponto estava em empregar todos os meios para o remediar, e o principal era por muitos motivos o generalizar a instrução popular.

Faz lastima ouvir nossos grandes homenzinhos concluir em das resistencias que entre nós tem encontrado a instituição dos jurados, e sobretudo dessa força de inercia que o povo lhe oppõe, que ella não convem ao país e está em opposição com os habitos dos portuguezes. O que não convem ao país é que este gravoso imposto de trabalho pese apenas sobre um cidadão, quando devia ser repartido por cem ou

mil, tornando-se assim não só supportavel mas leve ; o que não convem aos pais é que o povo ignore a importancia desſa garantia, importancia positiva e material para a sua vida, honra e fazenda ; o que não convem ao paíſ é o abandono em que vós tendes deixado o ensino geral ; o que não convem ao paíſ é que, ainda quando se propaguem as escholas elementares e todos sejam obrigados a frequentá-las, se limite a instrucção intellectual do povo áquillo que de futuro só lhe póde produzir encargos sem proveito material. Eis o que não convem. Os que pensam que o jury deve abolir-se pelos seus máus resultados, assemelham-se a um homem ébrio, que tendo caído por uma escada abaixo, concluísse dahi que não devia haver escadas, em vez de procurar o remédio de semelhantes accidentes na emenda da embriaguez.

São duas verdades dictas e redictas, mas que nem por isso ficam sendo menos exactas, que as instituições liberaes caminham a par e concatenadas, e que a illustração é o laço que as une e as torne fortes e prolificas de utilidade publica. Para este fundamento de toda a liberdade poder fructificar é preciso que o povo o conheça e saiba que d'elle depende a sua felicidade. E como perceberá o povo que a illustra-

ção é a fonte caudal de todo o bem, se os fructos immediatos que della colhe são só de trabalho e oppressão? Os syllogismos do vulgo raras vezes são falsos em si, mas o que o vulgo não sabe é junctar uma série delles para chegar á verdade. Por isso debalde lhe bradareis que enquanto se não instruir será desgraçado e oppresso. Partindo dos factos que vê e experimenta, responder-vos-ha que mentis, e esses factos isolados põem evidentemente da sua parte a razão.

Daqui a necessidade de compensar com o ensino de utilidade individual e immediata, o ensino cujo alvo principal é o habilitar os homens para o desempenho dos deveres publicos. O que temos dicto a este respeito prova que tal compensação é não só dever, mas tambem um bom calculo politico.

A instituição das escholas populares superiores é o unico meio de obter esse fim. O character essencial ou pelo menos predominante dellas é ministrar aquelle ensino cuja applicação é material e immediata para os usos e proveitos da vida: o seu alvo é quasi exclusivamente o individuo, e por isso como que contrabalançam as escholas elementares, cujos fins são tambem quasi exclusivamente sociaes.

Sendo esta a natureza das escholas superiores de instrucção geral, facil é de ver que as materias de ensino, que para ellas propomos, são as mais accomodadas a seus fins. Todavia considerá-las-hemos de per si, como fizemos ás que devem constituir o ensino elementar¹.

¹ A publicação não continuou. Entre os pontos que ficaram por discutir na especialidade estavam indicados pelo Auctor os relativos á capacidade e remuneração dos professores. Nas attribuições da eschola polytechnica incluirei elle, como sabemos, as da eschola normal de ensino geral superior, faltando-lhe tractar das escholas normaes de ensino elementar. Quanto ao systema de remuneração dos professores, importantes indicações teria porventura de accrescentar ás expostas no exame da proposta governamental, para o definir cabalmente. Todavia a nossa referencia a estes pontos não é para nos demorarmos em conjecturas, mas para offerecermos aos leitores o resumo de algumas considerações que se prendem com o ultimo e que o Auctor espôs na camara dos deputados, na mesma sessão em que proferiu as que nos serviram para anotar o artigo sobre imprensa. Discutia-se na camara um projecto permittindo em principio aos funcionarios publicos aposentados o desempenho de outras funcções depois da que tivessem exercido, accumulando vencimentos. Havia a commissão de instrucção publica proposto a applicação d'elle aos professores de primeiras lettras e na

camara se extranhou o exclusivismo da proposta, tendo-se por melhor que ella se tornasse extensiva aos officiaes militares, aos magistrados e a todos os professores. Alguem houve até que ponderasse a necessidade do parlamento ser cauteloso quanto áquelles professores, tendo em vista a quantiosa verba que se dispendia com elles.

Como relator da commissão, respondeu A. Herculano que não era da competencia desta tractar e todas as generalizações de que se falava. Que, sem afastar-se da sua esphera de iniciativa, ella se lembrara dos professores de ensino primario por motivos de justiça absoluta. Estes humildes funcionarios, além de servirem a sociedade no presente, lhe ministravam os germens de futuras prosperidades que ella ía accumulando successivamente, porque a educação e illustração do povo eram fontes illimitadas do progresso. Dahi nascia para elles o direito a uma retribuição tambem complexa. Nas suas mãos se transformavam em cidadãos os serranos, os serranos que muitas vezes não distavam tanto dos animaes como do homem civilizado. Que os militares, os magistrados e outros funcionarios publicos gosavam de honras e proventos que conquistavam gradualmente até attingirem eminentes posições sociaes, enquanto para aquelles benemeritos obreiros da civilização estava vedado o caminho para além da sua triste obscuridade. Por isso a commissão se lembrara delles, conformando-se, porém, com as razões de justiça e conveniencia publicas que aconselhassem a applicação do projecto a outras classes.

Acaso poderíamos concluir destes argumentos que A. Herculano, a proseguir nos seus artigos,

pensasse em crear uma gerarchia na classe dos professores de ensino elementar, além de favorecer esta classe com outras concessões, como a que estava em discussão e foi approvada? Parece provavel e por isso apontamos a idéa nesta nota.

UMA SENTENÇA SOBRE BENS
REGUENGOS

1842

UMA SENTENÇA SOBRE BENS REGUENGOS

O decreto de 13 d'agosto de 1832 foi o facto capital, a consequencia mais transcendente da unica revolução social porque o nosso país tem passado desde o fim do seculo xv. Este decreto libertou a terra ; lançou o machado á arvore podre das tradições quasi feudaes ; acabou com a oppressão da classe mais importante da familia portuguesa — a dos agricultores. O homem que concebeu tal medida era uma intelligencia robusta e a posteridade ha-de fazer-lhe justiça. Elle comprehendeu qual era a grande necessidade do povo, e, embora nas particularidades dessa lei das leis se possam notar defeitos, o seu pensamento íntimo é a mais bella concepção legislativa dos tempos modernos.

Infelizmente a sentença do decreto de 13

d'agosto versava sobre graves questões de propriedade, feria interesses aristocraticos : a extincção dos dizimos fora a sepultura de uma fidalguia que da herança de seus illustres avós apenas conservava o nome e o ventre para devorar os fructos da escravidão da terra : a lei dos foraes foi a campa que a fechou. Era preciso que a nobreza ressurgisse conquistando com a virtude, com a intelligencia, com o trabalho e com os serviços á patria uma grandeza solida, em vez da grandeza mentida que ella na sua degeneração profunda estribava só nas extorsões leaes, e sustentava á custa do suor dos homens laboriosos e uteis. Era preciso que a nobreza se regenerasse, e renascesse pura do tumulo em que tinham lançado as leis populares e justissimas da dictadura do duque de Bragança.

Isto era difficultoso. Antigamente na França os nobres da Bretanha, quando se viam reduzidos á pobreza, depunham a espada num logar publico perante as auctoridades e iam buscar na industria ou no commercio os meios de sustentar com dignidade o nome paterno, e ou morriam no empenho ou saíam com seu intento. Neste caso reivindicavam seus fóros e sua espada, e o povo os respeitava

mais, porque tinham vindo reconhecer no meio d'elle que o trabalho honra o homem.

A nossa aristocracia entendeu que era mais cómodo clamar contra estas leis que annullavam, accusar de salteadores aquelles que as tinham redigido e promulgado, falar no sagrado direito de propriedade e nos feitos heroicos de seus antepassados. Escutae um desses que viviam de instituições abusivas: creereis que é uma victima da mais atroz injustiça: causar-vos-ha compaixão, e amaldiçoareis talvez os homens a quem a liberdade deve tudo, os homens que procuraram tornar impossivel o absolutismo nesta boa terra de Portugal.

Mas os populares, que teem lido a historia do passado escripta com as lagrimas e com o sangue de seus obscuros maiores, não se dignaram responder-lhes. Todavia nada mais facil fora que alevantar-se do meio delles quem reduzisse ao silencio esses ridiculos declamadores, traçando em resumo a horriavel chronica dos donatarios da coroa. O corollario desse espantoso escripto seria que se o seculo XIX consentisse vinganças de classes contra classes; se comprehendesse a atrozmente fidalga intuição de *revindicta*, condemnaria os donatarios a passarem o resto de seus dias a

trabalhar com ferros aos pés por conta dos agricultores, para lhes pagarem a millesima parte da divida de extorsões e de oppressão contrahida pelos nobres avós dos senhores com os *vis* e *refeces* avós dos peões.

O clamor da gente de sangue illustre creou, porém, uma opinião, um bando, bando na verdade covarde que se revela só nos factos e que não ousa dizer, eis o meu credo, diante da luz do céu, mas que tem adeptos e sectarios por toda a parte, nos corpos legislativos, ás vezes no poder executivo e sempre na magistratura : opinião que não ousa condemnar a lei, mas que a sophisma e inutiliza ; opinião que até tem feito torcer do caminho da justiça homens honestos, mais ignorantes do passado e incapazes de perceber que uma grande questão social não se resolve com mesquinhas argucias, com as tradições carunchosas, com as fórmulas e finuras inventadas pelos pedantes organizadores da tyrannia dos cesares.

Não receamos que hoje uma camara ou um governo obtenha a restauração do maior abuso dos abusos de outro tempo. Quem tentasse escravizar de novo a terra iria antes de o alcançar dormir para sempre debaixo della. Tememo-nos, porém, dos tribunaes ; tememo-nos da magistratura ; não porque a julgue-

mos na sua maior parte venal ou menos bem intencionada, mas porque a cremos illudida por um demasiado receio de offender o direito de propriedade, e falta geralmente das luzes historicas necessarias para se poderem resolver com justiça as questões que diariamente se alevantam entre os homens laboriosos e os membros inuteis da republica, sobre materia de foraes e de bens da coroa.

Com effeito a tendencia dos magistrados é visivelmente a de proteger as pretensões dos donatarios : isto é por todos sabido. A fórma que se dá aos processos, as provas exigidas dos foreiros, e as sentenças dos tribunaes dão um triste documento desta verdade. Ha uma especie de conspiração geral contra o decreto de 13 de agosto. A ella se associam alguns por maldade, muitos pelas relações e respeitoes humanos, inuitissimos por não terem estudado sufficientemente o grave negocio dos foraes e bens de coroa, e os fundamentos incontrastaveis da justiça e conveniencia da sua extinção.

A esta ultima classe cremos nós pertencerem trez juizes da Relação de Lisboa, que julgaram a questão de um prazo sito no logar de Cazellas no reguengo de Algés, questão suscitada entre uma viuva foreira e o admi-

nistrador de uma capella a que o dicto prazo pertencia. Apraz-nos confessar que esses juizes são homens a quem se não pôde negar probidade e rectidão, mas que nos é licito julgar menos entendidos na materia, á vista da tenção do Juiz Relator, a qual serviu de base á sentença.

A Ré tinha-se recusado a pagar o foro, allegando que, sendo o dicto casal situado dentro do reguengo de Algés e por consequencia originariamente da coroa, lhe era applicavel o beneficio dos artigos 3, 6 e 9 do decreto de 13 de agosto; que havendo sido extinto aquelle foro á vista desses artigos, tinha cessado para ella a obrigação de o solver. Isto parecia evidente: comtudo a Ré foi condemnada, e a sua propriedade, livre pela lei, continuará a ficar serva.

O fundamento principal da condemnação ei-lo aqui: julgue-o a opinião publica á vista das reflexões que vamos fazer:

«Os bens reguengos não eram bens da coroa, e esta é a opinião de todos os nossos jurisconsultos sem excepção; porque não estavam sujeitos á lei mental, e os seus possuidores dispunham delles como verdadeiros senhores, de modo que se podiam vender, alienar e partir sem licença régia, o que tudo

se oppunha á natureza dos bens chamados da coroa.» Tenção a fol. 148 dos autos.

Esta proposição seria verdadeira até certo ponto em algumas hypotheses, mas assim geral e absolutamente enunciada é falsa e contraria á historia economica e legal do nosso país, e sobre tudo falsissima applicada ao reguengo de Algés.

Bastaria que o illustre relator se lembrasse do que diz Mello Freire (*Inst. Jur. Civ.*, L. 1, T. 4, § 2—Nota) para ver que os reguengos se não podiam sujeitar a uma regra geral, e que nem todos tomaram a natureza allodial ou patrimonial, havendo muitos de que só o rei era senhor, e o possuidor simples colono o usufructuario. Mas seja-nos permitido provar que os havia pertencentes á coroa, e que ainda Mello Freire não estava perfeitamente instruido sobre a natureza dos reguengos.

Cumpra não esquecer o que foram originariamente os reguengos. No tempo da fundação da monarchia os reis tomavam para seus bens patrimoniaes uma porção de terras, outra para a coroa com o fim de tirar dellas o rendimento necessario para as despesas do estado, porque nessa epocha era perfeitamente desconhecido o systema das contribuições ge-

raes. Até o reinado de D. Pedro I esta distincção das duas especies de bens e a sua applicação foram regulares, quanto o podiam ser em tempos barbaros. Os reguengos como bens patrimoniaes do rei foram, por via de regra, aforados a quarto como o poderiam ser outras quaesquer propriedades particulares. Desde esta epocha, porém, os bens da coroa confundiram-se com os reguengos que ainda se conservavam em poder do monarcha; porque a pessoa do rei começou a tomar o lugar do estado. Na casa real gastaram-se indistinctamente os rendimentos da coroa e os dos bens realengos, como indistinctamente se gastaram uns e outros nas despesas do serviço publico, e indistinctamente os pródigos D. Fernando e D. Affonso V doaram uns e outros aos grandes. Disto nos dão provas exuberantes as chancellarias dos nossos reis desde D. Pedro I até D. João II e ainda as posteriores. Assim gradualmente se considerou o allódio real como incorporado no patrimonio da republica, porque, repetimo-lo, o rei se foi gradualmente substituindo a esta, até que o absolutismo se formulou por completo no reinado de D. João II.

Mas, dirá alguém, porque se conservou sempre a distincção nominal de reguengos e

bens de coroa? A razão é evidente: essa distincção ficou subsistindo não em relação ás cousas, mas em relação ás pessoas. Os reguengueiros tinham obrigações e ainda mais privilegios especiaes, e esses privilegios tornavam necessaria a differença. Foi esta a razão que os povos deram a D. Pedro I nas cortes de 1361 (Artigo 77) para lhe pedirem que os bens vindos ao fisco por dividas ao rei não fossem feitos reguengos, o que elle concedeu em beneficio dos concelhos: é este o pensamento que se revela em todas as disposições ácerca de reguengos, que se encontram na Ordenação do reino.

Podem-se apresentar dezenas de documentos irrecusaveis desde o seculo XIV, de que os reguengos se achavam confundidos com os bens da coroa, bem como os censos impostos nos que se haviam aforado antes dessa epocha, sem que uma coisa se confundisse com a outra, porque esses censos caíam debaixo da denominação geral de fóros, ou direitos reaes, e os territorios conservados no dominio do rei debaixo da de reguengos. Foi isto o que obrigou um dos inimigos mais violentos do decreto de 13 de agosto, e ao mesmo tempo um dos homens mais sabios nestas materias, a confessar que os reguengos se tinham con-

fundido com os bens da coroa na extincção da primeira dynastia (J. P. Ribeiro, *Reflexões hist.*, P. I, pag. 115), e a affirmar positivamente que a palavra *reguengueiros* (bens) *geralmente significa bens da coroa, e, em especie, certa qualidade delles* (Id., *Analyse do Parecer da Com. de For.*, pag. 12).

E com effeito que outra coisa podia dizer um magistrado que tinha consumido uma vida de oitenta annos em estudar as nossas antigas instituições e leis, porque sabia que se a nação lhe pagava era para que exercesse dignamente os cargos que occupou de professor e de juiz? Que outra coisa podia asseverar quem tinha lido, além de muitos outros documentos, os seguintes capitulos das nossas antigas cortes :

«Senhor : o vosso povo sente muito a desordenança da vossa muito desarrazoada despesa, que saberees que os Rex antiquos supportavam grandemente seus estados e defensavam a terra per os *direitos reaes que em estes regnos som confiscaes da coroa do regno...* E quando o Iffante D. Pedro em vosso nome entrou no regimento foy lhy requerido que desencarregando as almas de seu padre e do vosso, e por não obrigar a vossa as leixasse (as sizas) : e sua resposta foi que

em elle nom era tal poder até vós serdes em idade que o a vós requeressemos, e ora, senhor, vemos que todalas terras, Reguengos, Lezirias, e Direyτος reaes, assim por vosso avô e padre como por vós, som dadas aos fidalgos que não vos ficou salvo estas sizas que levaes contra a vontade de vossos povos» *Cortes de 1459 c. 3* (Mac. 2 do Supplem. de Cortes, n.º 14 fol. 22 em diante e n.º 15 fol. 22 verso, no Arch. Nac.)... Vemos que vos não abastou *dardes terras chans com mero e mixto imperio e toda outra jurdiçam, reguengos, portagens, foros, e todos outros dereyτος e dereituras que de vossa coroa real sam, e a ella pertencem...* Taes mercês, doações, e emalheações que assy tendes feytas, senhor, sam todas por dereyto nenhuma, e as podees, mas dezemos que devees, revogar e reduzir dellas, e *tornallas á vossa coroa real... esto mostraram vossos povos por dereito se cumprir.*» *Cortes de 1472, 3 capit. do Povo — Cap. da Justiça 3.º* (Maç. 2.º do Supplem. de Cortes n.º 14, no Arch. Nac.)

«Item, senhor, azo som os reguengos e dereitos reaes de nunca tornarem a vossa coroa como som huã vez *della* desmenbrados : seja vossa mercêe de os recolherdes e averdes pera vós, e aos que os teem nom farees agravo,

antes lhes farees mercêe em suas vidas lhes dardes em vossos livros outro tanto dinheiro quanto ora rendem os reguengos e direitos reaes, que essay teem da coroa... porque os taes reguengos e direitos reaes som os proprios thezouros do rey, que som hordenados para seu real estado, e o dinheiro é para fazer com elle mercêe aos que vos servirem» Cortes d'Evora de 1482, cap. *Que se tirem os reguengos e Direitos Reaes* (Arm. II da Coroa, Maç. 3 n.º 5, no Arc. Nac.)

Provavelmente os procuradores de Cortes no seculo xv sabiam melhor que os juriscultos de hoje o que eram reguengos. E note-se que na resposta del-rei se não contesta aquella doutrina, como poderá verificar quem quizer consultar o documento original na Torre do Tombo.

Fariamos um livro se quisessemos extractar todos os documentos do seculo xv por nós conhecidos, que corroboram a nossa doutrina ácerca da natureza de bens de coroa que depois de D. Pedro I tomaram os reguengos, não alienados até essa epocha. Contentar-nos-hemos com trez monumentos de legislação dos seculos xvi e xvii, que constituem com os mais antigos uma unidade de doutrina na successão dos tempos.

Seja o primeiro o foral de Montemór-o-Novo, dado por D. Manuel em 1503. Ahi se mencionam dous reguengos e se declara expressamente a sua natureza de bens da coroa. Eis o extracto desse foral no que vem ao nosso intento. Citamos este por se achar impresso ; mas podiamos adduzir passagens análogas de centenares delles.

«Primeiramente *he da coroa real o Reguengo nosso* no termo da dita vila, que chamão ho azinal, em que ha quinze arados, que estão *aforados e darrendamentos...*»

«E tem mais *a coroa real* em ha dita villa outro *Reguengo...* e a valia e renda delle, e assy doutro de cima do azinhal, ouvemos por escusada declarar aquy, porque *nam pagam foro certo, antes se mudam muitas vezes.* (Foral de Mont.—Livro de Foraes Novos do Alemtéjo, fol. 74 no Arch. Nac.).

Se elrei D. Manuel, que mandou passar o foral de Montemór, e Fernão de Pina que o exarou não estavam doudos no anno da Redempção de 1503, permitta se nos acreditar-mos que no principio do seculo XVI os reguengos, *aforados* ou *d'arrendamento*, podiam ser bens da coroa.

Seja o segundo a carta régia de 1638 sobre confirmações. Nella se diz que aos donatarios

se havia mandado entregassem ao escrivão das Confirmações as «doações, cartas, e proviões, que tiverem, e lhes foram outorgadas de *alcaidarias mores, reguengos, foros, direitos, padroados, privilegios, graças, liberdades, tenças, officios*, assy de justiça como de minha fazenda, e *outras cousas da corôa* (Liv. 4 de Leis f. 3 v. no A. N.).

O terceiro monumento de que falamos é o título 9 Liv. 1.º da Ord. Philip. (que é o 7.º do Liv. 1.º da de D. Manuel), o qual manda sejam julgados pelos juizes dos feitos da corôa, «os feitos e demandas que *pertencem á corôa* dos nossos reinos, assim por razão dos *reguengos*, como das jugadas e de todos os *outros bens, que a nós pertencem...* salvo nos feitos das *sizas e das rendas, foros e tributos, que se para nós arrendam, porque nestes casos, quando se não tratar sobre a propriedade delles* (dos bens) mas somente sobre *as rendas*, conhecerão os juizes dos nossos feitos da fazenda.»

Nesta passagem se conhece evidentemente a intelligencia legal que se dava á palavra *reguengo*, não do quarto que pagavam os *reguengos* aforados antes de D. Pedro I, porque esse quarto era um censo imposto nos bens, era *renda* ou *foro*, não a *propriedade delles*.

Aqui, pois, a palavra reguengo significa evidentemente a *terra*, destroe a proposição enunciada na tenção do illustre Juiz.

E tanto mais evidente se tornará o que affirmamos se nos lembrarmos do § 4 do alvará de 15 de julho de 1779. Ahi se chama a esses quartos *direitos reaes e foros* que pagam as terras dos *reguengos e originariamente da coroa*, não esquecendo de caminho notar estas ultimas palavras, que definem a natureza dos reguengos.

Esta mesma distincção consignou nos seus escriptos um jurisconsulto moderno que especialmente estudou e tractou a materia de Bens da Coroa. Foi este o desembargador Alberto Carlos de Menezes, a quem se não podem negar conhecimentos mui superiores aos vulgares sobre questões desta especie.

No seu Plano de Reforma de Foraes (P. 1 § 3) aquelle habil magistrado apresentou uma tabella do patriotismo da coroa dividindo os bens della em *corporaes* e *direitos reaes*. Foi nos primeiros que incluiu os reguengos e não os direitos reaes, tanto elle entendia que havia reguengos em que a coroa tinha o dominio da terra, e que não entravam na classe de *bens patrimonias*.

No seu tractado dos Tombos diz o mesmo

jurisconsulto : «Os bens e direitos reaes que os reis costumam doar,... aquelles que costumam vender, como jugadas, foros, reguengos e outros bens, se elles se acham possuidos com uma posse immemorial, *ignorada a origem desta posse*, não se prescreve o seu dominio contra a coroa, *sendo bens da coroa...* porém sendo elles possuidos com aquella posse é *reputado donatario o possuidor* (T. 2 p. 114). Isto não é mais que a doutrina das nossas leis.

Compare se essa doutrina com a tenção que serve de base á sentença e avaliem-se os fundamentos della.

Eis como todos os jurisconsultos *sem excepção* julgam os reguengos bens patrimoniaes ; eis como os monumentos legaes os julgam não bens da coroa. Ainda nos ficam todavia muitas leis, muitas opiniões, e muitos monumentos que poderíamos citar em nosso abono, mas receamos ser demasiadamente prolixos. Cremos sufficiente o até aqui ponderado.

Resumindo : os reguengos que existiam em poder do rei no fim da primeira dymnastia foram successivamente confundidos como bens de coroa, do mesmo modo que os censos impostos nos já alienados ; e portanto desde o

tempo de D. João I¹ foram regulados pela lei mental. A elles são applicaveis todas as resoluções relativas a bens de coroa.

Demonstrada, como parece fica, a distincção necessaria entre a especie de direitos reaes chamados quartos, que constituem o canon imposto nos allodios reaes alienados por aforamento, e os bens corporaes desse mesmo patrimonio do rei, confundido com os proprios da coroa no decurso dos seculos: demonstrada, dizemos, a necessidade desta distincção, desaparece o fundamento capital da sentença, fundamento cuja força está só na *universalidade* da proposição nelle contida, e por isso poderíamos ficar aqui, deixando ao supremo tribunal da opinião publica o avaliar ou a justiça ou a sciencia dos julgadores que proferiram a sentença.

Mas iremos mais longe e desceremos á questão especial de que se tracta; porque esta questão é gravissima. Importa a milhares de familias que ainda crêem que o decreto de 13 de agosto é lei do país; que ainda crêem na liberdade da terra, e que se as cousas conti-

¹ A lei mental não vigorou só desde a epocha da sua publicação. Effectivamente D. João I se tinha regulado por ella, do que se acham vestigios na sua chancellaria.

nuarem deste modo terão de ir receber nos tribunaes o desengano de que as suas esperanças foram uma decepção cruel.

Estabeleçamos alguns factos.

Primeiro. — As terras reguengueiras não alienadas até á resolução das cortes de 1361, passaram nessa epocha a ter a natureza de bens de coroa. A distincção que ficou subsistindo era quanto a pessoas e não quanto a cousas.

Segundo. — O reguengo de Algés estava nessa epocha no dominio do rei pela maior parte.

Terceiro. — E' portanto de presumir que o casal de que se tracta pertenceu á coroa, e ao Auctor cumpre provar o contrario.

Quarto. — Mas a Ré prova pelo documento de folhas 144 que o casal sobre que versa o pleito fora doado com outros ao capitão-mór do mar Gonçalo Tenreiro em 1373 (era 1411).

Quinto. — Donde se conclue que neste tempo elle pertencia á coroa, segundo a intelligencia dada á palavra reguengo por trez assembléas nacionaes successivas.

Sexto. — O decreto de 13 d'agosto diz no artigo 6.^o: «Ficam extinctos *todos* os fóros, pensões, etc. ... impostos nos bens ennumerados no artigo 3 (bens da coroa) ou pelos reis, ou pelos donatarios, ou por contractos de *empra-*

zamento ou subemprazamento, ou de censo fundados em doações regias, ou em foraes, ou em sentenças, ou em posses, ainda que sejam immemoriaes, ou por outro qualquer titulo, posto que especificado.»

O primeiro destes seis factos ficou provado. Os terceiro, quinto e sexto não carecem de prova. Resta o segundo e o quarto. O documento de fol. 144 só por si, quando faltassem outros, bastaria para os comprovar.

O illustre Juiz Relator na sua tenção diz que *segundo se deprehende* das expressões da doação a Gonçalo Tenreiro, não foram por ella doadas as *próprias terras*, mas sómente os *fructos que pagavam á coroa*, e aquelles *direitos reaes* que era costume doar. Nisto é que cremos ir todo o erro.

Suppondo, caso negado, que os casaes de Cazellas estivessem alheados com o canon do quarto, antes de D. Pedro I, o que seriam os fructos que elles pagavam? — Direitos reaes. *Todo encargo assi real como pessoal ou mystico, que seja imposto por lei ou por costume longamente approved é direito real.* Veja-se a Adr. Liv. 2 Tit. 26 § 23.

Que diz a doação? «Que lhe doa Algés com sua ribeira e Oucorella e Neïçom-a-velha, e Cazellas com seus termos e com suas entradas e

saidas, e com todas suas jurdições e direitos e rendas e pertencas.»

Aqui ha a distincção perfeita de *terras e direitos*, e a doação faz expressa menção dumas e doutras. Esses *logares* podiam estar habitados e cultivados por errendamentos, ou por qualquer outro modo ou genero de contracto, até por aforamentos de mui diversa natureza dos quartos (como vimos nos reguengos de Montemór), em que o rei conservasse o dominio directo, semelhantes áquelles de que se encontram milhares de documentos nas chancellarias dos nossos reis, principalmente de D. Dinis, feitos tanto nos bens lançados nos quatro livros de *Recabedo Regni*, como nos descriptos nos dous livros *De Meo Repositorio*. Quando se doavam quartos, a fórmula geral era declarar que se doava o *direito do quarto no casal de tal ou tal reguengo*, como se vê (para não multiplicar exemplos nem os ir buscar longe) duma doação deste mesmo rei e do anno antecedente de 1372 no reguengo de Oeiras limitrophe ao d'Algés, em que se diz que *el-rei faz mercê a Alvaro Pires do direito do quarto de um casal do reguengo d'Oeiras* (chancell. de D. Fernando, L. 1 fol. 98, no Arch. N.). Desejariamos com effeito que se nos apontasse uma doação feita exclusivamente

dos censos de algum reguengo alienado antes de 1361, cuja formula fosse analoga ao documento exhibido pela Ré.

Mas o que destroe completamente a supposição do illustre Juiz Relator é o absurdo que resulta da concessão de jurisdicção naquella doação, se admittirmos que a mercê de D. Fernando a Tenreiro era unicamente dos censos impostos em bens que se tinham tornado patrimonias, o que não estabelecia entre o donatario e os bens reguengueiros senão um ponto de contacto — a recepção e solução annual do canon. Para que eram as jurisdicções? Damos vinte annos para se nos mostrar uma doação, incontestavelmente exclusiva, de quartos de terras patrimoniaes reguengueiras, a que se ajunctasse a mercê da jurisdicção.

Havia, é verdade, as alcaidarias-móres das villas e cidades, acastelladas, nas doações das quaes quasi sempre se fazia tambem mercê de direitos reaes e jurisdicções, sem que a essas alcaidarias andassem annexas terras da coroa. Mas o que era o alcaide-mór da nossa edade-média? Era uma transformação do *conde* visigodo e do *al-kaid* árabe: era uma auctoridade publica analoga ao *municeps* dos seculos XI e XII que cumulava funcções militares, judiciaes e administrativas; era uma entidade politica

successivamente modificada e afeiçoada pela unidade monarchica trabalhando através dos seculos para se constituir absoluta; trabalhando para se completar. O facto de algumas alcaidarias sem jurisdicção era por isso excepcional; era a lenta revolução da monarchia que passava por lá e apagava com a sua mão robusta uma tradição do passado. E' assim que nós achamos na celebre lei das jurisdicções promulgada nas cortes d'Attouguia de 1375, a enumeração das doações a que ellas se annexavam. Eram estas as de *villas, terras e logares* unicamente. Porque, nessa lei tão particularizada e previdente sobre a questão jurisdiccional, se não particularizou nem previu a hypothese de um donatario de simples rendas da coroa, que conjunctamente o fosse da jurisdicção? Foi inquestionavelmente porque tal donatario não existia. Veja-se aquella lei transcripta no Livro 2.º, Tit. 63 da Ord. Affonsina.

Do theor da doação a Tenreiro sem dúvida se depreheende que se lhe fez mercê de largos tractos de terra, além dos direitos reaes. Mas que importa isso, ou que difficuldade ha em que existisse ainda na coroa, nos fins do seculo XIV, o dominio desses largos tractos em um reguengo que se extendia desde as margens

do Alcantara até entestar com o de Oeiras por mais de uma legua de nascente a poente, e quasi outro tanto de norte a sul? Não estavam ahi para os cultivarem nossos avós (de nós os plebeus) tanto peões como mouros? Não é sabido por qualquer mediocre sabedor da historia patria que a população meio egypcia meio árabe de Lisboa, foi derramada pelos campos vizinhos na occasião da conquista?

Temos, se não nos enganamos, feito ver o nenhum fundamento da intelligencia que o digno Juiz Relator deu aos termos da doação a Tenreiro: resta tractar o segundo facto que enunciamos; isto é, que naquella epocha a maior parte do reguengo d'Algés estava ainda na coroa. O documento exhibido pela Ré serve de demonstração e por isso procurámos primeiramente pô-lo á sua verdadeira luz. Mas outros factos vem corroborá-lo. Peguemos nas Listas de Bens Nacionaes postos em praça N.º 153, etc. — e N.º..., e veremos quantos bens deste reguengo existiam ainda em nossos dias no dominio da coroa. Junctem-se a estes os que actualmente possuem como donatarios em vida José Ribeiro de Carvalho, D. Maria Violante da Cunha e outros, e diga-se-nos se não é probabilissimo que ha quatro para cinco seculos fosse muito maior? Mais: do mesmo rei D. Fer-

nando existem doações d'*herdades e casaes* no regungo d'Algés. 'Tal é a doação do *casal do Rolão* juncto á ponte d'Alcantara feita a Affonso Ribeiro em 1380 (chanc. de D. Fernando, Liv. 2 fol. 75, no Arch. N.) e outros que seria longo ennumerar.

Demonstrados os factos que estabelecemos, que se deduz delles? Nenhuma outra consequencia poderá tirar ainda o espirito mais agudo e sophismador, senão que o foro do casal da viuva Simões de Cazellas, está inquestionavelmente extincto.

Diz o illustre Juiz Relator em sua tenção que a doação a Gonçalo Tenreiro não mostra a identidade dos bens aforados á Ré. Pois nesta doação faz el-rei mercê do *logar de Cazellas e seus termos*, e um casal que vem entrar dentro daquella aldeola não está necessariamente incluído nos terrenos mencionados nesse antigo diploma?!! Que ninguem imagine Cazellas como uma cidade semelhante a Paris ou Londres extendendo-se por muitas leguas de terra, e onde seja difficilimo averiguar antigas divisões territoriaes. Cazellas é um aggregado de duzia e meia de tugúrios, com duas ou trez casas de lavradores mais abastados. E' o que seria pouco mais ou menos no tempo del-rei D. Fernando ou D. João I.

O digno Juiz allude ao relatorio do decreto de 13 d'agosto ; allude, por assim dizer, ao espirito geral daquella lei, que é respeitar o direito de propriedade. Seja-nos por isso licito alludir tambem a esse espirito, sem que em nossas palavras se entenda haver o menór sentimento de má vontade ou d'injuria contra o Auctor desta causa, que não conhecemos, e que, como é nosso dever, suppomos um leal e honrado cavalleiro. O espirito dessa grande lei é na verdade respeitar o direito de propriedade, mas tambem o seu *pensamento capital* é o alliviar o homem que trabalha do encargo de sustentar quem não trabalha. E qual é o resultado desta sentença ? E' aquelle ficar com o onus que tinha, e este livre de desembolsar a parte que a coroa tomava para si na divisão da presa. Se nos é permittida uma metaphora, diremos que até aqui o tigre e o lobo devoravam junctos a rês, agora o lobo cevar-se-ha sósinho nella.

Brilhante consequencia do decreto de 13 de agosto !

Paramos aqui porque não julgamos preciso dizer mais. Mas não pense alguém que neste negocio dos reguengos nada mais ha. Ha muito ! Se cumprisse, nós provaríamos que *em rigor as mesmas terras aforadas a quarto antes de D. Pedro I, não constituíam propria-*

mente bens patrimoniaes; que não havia por esses contractos verdadeira transmissão de dominio directo e util; que o quarto não era um censo, no sentido que hoje se dá a esta palavra; que todas essas distincções das rendas e tributos não eram conhecidas entre nós nos primeiros tempos da monarchia, porque o direito romano, especie de theologia escholastica, ainda não tinha vindo converter em meada inextrincavel a nossa jurisprudencia; que foram leis posteriores a esses contractos primitivos que lhes deram novos caracteres; que os reis não podiam alhear os bens do allodio real, porque isso se oppunha directamente ás instituições economicas do país fundadas nas instituições politicas, superiores a todas as leis civis que depois se fizeram; que estas as despedaçaram e annullaram de facto, mas que não as podiam annullar de direito. Tudo isto provariamos nós até a evidencia; mas não é necessario aqui; e estamos certos que algum dia se demonstrará onde a demonstração possa ser util — no parlamento, — quando a Providencia nos conceder uma camara de deputados que representem verdadeiramente as classes uteis e laboriosas, e não os interesses do privilegio e dos abusos, camara que nós não sabemos se já existiu ou não neste malfadado país.

A ESCHOLA POLYTECHNICA
E O MONUMENTO

1843

A ESCHOLA POLYTECHNICA E O MONUMENTO

*There are more things in heaven and earth, Horatio,
Than are dreamt of in your philosophy.*

Shakspeare-Hamlet (impresso em Inglaterra)
Act. I, sc. 5.

I

O incendio da eschola polytechnica, acontecimento triste em si, mais triste pelas suas consequencia em relação ao ensino publico, tristissimo pelas difficuldades que a pobreza do erario oppõe á restauração desse estabelecimento, foi uma verdadeira calamidade para a instrucção nacional. No estado de má organização e de abandono em que esta se acha, a eschola polytechnica era uma brilhante excepção. Naquelle fonte de conhecimentos uteis; naquelle fóco de luz intellectual se haviam de encontrar algum dia os elementos mais essenciaes para a *creação* do ensino geral, quando os

homens que presidissem aos destinos da nossa terra comprehendessem as verdadeiras condições de uma lei d'instrucção publica. Como a escola polytechnica seria a principal alavanca para esta regeneração não o direi aqui, porque nem esse é o meu intento, nem o tempo presente me parece proprio para tractar semelhantes materias.

Convertido o edificio da escola num montão de ruinas, e perdidos no meio destas partes dos objectos preciosos para a sciencia que ali se encerravam, o primeiro pensamento, que naturalmente occorreu, foi o de buscar um meio para reparar tão fatal damno. Em milhares de espiritos surgiu simultaneamente uma idéa grande e generosa, e com rapidez incrível essa idéa se converteu em opinião geral. A razão publica, sempre mais illustrada e segura que a dos individuos, perfilhou o pensamento de applicar as sommas colligidas para a creação do monumento como estatua, á restauração da escola polytechnica. A imprensa periodica, sem distincção de parcialidades, fez sentir as conveniencias, não da nova applicação que se propunha para aquellas sommas, mas da nova fórma da mesma applicação. A imprensa fez o que devia; este negocio pertencia-lhe essencialmente porque era uma ques-

tão de intellectualidade. O alvitre, que ninguém dera, por que todos o tinham dado, parecia não encerrar difficuldades. Era quasi um axioma de civilização e patriotismo; era a expressão da doutrina de Jesus — o converter pedras em pão — o convertê-las em alimento da intelligencia, em vez de passatempo dos olhos. Era enfim uma raridade em Portugal, uma cousa publica feita com bom juizo.

Todavia a materia não era tanto de primeira intuição como geralmente parecera. Em muitos animos suscitaram-se duvidas e escrúpulos sobre a legitimidade da nova fórma que se pretendia dar ao monumento de D. Pedro. Estas dúvidas a principio fracas, envergonhadas, incertas, tomaram vulto e acharam órgão na imprensa: o que parecera axioma converteu-se em these disputavel e disputada. Agora ahi anda na téla da discussão, e quem sabe qual será o seu destino? Quem sabe se os que podem promover a realização do pensamento publico se inclinarão para um ou para outro lado? Uma cousa sei eu; e é, que todos os homens de boa e sincera vontade, a quem Deus concedeu alguma porção de intendimento, devem descer á arena do combate; porque o resultado delle não só será grave e importante em

si, mas servirá de padrão por onde estrangeiros affirmam o gráu da nossa civilização.

Os que contrastam a opinião geral neste negocio não teem por certo nenhum pensamento reservado, nenhum destes motivos mesquinhos, que tantas vezes nas questões de interesse publico transviam os melhores espiritos. Devo e quero crer, que os seus receios nascem todos de uma delicadeza excessiva de consciencia, de um erro de raciocinio causado por um sentimento puro e nobre. Seria monstruoso e incrível que as suas palavras nascessem de outra origem; porque nenhum português haveria ali tão corrupto, que por capricho, por antipathia ou por qualquer outro motivo abjecto, guerreasse a educação da mocidade, e quisesse converter o monumento de um principe liberal e illustrado em monumento de uma façanha de vândalos, que nos deshonraria aos olhos da Europa inteira.

Quando se tracta de uma questão que envolve a memoria de um homem como o Duque de Bragança, e da existencia do unico instituto d'instrucção superior nascido á sombra da liberdade, nós, geração pobre de gloria; nós, que fortes em derribar as cousas dos tempos que foram, nos temos mostrado tardos e débeis em reconstruir para o futuro, devemos debatê-la

sem chólera, e com animo desassombrado de paixões, como o requerem a memoria de um grande principe e a importancia desse instituto.

As objecções capitaes a que se reduz tudo o que se tem dicto, tudo o que se pôde dizer por parte dos defensores da pedra contra o pão, são trez: 1.^a, a falta de fé publica a respeito de uma somma destinada para certo e determinado fim pelos contribuintes, applicada para fins diversos, sejam elles quaes forem: 2.^a, que representando o monumento de D. Pedro uma ordem de idéas exclusivamente moraes, quanto se ponderar ácerca da utilidade de reconstruir a escola polytechnica não vem ao intento, porque todas essas ponderações pertencem a uma ordem de idéas differentes: 3.^a, que essas duas ordens de considerações são como duas linhas indefinitas e parallellas, que caminham ao lado uma da outra, sem que seja possível encontrarem-se jámais.

Eis o que em substancia se tem dicto, escripto e repetido por parte dos defensores do monumento da praça publica; tudo o mais são accessorios; são considerações que tendem a reforçar estes trez argumentos principaes. Examinemos a sua força. Se na verdade são solidos, é necessario seguir a opinião quasi singular, e abandonar as ruinas da escola

polytechnica, para que esta seja reconstruida quando e como se poder. Se o não são, é preciso que o monumento de D. Pedro seja digno delle : é preciso respeitar a opinião do país.

Pela minha parte intendo que o primeiro argumento é incontrastavel. Sincera e lealmente o confesso. Quem contribuiu para qualquer obra determinada, tem direito de exigir que essa obra se execute. Fosse ella o maior dos absurdos, fosse a vergonha da arte e do senso commum, uma vez que não offendesse a moral e as leis, a vontade dos contribuintes devia ser respeitada. No caso presente havia um programma, bom ou máu, para a feitura do monumento do Imperador ; estava até escolhido o lugar onde se havia de erigir quando a subscrição se abriu. Os subscriptores acceitaram aquellas condições : fez-se um verdadeiro contracto. A todas as razões de conveniencia, que se façam, o menór dos contribuintes pode responder : — «Não vos importe se é uma imprudencia, uma loucura, uma brutalidade. As condições do meu contrato são estas : cumpri-as, e não cureis dos meus erros.»

E teria razão. O transviar o dinheiro do monumento para o mais util fim, sem consentimento daquelles que o deram, seria uma

falta de fé publica; mais: um verdadeiro latrocínio.

Mas não haverá algum meio de resolver a difficuldade? Ha, e muito simples. Que as auctoridades propostas a este negocio declarem que é licito a todo e qualquer subscriptor retirar a somma que offereceu, se intender que o monumento intellectual não satisfaz as condições da sua gratidão. Depois disto abra-se uma subscripção sem limite no *quantum* para os que não se offendem de ver a memoria de D. Pedro ligada a um estabelecimento litterario. Parece-me que posso com certeza affirmar que mais bolsas se hão-de descerrar para contribuir de novo, que para receber o já offerecido.

Sem esta medida prévia intendo que é moralmente impossivel mudar as condições capitaes da feitura do monumento, e por consequencia impossivel satisfazer as exigencias da opinião publica.

Consideremos agora os outros argumentos que pertencem á cousa em si, e em relação á moralidade, não de um contracto, mas de um pensamento nacional que reúne e formula por certo modo trez idéas distinctas—a de um grande homem, a de um povo e a da posteridade.

Trata-se de um monumento. Por onde se devia começar? Por definir bem claramente aquillo de que se tractava. Fez-se isso? Não.

Sabemos o que significa essa palavra:— dir-se-ha. Póde ser; mas ali se imprimiu já — «que um monumento é um ponto de contacto entre a gloria e a admiração.» E porque se disse isto? Porque se tomou uma hypotese por uma these; partiu-se do singular para o universal, do condicional para o absoluto. A definição é falsa, e da sua falsidade nasceu talvez a multidão de paralogismos intoleraveis, que todos temos lido e ouvido.

Um monumento é um meio de transmittir ao futuro uma lembrança do passado. Essencialmente é só isto. Accidentalmente mil condições podem variar o seu modo de existir, mas a condição unicamente absoluta deste existir é o *lembrar*. Onde houver isto ha monumento: o livro e o templo, o obelisco e a estatua, o palacio e a campa; a arvore e até o chão defeso e condemnado a perpétua esterilidade podem ser monumentos. O objecto lembrado, repito, é a condição exclusivamente absoluta de um monumento.

A columna erguida em uma das praias do nosso Tejo em *monumento* do supplicio de alguns regicidas, e o templo vizinho della, edifi-

cado no sitio em que se perpetrrou o delicto, serão pontos de contacto entre a gloria e a admiração? Se-lo-ha a cruz plantada no caminho deserto em memoria do assassino que ali despojou da vida o seu semelhante? Respon-da-se.

Posto isto, venhamos á hypothese.

Que pretendemos nós? Edificar um monu-mento a D. Pedro. E para quê? Para lembrar á posteridade o que lhe deve Portugal — nós e os vindouros. — O monumento é para elle; é para a sua memoria.

Quaes são os elementos deste pensamento? São a grandeza moral do individuo, transmit-tida ao futuro, e a gratidão especialmente nossa, se quizerem. Eis a sua expressão mais simples. São duas idéas. Dellas se deve partir para resolver a segunda e terceira objecções capitaes que os adversarios não fazem.

Das duas idéas qual é a causa final do mo-numento, qual a sua condição absoluta? A pri-meira. Qual o accidente? A segunda.

Em transtornar estas duas idéas, em lhes trocar os valores é que está principalmente o erro.

É á nossa gratidão que levantaes o monu-mento, ou á lembrança de D. Pedro? Se é á primeira, afastae da vossa obra a menór som-

bra de utilidade ; porque proveito proprio e agradecimento annullam-se : este será destruido, e o que não existiu não pode ser lembrado : se é a D. Pedro, embora o monumento seja util, utilissimo, a condição moral necessaria fica satisfeita ; o que varia é o que pode variar e ser modificado, o accidente.

Enganam o coração aquelles que veem o egoismo na opinião geral sobre a judiciousa transformação do intentado monumento. Logo mostrarei quanto é vasia de sentido semelhante accusação. Entretanto seja me licito lembrar-lhes que involuntariamente são elles os egoistas, além de egoistas orgulhosos. Não será mais egoismo substituir como idéa principal a da propria gratidão á da memoria de D. Pedro? Levantado um monumento de que nenhum proveito resulta ao país, estes homens generosos creem pagar ao Libertador a divida nacional? Pagam com o seu dinheiro a liberdade que elle nos deu, e as esperanças de nossos filhos ! Elles, homens obscuros como nós, saldaram contas com o grande Principe, atirando alguns cruzados para se converterem em pedras que lhe sejam consagradas ! Se essas pedras fossem uteis havia um saldo contra elles : era uma vergonha para esta geração, sim pobre, mas fidalga. Nós cremos outra

cousa. Cremos que a nossa divida é insolúvel, insolúvel a divida das gerações que vierem após nós: cremos que o monumento de D. Pedro não deve ser um só; que não é unicamente no frontispício da escola polytechnica restaurada que se ha-de escrever o seu nome em letras cubitae de bronze. Multiplicae os institutos de civilização e de progresso, e consagrae-lh'os; porque o primeiro élo da cadeia da nossa regeneração moral e material parte do meio das suas cinzas, está sumido na noute do seu ataúde. Que por toda a parte o nome de D. Pedro surja entre nós como o de Tell entre os suissos, symbolo de liberdade: que por toda a parte as gerações infantis tenham de perguntar ás gerações adultas a significação deste nome, e ellas lhes possam relatar as tradições de saudade que já ouviram recontar a seus paes. Se um beneficio, incalculavel, porque os seus resultados pertencem a um futuro indefinito e desconhecido, se retribue com meia duzia de pedras de Pero-Pinheiro, digo-vos que tendes lá riqueza com que comprar para a nação portuguesa não só a felicidade terrena, mas as proprias chaves do paraíso.

Pelo amor de Deus não pagueis a D. Pedro! Despi a vossa vaidade de pigmeus diante da sua memoria. O vulto do grande Principe é

um vulto gigante. Por muito que faças podeis estar certos de que a posteridade não vos enxergará sequer, na penumbra immensa desse vulto, que se alevanta sobranceiro no meio das nossas misérias como o cedro no meio das sarças rasteiras.

Sede gratos, porque cumpris um dever: mas não queiraes associar a vossa gratidão como idéa principal ao monumento do homem illustre, porque isto é um orgulho ridiculo. Que importa ao futuro o vosso nome, ou, o que ainda é menos, um de vossos affectos? Não mancheis o que é sublime e sancto com o que seria trivial e burlesco — uma pequenina vaidade.

Vaidade — não cessarei de o repetir — só vaidade anda nesta guerra que se faz ao pensamento publico: é ella quem offusca o intendimento dos que o combatem. A prova ali está: deu-se como razão suprema — que ninguém acreditaria que a erecção dum monumento fosse um signal do *nosso* respeito a D. Pedro, se aquella opinião se realizasse. O monumento é, pois, consagrado, não a D. Pedro, mas a um sentimento nosso, a *nós*. Se elle lembrar só o Imperador nada lembra; perde a sua significação de monumento, porque *ninguém acreditará* que tivemos tal ou tal

affecto. Os nossos nomes, as nossas virtudes não chegarão á posteridade com gravissimo detrimento dos vindouros! Oh miseria das misérias humanas!

Talvez eu não intenda bem a questão. Digam-me se é um recibo de pedra, que pretendemos fazer passar authenticamente, e em publico, de que *pagámos em admiração* até o ultimo ceutil do que devíamos a D. Pedro. Se é isso, tendes razão. Concluido este negocio estamos quites e livres. Depois elle, se poder, que guarde do sepulchro o cabedal que lhe entregámos. Podemos esquecer-nos delle. Se as revoluções da natureza ou dos homens destruirem o monumento, nada temos com isso. Que a sombra de D. Pedro conservasse melhor a sua propriedade.

De que lado estará o egoismo, o calculo mesquinho, a ingratidão até? Parece-me que não é do lado da opinião do país. As vossas doutrinas conduzir-vos-hão ao absurdo e á blasphemia moral: basta que tenhaes logica.

Vós dizeis que um monumento forçosamente ha-de ser inutil. Esta condição absoluta tinheis obrigação de demonstrá-la. Havia de levar-vos algum tempo. Devieis começar por destruir metade dos monumentos do passado, que vos desmentem. Achastes mais facil attri-

buir aos adversarios a proposição diametralmente opposta, de que todo o monumento deve necessariamente ser util. Crestes que a defensão de um absurdo estava em combater outro absurdo. Enganaste-vós. Nenhuma das duas proposições é verdadeira, porque as idéas que representam não se conteem na de monumento: nenhuma por isso destroe a outra. Pode haver considerações que movam a erigir um monumento util ou inutil; mas essas considerações são alheias á essencia do objecto. Se todavia a vossa doutrina é que só a inutilidade pode ser monumental, limita-e-vos a prová-lo. Epigrammas, que ferem em vão, convertem-se em semsaborias.

Parece-me ficar demonstrado que em relação á idéa de monumento e em relação a perpetuar a memoria do Duque de Bragança a questão da utilidade ou inutilidade de qualquer edificação, que se haje de fazer com o intuito monumental, é uma questão ociosa. Vejamos agora o negocio sob outro aspecto: vejamo-lo em relação a nós.

Quando surge um pensamento publico; quando uma nação se congrega em volta de uma idéa para a reduzir a um facto, ella deve considerar bem attentamente o seu desenho antes de o executar. Uma nação é responsavel

perante as outras nações, como o individuo perante a sociedade a que pertence. Esta responsabilidade, portoque exclusivamente moral, tem na Europa um juizo inexhoravel onde será julgada; a sentença formula-a a imprensa: a opinião é o tribunal que ha-de confirmar esta, e a historia o registo onde para a perpetuidade se lançará o julgamento. Graves e meditadas devem por isso ser as acções que pertencem ao corpo social; é preciso que levem o cunho da moralidade, da decencia, da sabedoria. Sem isto a condemnação é certa. Poderíamos na verdade affrontá-la, se as gerações não fossem solidarias; se uma sociedade não fosse um individuo cuja vida se prolonga através dos seculos, e que em cada um delles tem direito a gloriar-se das suas boas acções passadas, como os outros povos teem direito a lançar-lhe em rosto os erros ou crimes que commetteu em anteriores epochas da sua existencia. Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao preterito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será.

Esta doutrina nunca devera esquecer ás nações: nunca devera ser desprezada pelos que as dirigem. Muitos arrependimentos tardios se haveriam poupado: muitas maldicções teriam deixado de cair sobre as cinzas de homens emi-

nentes ; muitas memorias virtuosas achariam os povos no thesouro das suas recordações, e muito menos bétas negras sulcariam as paginas dos annaes do genero-humano.

Se considerado na sua essencia o monumento pôde indifferentemente ser uma columna ou uma escola, um túmulo ou um hospital, uma pyramide ou um sarcóphago : se o seu destino lhe não determina os accidentes como por uma deploravel confusão d'idéas se tem pretendido, cumpre examinar quaes condições lhe possa impor a circumstancia de ser não só um monumento, mas um monumento nacional ; de ser uma edificação publica levantada á memoria de um homem illustre. Aqui uma nova ordem de considerações se apresenta : são umas de conveniencia, outras de decencia, outras enfim de moralidade, e até de poesia, porquê se ha-de attender a sentimentos, tradições e affectos ; porque uma nação que se esquece de tudo isto não é só corrompida, é uma nação gangrenada.

A esta luz, em relação a nós, como povo livre, aos motivos que tornaram illustre a memoria do Duque de Bragança, ás tradições humanas, e sobretudo ás tradições domesticas, parece-me não só estar resolvida a questão a favor da opinião publica sobre esta mate-

ria, mas até provar-se que é moral e poeticamente impossível o consagrar ás recordações de D. Pedro o já proverbial *Monumento com estatua*, o móte architectonico de classico abba-dessado.

Pelo lado da conveniencia quasi é escusado dizer uma palavra entre a pedra e o livro; entre o luxo de uma praça publica, e o alimento intellectual da juventude; entre o obelisco que desaba ao rugir do vulcão subterraneo, ou do vulcão popular ainda mais estupidamente assolador, e o monumento prolifico da sciencia, que, uma vez derramada, não destroem nem as revoluções dos homens nem as da natureza: não é possível discutir preferencias, tanto porque a discussão fora ridicula, como porque responsaveis para com o futuro, elle teria direito de condemnar-nos por lhe havermos legado em logar de um instrumento de civilização para todo o país, uma publica-forma de um velho dixe romano, para adornar ou obstruir uma praça da capital.

E aqui vem a ponto repellir a infundada accusação de egoismo que se nos faz, porque preferimos o monumento-eschola ao monumento-columna. O que é o egoismo? É o amor exclusivo de si, o curar unicamente dos proprios interesses sem considerar os de mais

ninguém. O egoismo é essencialmente individual. Mas para quem pôde a escola polytechnica produzir fructos de bençã? Para nós os homens feitos, para nós os que pretendemos que ella seja o monumento de D. Pedro? Certo que não. Rudes ou cultivados, ignorantes ou sabios, já não vamos assentar-nos a esse banquete d'illustração. E' a mocidade que lá tem seu logar, é o futuro que ha-de saciar-se nessa fonte caudal de civilização e de verdadeiro progresso. Onde está pois o egoismo? — Se alguma cousa do coração entra nisto, é exactamente o contrario; é a abnegação.

Attribuirmos aos adversarios motivos máus numa questão de semelhante natureza, para tornarmos odiosa a opinião que impugnamos, é confessar indirectamente que sentimos a fraqueza das nossas doutrinas. Estas armas são faceis de menear, e não faltaria bastimento dellas aos que pelejando com raciocinios são accommetidos no sanctuario da sua consciencia. Não as empregarei eu, porque nada provaria esse esgrimir insensato. Deixando o egoismo, os interesses mesquinhos, as causas occultas a quem de direito pertencerem, tractarei de considerações mais graves.

Um monumento não é uma invenção moderna: desde a origem das sociedades a arvore

solitaria se plantou para a recordação dos homens, para as recordações se amontoaram as pedras á borda das torrentes ou sobre os visos dos outeiros. Todos os tempos e todas as gentes deixaram mais ou menos subtilmente escriptas, mais ou menos completas estas memorias de si. Os monumentos teem portanto uma historia, e logo uma philosophia. Vós os que vos alcunhaes de grandes philosophos, e nos olhaes com sobrecenho de superioridade, indagastes acaso os resultados dessa historia buscando por tal modo alguma luz para das normas geraes deduzir as condições da hypothese? Não! — E' que isto era apenas consultar a razão do genero humano cousa bem escusada tendo vós a vossa razão tão logica, tão fina, tão profunda como fica provado.

Que nos diz em resumo a historia dos monumentos? O que nos dizem todas as cousas; todos os aspectos do passado:—que a idéa caracteristica de qualquer epocha, o facto capital e intimo de qualquer sociedade se reproduz em todos os seus modos d'existir. Entre os monumentos de um país e cada uma das suas epochas ha sempre uma harmonia, harmonia a que por via de regra se ajuncta a do aspecto moral do individuo eminente cuja memoria se quis transmittir á posteridade, ou,

tractando-se de um successo, a da natureza deste. De semelhante verdade, sentida, mas ainda não raciocinada e talvez unicamente della, nasceu a applicação da alegoria ás edificações monumentaes.

Seria longo, daria um livro, o voltar desta synthese á analyse miuda dos factos que a comprovam em todos os logares, em todos os tempos e nos monumentos cuja data é conhecida, e conhecida a historia da geração que os alevantou. Não cabe aqui esse vastissimo trabalho: contentar-me-hei com algumas observações mais notaveis e de mais immediata applicação ao negocio que hoje se ventila entre a opinião publica, e esses espiritos que se creem mais illustrados do que ella.

Muitos monumentos como o que se pretende dedicar a D. Pedro, muitas columnas com estatuas e sem ellas alevantaram os romanos aos seus homens eminentes: duas apenas se conhecem que precedessem o estabelecimento do imperio, a de Menio e a de Decillio, monumentos obscuros de que só faz menção Plinio. Com o progresso do decair romano multiplicou-se esta especie de padrões, que marcam, ou a servidão dos romanos como os que profusamente espalharam os primeiros cesares, ou tristes victorias que ao desmoronar-se aquelle collosso da

civilização antiga, unicamente serviam para tornar mais tormentosa a sua lenta agonia.

Alguns dos principes a quem essas memorias foram consagradas, como os Antoninos tiveram uma triste illustração: foram nobres e virtuosos no meio da corrupção e vileza do seu povo de escravos. Outros a tiveram ainda mais triste, porque deshonrosa aos olhos da philosophia; porque foram apenas ambiciosos de gloria militar, que cobriram a terra de estragos e sangue, como de Trajano com tanta razão observa Gibbon. Outros finalmente as tiveram no meio dos ultimos transees do imperio, como Phocas, tyranno estúpido e feroz, a quem o exarcha Smaragdo pôs tambem uma columna com estatua não sei em que praça da velha Roma, que baqueava já, e se desfazia em pó entre as mãos robustas dos barbaros.

Taes monumentos eram na verdade um symbolo da epocha e da sociedade que os erigia: symbolo morto de um povo que se dissolvia; existencia infecunda para o bem moral ou material dos homens, e por isso em harmonia com a velhice horrenda de um imperio que se anniquilava: memoria, enfim, de individuos que não faziam outra cousa senão presidir mais ou menos vergonhosamente ao desfazer de uma grande ruina.

Mas que foi D. Pedro? Foi o homem da liberdade; foi o homem da regeneração; foi o homem do pensamento vivificador; foi o homem que nos accordou do lethargo da servidão e do opprobrio para nos por no caminho da vida social e da esperança. Que somos nós? Uma nação que renasce, que espera, que tem futuro, se não esquecermos os exemplos e as doutrinas que o Duque de Bragança nos herdou. Se D. Pedro não foi um conquistador como Trajano, que chorava por não poder imitar o grande mentecapto chamado Alexandre o grande; se o ingenho de D. Pedro era energico, activo, creador, bem differente do de Antonino, o Pio, cuja vida se escoou no repouso da sua villa Lanuvia; se fora atrocidade infame comparar D. Pedro com o brutal e hediondo Phocas, porque insistis em macaquear para seu monumento a columna de Trajano, de Antonino ou de Phocas? Porque subís ao vosso balcão, e continuaes a deitar o mote *monumento com estatua*, como o exarcha Smaragdo o deitava a um povo agonisante do balcão do senado de Roma? Se credes, e esperaes da patria, porque quereis que nossas mãos de homens livres vão desenterrar ao grande cemiterio romano — *A Antiguidade Explicada* de Montfaucon — um dixe de antigos déspotas

pagãos, para o dedicar por cópia a um rei liberal e christão? Se tendes a furia das imitações, ao menos não exijaes que imitemos a obra de uma nação serva e moribunda.

Venhamos já aos tempos modernos. São as tradições humanas mais proximas de nós; são principalmente os exemplos domesticos que condemnam a vossa pretensão de consagrar ao Duque de Brangança um monumento proprio do individuo a quem é dedicado e da sociedade que lh'o dedica.

No berço, na infancia e na juventude das nações modernas a idéa predominante e característica da vida social foi o pensamento religioso. E com razão. O christianismo era para essas epochas a civilização, pelas doutrinas moraes; a força, pelo enthusiasmo da fé. Assim a religião determinou o accidental dos monumentos. Os templos foram os padrões postos á memoria dos individuos eminentes e dos successos gloriosos. O egoismo tinha sido o sentimento que absorvera todos os sentimentos e idéas da vida decadente, ou antes do lento morrer do imperio, e por consequencia os seus monumentos haviam sido tambem essencialmente egoistas, isto é, essencialmente inuteis. Modificados pela idéa capital da sociedade os da idade-média foram prolificos e

civilizadores: a cathedral e o mosteiro correspondiam como symbolo e como realidade á escola moderna: como symbolo, porque a religião foi nessas eras quasi o unico instrumento do progresso moral; como realidade, porque no mosteiro e na cathedral progrediu a intelligencia humana até que appareceu a imprensa. A inutilidade social aggregou-se por esse modo á execução dos monumentos. E' isto o que nos diz a história da Europa nesse periodo, e em especial a historia do nosso país.

Depois as nações envelheceram, e á lucta do povo e dos nobres, do clero e dos reis, que era vida, crescimento e liberdade, seguiu-se o pacífico triumphar da monarchia, a somnolencia do repouso domestico, que era decadencia. Então começaram a surgir de novo os notes do exarcha, os monumentos com estatua. Luiz XIV que completou o absolutismo em França teve a sua glosa áquelle mote: teve-a D. José I, que completou o absolutismo em Portugal.

Após isto veio a renovação. A Providencia, que transformara o mundo antigo pelas invasões de septemtrião, vae transformando as nações modernas pelas agitações intestinas. Lá empregou o ferro e as trévas: cá as revoluções e a discussão. A lei providencial é a mesma; só a fôrma da applicação é diversa.

A analogia entre a nossa epocha e a meia-idade é maravilhosa e completa sob o aspecto de transformação social. Para ver isto é preciso saber achar a philosophia da historia. Os elementos mudaram, mas a sua acção é identica.

A eschola tem hoje a preencher a missão que o templo desempenhava ha quatro para cinco seculos. O ferro e a barbaria que mata-ram a dissolução, e amputaram a gangrena romana, abriram fundas feridas no seio da civilização: o balsamo do evangelho veio curá-las. As revoluções e as doutrinas que vão dissolvendo organizações sociaes carunchosas e impossiveis na actualidade, deixam ahi avultado fermento de desordem e de licença: quem ha-de annullar este fermento é a illustração. Para isso a eschola tem de substituir o templo.

Qual é o maximo vulto da idade-média portuguesa? — E' D. João I. O seu monumento é a Batalha. Qual é o gigante da nossa regeneração social? D. Pedro.

Não serei eu: sejam todos os corações que comprehendem a gravidade dos nossos novos destinos de povo livre; todos os que creem e esperam, todos os que sabem quanta poesia póde haver nos testemunhos de gratidão popular: todos os que respeitam as tradições nacio-

naes ; todos os que buscam na historia do passado doutrina para o presente ; todos os que entendem que a memoria de D. Pedro é uma cousa pura, sancta e sublime ; — sejam elles que digam se o monumento do Libertador deve ser a escola polytechnica ou o móte sedição do Sátrapa de Phocas ; ser um symbolo de progresso e de vida, ou um symbolo de decadencia e de morte.

II

Quando publiquei no n.º 38 da Revista um artigo sobre a questão indicada na epigraphe acima, disse eu que a transformação do monumento de pedra em monumento escolha se tinha convertido em these disputavel. Disse o que me parecia ser a crença daquelles que se afastavam nesta materia da opinião geral. Hoje vejo que me enganei, e que nem para esses mesmos o negocio é realmente disputavel.

A unica impugnação que, até o momento em que escrevo estas linhas, appareceu contra as reflexões que fiz, foi o artigo lançado nas columnas do *Espectador* de 13 deste mês, que hoje (18) me veio casualmente ás mãos. Esse escripto provou-me que os fautores da pedra polida ainda estão talvez mais persuadidos que nós de que defendem uma pessima causa.

Se assim não fosse, como haveria a menos boa-fé de transtornar completamente as idéas contidas no meu artigo, para as combater de-

pois? Como se dariam asserções gratuitas por argumentos? Como se amontoariam desbragadamente tantas contradicções flagrantes? Um homem a ponto de afogar-se não faria mais meneios descompostos, mais tentativas inúteis, mais movimentos para ir em menos tempo ao fundo. Os homens que pretendem converter a columna de Phocas em um palimpsesto onde sacrilegamente escrevam o nome de D. Pedro, afogam-se evidentemente. Que a misericordia de Deus os tenha de sua mão!

Na introduccão do artigo fui eu a materia sujeita das considerações do jornalista. Aos elogios e censuras ahi lançados só direi uma cousa : recuso o julgamento : recuso-o no bem e no mal, emquanto o juiz não provar pelos seus titulos litterarios a competencia do tribunal. Para as sentenças valerem costuma o julgador firmá-las com o seu nome. Sem isso um fiel de feitos poderia em vez de os levar de porta em porta, intrometter-se a sentenceá-los.

«Começa o incognito por dizer que escrevo sem referencia ao artigo da Revista, nem ás minhas idéas, e não ha um parographo em todo aquelle papel, que se não refira a ellas, truncadas, transtornadas, postas a uma falsa luz, é verdade, mas sempre a ellas.»

É para dar logo, na concepção geral do es-

cripto, a prova da sua competencia para avaliar a minha pouca logica.

Eu fiz a distincção que era necessario fazer entre a idéa absoluta de qualquer monumento e as condições variaveis delle: provei que a idéa não importava senão o *lembrar*; que a fórma, as circumstancias, os motivos que o faziam erguer eram accidentaes *em relação a elle*: falei da these antes de falar da hypothese. O bom do incognito confunde tudo isto, e diz que eu faço da gratidão um accidente. Com esta trapaça, duas ou trez exclamações e alguns pontos de admiração, cré o pobre homem ter respondido a uma ordem severa de raciocinios.

O que é uma hypothese? E' a modificação de uma these por circumstancias variaveis e accidentaes. Se a gratidão é condição absoluta da idéa, *monumento*, um padrão posto para recordar a cheia de um rio significa um testemunho de gratidão á cheia; a memoria destinada a perpetuar a lembrança de um grande crime, é uma prova de gratidão ao criminoso. Eis ao que se devia responder, e não se respondeu, nem se responderá nunca.

Onde disse eu que a gratidão era um accidente *em relação a nós*? O que disse foi exactamente o contrario: foi que ella era um dever nosso. O que eu acho soberanamente estúpido

e ridiculo é o querermos lembrar á posteridade as nossas importantissimas personagens porque desempenhamos uma obrigação moral. Se não a desempenhassemos era então que deviamos ter um monumento, mas monumento de condemnação e infamia.

A gratidão é uma idéa necessaria em relação a nós: condicional em relação ao monumento. Provae que esta doutrina do artigo é falsa, e depois fareis exclamações e admirações, que por si sós apenas são boas para ventilar questões de pontualidades amorosas em grade de freiras.

No artigo impugnado asseverou-se um facto: isto é, que a opinião publica preferia o monumento escola polytechnica ao monumento palimpsesto de Phocas. Diz-se que não o provei. Como e para quê? Escrevia para o publico, e o publico tinha a consciencia de que eu falava verdade. Agora porém o adversario colloca-me ainda em melhor terreno: teve boa-fé uma vez. — Foi engano, por isso não lh'o agradeço.

Confessa ter existido o facto asseverado por mim. Concordamos pois todos nesse ponto. Logo a sua existencia é incontestavel. Pretende que a opinião publica mudou: isto é, afirma que um novo facto veio substituir o

primeiro. Sou eu que devo provar este, ou elle que deve provar essoutro? A resposta está no Genuense.

Para contrabalançar o voto da razão publica cita-se a opinião de uma alta personagem. Não sei quem é, nem o desejo. O que, porém, sei é que, seja qual for a altura dessa personagem, nestas questões de doutrina, o seu voto não significa mais do que uma unidade.

Diz o *Espectador* que os seus adversarios se *escoram* na base falsissima, de que não se poderá edificar a escola sem que se deixe de alevantar o monumento a D. Pedro. Pondo de parte a gíria tacanha com que se dá por provado o absurdo de que o monumento de D. Pedro significa forçosamente a publica-fórma do móte de exarcha Smaragdo, e que uma escola, um templo, ou outra qualquer cousa não póde ser monumento; pondo de parte essa gíria, porque é vergonhosa e parva, direi sô, que não foi isso que eu tractei de provar. O que provei foi que em relação ao Imperador, ao seculo em que vivemos, á philosophia da historia, aos caracteres politicos da sociedade portuguesa actual, a hypothese de que se tracta, o monumento que se pretende erguer, deve ser uma escola e não uma cópia mesquinha de um triste monumento de decadencia de

outra nação. Se a escola polytechnica existisse ainda intacta, o monumento com estatua não seria por isso menos absurdo, e moralmente impossível.

Taxa o *Espectador* de pueril e não sei de que mais o alvitre que dei, de se chamarem os contribuintes a levantarem as suas quotas no caso de não approvarem o monumento-eschola. Este modo liberal, decente, moralissimo, de consultar a opinião daquelles que teem direito a serem consultados na materia; de respeitar a propriedade e a vontade particular naquillo em que deve ser respeitada, merece o profundo desprezo do auctor do artigo. Estou bem longe de suppor que as suas acções como homem e como cidadão sejam conformes com as suas doutrinas moraes; mas estas pelo que se vê aqui são tão exactas e sãs, como as idéas que tem ácerca de monumentos.

O resto do artigo é todo do mesmo gosto. Versa sobre o presupposto miseravel e ridiculo, que fóra do mote *monumento com estatua*, não ha salvação monumental possível. Se eu me occupasse um minuto em responder á machina de sensaborias que sobre este fundamento de palha se alevantou, merecia bem meia duzia de palmatoadas. Era uma creancice intoleravel.

Querem um *ex digito Gigas*? Ah! vai:

«...em todos os seus periodos (os do meu artigo) achamos reproduzidos um ou outro dos dois *sofismas*, se não *paralogismos*, de sobre que assenta a machina engenhosa, mas só engenhosa, que nos propusémos derribar.»

Isto traduz-se assim:—...achamos reproduzidos um ou outro dos dous *argumentos falsos por má fé de quem os emprega*, se não são cousa muito mais condemnavel, se não são *argumentos falsos, por erro no raciocinio e não por má fé*.

Aqui teem o meu mestre de logica.

Quando os admiradores do móte do Rocio pretenderem defendê-lo, façam cousa *tangivel*. Enquanto assim não o fizerem estejam certos de que os deixarei barafustar calado. Não tenho tempo nem paciencia para refutar o que está refutado por si.

III

Um artigo destinado a refutar o que ácerca desta importante questão eu escrevera no n.º 38 da Revista começou a apparecer no jornal *O Correio*. Pela fórma em que está escripto merece attenção e resposta. Tê-la-ha, e plenissima : plenissima se não me engana a persuasão, em que estou, de que essa causa que defendo é a da philosophia, da civilização, do christianismo, disso a que Guisot chama o aspecto poetico da historia, e finalmente a causa do senso commum.

Nunca esperei receber na minha vida uma tão longa licção de exegese. Se a valia não é grande pela substancia, é-o pela extensão e pelo estylo. Não sei se o auctor foi levado a fazer um tão largo commentario pelo temor de que eu, novo Juliano Apostata, tentasse dar em terra com o magestoso edificio da religião. Se foi, peço-lhe que se tranquillize. Hão-de passar muitos seculos por cima dos

meus ossos e a cruz ainda ha-de hastear-se triumphante sobre a terra. Não a teem derribado as tempestades: não temia tambem que um verme, que nasceu para logo morrer, pudesse fazê-la tombar do seu pedestal eterno.

A verdade é, ao menos assim me parece, que o digno auctor do artigo acreditou, que eu me tinha collocado em uma situação falsa: que estava em contradicção com o evangelho, e que por isso devia aproveitar uma cousa que na questão era um incidente, e convertê-la em parte integrante della, para dahi tirar alguns epigrammas e diversas amplificações, que o são quasi todos os periodos do meu respeitavel adversario, ainda que elle o não queira.

E donde nasceu esta persuasão que o induziu a começar tão infelizmente um artigo, que talvez seja uma obra admiravel? Nasceu, perdoe-me elle, do errado presupposto de que o evangelho se pôde estudar em qualquer fragmento de citação, posta á frente de livrinho francês de estreias annuaes, ou dalgum folhetim de Julio Janin. Estas fontes podem-se aproveitar, por exemplo, quando queremos citar versos de um poeta que nunca lemos, e cuja lingua não entendemos. Às vezes a compra sae avariada, mas é mais barata, passamos por eruditos, e a cousa não tem consequencias. O es-

pirito do christianismo, esse é que não se colhe de relance no topo de um capítulo de romance; estuda-se na Bíblia, que é volume mais grosso e pesado que os lindos nadas da crítica do folhetim; estuda-se nos obras dos Padres, e nas tradições da igreja. Sinto dizê-lo, para apostolo tão fervoroso o meu adversario está, se não analphabeto do cathecismo christão, ao menos muito esquecido do que elle ensina.

Que disse eu? Que a *doutrina de Jesus* era converter a pedra em pão; em pão do corpo, e em pão do espirito. Será isto verdadeiro ou falso? Em que se resume toda a doutrina moral do christianismo? No sermão da montanha, o qual tambem vem resumir-se na idéa fundamental da crença do Calvario: — a caridade. A caridade, porém, em que consiste? Em fazer por Deus todo o bem aos homens, tudo o que lhes pode ser *util*; corporal, intellectual e moralmente. E quem seguirá a doutrina do mestre: — aquelles que applicarem os seus haveres, as suas forças, ou a sua intelligencia á esmola e esmola é tambem a educação que melhora os costumes, ou aquelles que desbaratam tudo isso para fazer triumphar uma idéa absurda, sem proveito humano, pagã, mesquinha e insensata? Quem intende o espirito do evangelho: aquelle que á obra humana pre-

tende associar um pensamento de civilização e de beneficencia, ou aquelle que a pretende exclusivamente dedicada, não tanto á gloria alheia como á propria vangloria? No meu christianismo, que me parece ser o dos apóstolos, e das tradições christãs, é incontestavelmente o primeiro.

As reminiscencias do meu adversario armaram-lhe um laço cruel. Lembrou-se de duas passagens do evangelho de que eu não falara, e esqueceu-se completamente daquillo a que eu alludira, a *doutrina de Jesus*. Pois esta doutrina está em duas passagens singulares relativas a duas circumstancias especiaes em que o Salvador se achou, ou no complexo dos seus preceitos, das suas sentenças claras e positivas, dirigidas ao genero-humano? Que se diria daquelle que valendo-se das palavras de Jesus : *Não vim trazer a paz, mas a espada*, concluisse dahi que o espirito do christianismo era o promover os grandes assassinios collectivos entre as nações, chamados guerra? Não quero dizer eu do auctor do artigo o que se diria desse homem, isto é, que nunca tinha lido o evangelho.

Serviu-se o diabo na tentação do deserto das palavras pão e pedra no sentido natural : servime eu dellas casualmente no sentido figurado.

Daqui conclui o meu adversario, que eu attribuia a Jesus doutrinas oppostas ás suas. Confesso que não sei responder a isto: tanto como o meu impugnador desceria a responder-me, se, argumentando das phrases francesas do seu artigo, de que se poderia servir por seiscientos motivos diversos, concluísse dahi que elle era francês e não portugêes.

Mas já que foi buscar duas passagens do evangelho para me provar que eu não tinha razão em querer um monumento-eschola, não serei tão dsecortês que lh'as regeite. Venham esses passos, que servem maravilhosamente ao intento. Muito velho era o diabo quando Jesus veio ao mundo. Era velho e manhoso, e disso não faltam provas. Diabo parvo ainda ninguém imaginou. Logica devia sabê-la: um rapaz aprende-a bem num anno: melhor a devia ter aprendido Satanaz em tantos seculos. Sabia tambem que esse a quem tentava era um Deus. Posto isto, que fez elle? Fez-lhe um argumento *per te*, que se pôde exprimir assim syllogisticamente:

O Filho de Deus converte as pedras em pão:

Tu dizes que és Filho de Deus:

Logo converte as pedras em pão.

Que respondeu Jesus? Que o homem não

vive só de pão, mas *tambem* da palavra de Deus. Distinguiu ; não contestou a maior nem a menor ; e disse sublimemente o que eu homem rude repeti grosseiramente. O pão que elle dava aos homens era do corpo e do espirito ; eram *tambem* os corações de pedra, as intelligencias brancas ou pervertidas que alimentava com a luz, com o verbo de Deus. E de feito foi este proceder que o divino Mestre deixou como doutrina aos que pretendessem seguir o caminho da cruz. Agora : quem entenderá o pensamento do Crucificado, aquelles que pugnam pela escola que alumia e moraliza, ou os mantenedores da pedra bruta que não é alimento nem do corpo nem do espirito ? Responda quem quiser.

Se o meu illustre impugnador foi infeliz em se valer da historia da tentação no deserto, não o foi menos no texto que buscou para epigraphie. Judas era um hypócrita que pretendia enganar Jesus. Invocando a *utilidade* dos homens contra a acção de Maria que deramava o balsamo sobre os pés de Christo, seriam as doutrinas dos Phariseus, dos Saduceus ou dos Essénios, que invocava, ou a do Redemptor ? A não o termos por um mentecapto só esta podia ser ; e que só esta era se torna evidente da resposta de Jesus. Nas vés-

peras do dia em que o Filho do Homem devia ser crucificado, accitava de bom animo o testemunho de affeição que lhe dava Maria. De que modo desculpou elle a irmã de Lazaro? Negou a doutrina que Judas invocava? Não, por certo; não podia fazê-lo. Teria condemnado a sua vida passada, teria desmentido o verbo do Pae. O que fez foi confundir o hypócrita recordando-lhe que elle Jesus era um Deus, que os ia deixar, e que neste momento solemne aquelle signal de affecto fora uma boa obra; porque fora a caridade no seu mais alto sentido; fora o amor de Deus.

Era com a caridade na sua expressão ideal que Jesus confundia o hypócrita, como confundira o demonio, que pensava o podia levar pela suberba a fazer um milagre escusado, com a expressão mais pura do beneficio, lembrando-lhe que o homem não precisa só do alimento do corpo, mas tambem do alimento do espirito.

Que fazem, pois, os que abusam das palavras de Christo em circumstancias especiaes para condemnarem a sua doutrina? Fazem o que faziam Satanaz e o hypócrita, que abusavam dessa doutrina, um para o tentar pela suberba, outro para blasphemar da caridade

para com Deus á sombra da caridade para com os homens.

Os que condemnam a obra da illustração para defender a obra bruta, condemnam as palavras com que o Messias repelliu o tentador. A escola, que instrue e civiliza, é tambem um instrumento religioso, porque a civilização nasceu do christianismo, e trabalha para elle afugentando as miserias e vícios humanos, que na maxima parte não são mais que habitos ou tradições da barbaria. A escola, que revela as grandezas de Deus nas condições do universo, e que ensina os meios de ser laborioso e util aos homens, tambem é um verbo de cima. Aquelle que intender as harmonias dos mundos ha-de forçosamente crer em Deus ; aquelle que pela sciencia obter os meios de ser laborioso com utilidade, sê-lo-ha e será virtuoso, porque a virtude é, por via de regra, a companheira do trabalho.

Quem é o alliado do Iscariotes e de Sata-naz :—eu ou o meu antagonista ?

Aconselho-o sinceramente a que se deixe de considerar o negocio da sua publica-fórma do móte do exarcha romano pelo lado religioso. O estudo do christianismo não é o seu forte. Não me cite o evangelho que eu

conheço um pouco melhor do que elle. Cite-me antes Shakspeare.

Ficarei na questão incidente. Publique-se o resto do artigo e então verei se na questão principal posso lutar com tão duro athleta. Nessa occasião tractarei do que neste começo publicado se encontra relativo já á folha avulsa do livro de Montfaucon, que se pretende transmutar em pedra e transferir da Bibliotheca para o Rocio.

P. S. Neste momento acaba de me chegar á mão o resto do artigo do *Correio*. Para não occupar demasiadamente as columnas da Revista com este objecto, fique esse resto para outra vez. A mina é riquissima. *Evangeliso vobis gaudium magnum, quod erit omni populo.*

Ajuda, 23 de junho.

IV

Arrogantiam et superbiam et os
bilingue detestor.

Proverb. cap. 8.

Vae vobis... qui ornatis... monu-
menta iustorum.

Ev. Mathæis cap. 23.

Cria eu que todas as vezes que em negocio importante para uma nação, para uma sociedade inteira, esta concordasse geralmente em resolvê-lo de certo modo, esse modo seria sempre o mais conveniente e judicioso. Quando, não todos os individuos, mas a maioria dos individuos de todas as classes e condições, concordassem sobre a fórmula de reduzir a facto um pensamento, que significaria tal accordo senão a cousa mais d'estimar e respeitar e que mais rara é de encontrar neste mundo, a opinião do *sensu commun*? Quando uma tal opinião se apresentasse incontestavel, cria eu que as resistencias seriam impossiveis

por absurdas : cria que ante a razão da sociedade a *razão* (?) individual seria pelo menos modesta. A questão do monumento do Duque de Bragança veio, porém, desenganar-me do meu erro. Numa effusão de sinceridade um dos defensores da pedra contra o Verbo confessou a existencia dessa conformidade de opiniões ; mas porque algumas mudaram, combatem-se furiosamente as daquelles, que intenderam não haver fundamento para abandonar o voto do *senso commum*.

À vista disto teremos talvez de confessar que o criterio da verdade nem sequer na razão publica se encontra. Assim cada dia da vida nos destroe uma crença e gera em nossa alma uma dúvida. O scepticismo completo será acaso o termo final do cogitar humano?

Esta idéa é repugnante : esse abysmo de incertezas aberto nas fronteiras da morte é horrendo. Atterra-me pelo menos a mim, e por isso combato. É guerrear por medo. Quando se entenebrece a estrella polar da razão humana, que facho nos alumiará neste mundo, que, como diz o Ecclesiastes, Deus entregou aos disputadores? O que valha a razão individual, ainda cultivada e erudita, provam-n'o os artigos do *Correio* ácerca do monumento a D. Pedro.

O que eu disse foi condemnado em peso pelo meu antagonista como um montão de sophismas. Não me fez espanto. Já uma alta personagem (alta personagem não é synonymo d'alta intelligencia) pertencente a isso que por ali governa, ou legisla, ou administra, ou anda em carruagem, ou dá banquetes, observou *profundamente* que os meus *sophismas* não mereciam respostas. A quem escreve e discute, responderei discutindo como Deus me ajudar: a quem rosna com sufficiencia estúpida; a quem crê que ao vestir a farda bordada se despe a animalidade pura que deu o berço, que hei-de eu responder? Duas palavras só, e serão resposta cabal a essas excellencias ridículas:

«Estão verdes, excellentissimo!»

A questão de doutrina evangélica suscitada pelo meu illustre adversario tractei-a num artigo anterior. Era necessario separar esse incidente da materia principal. Os muitos paragraphos gastos por elle a proposito de uma phrase minha, fazem suspeitar que lhe custava o vir ao ponto substancial da discussão. Havia além disso naquelle incidente uma accusação contra mim de anti-christianismo. Os homens que intendem alguma cousa da religião de Jesus sorriram por certo de tal

accusação; mas desgraçadamente não falta quem a ignore. O adversario despedaçara a base *única* da doutrina moral do christianismo, a caridade, essa norma posta por Deus para aferirmos por ella *todas* as nossas obras: interpretara erradamente, ia a dizer blasphemamente, duas passagens do evangelho; e assentara a *éthica* religiosa... em quê? Nem eu o sei! Em nada fazer util á humanidade. *Nada*, digo, porque eu tinha affirmado que a doutrina de Christo era a beneficencia corporal e espirital, dar aos homens o pão do corpo e o pão do espirito. Segundo elle isto não passa de uma theoria de Satanaz e de Judas. Era injuria que escapara aos encyclopedistas. Cumpria refutá-la: assim o fiz, e creio que o meu antagonista ficaria plenamente satisfeito.

Agora segui-lo-hei passo a passo pelo que pertence á questão principal, naquellas partes do seu discurso, que a minha rudeza me consentir intender. Humildemente confesso que ha algumas tão sublimes que não pude atinar com o que provavam, não digo contra a minha opinião, mas contra ou a favor de qualquer opinião deste mundo! Queira Deus que não seja assim!

A primeira cousa que elle me recusa é o

direito de definir um monumento em these, porque Guizot diz que «um objecto se contém *quasi sempre* mais completamente na idéa que delle *temos*, que na idéa que delle *se dá*.» Primeiro que tudo, bastava que Guizot deixasse excepções á sua proposição para se não oppor esta á proposição que o auctor do artigo julgou contrária, e que não é de Locke, mas de todos os homens que teem sabido dialectica desde Aristoteles até Schelling. Não podia o objecto — monumento — pertencer á excepção indicada por Guizot nas palavras *quasi sempre*? Depois, tem acaso grande valor em ideologia estas proposições, vagas por serem excepçionaes, sem excepções definidas e determinadas? Parece-me que não.

Porém não é só isso. O que diz Guizot nada tem que ver com definições de theses ou de hypotheses : a doutrina contida nas suas palavras é evidente e litteralmente que — «a idéa na sua existencia subjectiva é mais perfeita e completa que na fórmula objectiva da linguagem com que a exprimimos.» — O grande mestre de Historia nos tempos modernos não fez mais do que dizer elegantemente uma verdade trivial, isto é, que as linguas são incompletas e imperfeitas, e que nem sempre podemos ou sabemos representar com palavras

as concepções da intelligencia. Por isso creio que ainda desta vez a Tentativa sobre o Intendimento Humano do tontarrão de Locke não irá á fogueira da ama de D. Quixote.

Tinha eu dicto que no artigo do *Correio* a que alludia, se definira a idéa de monumento por uma hypothese, o que era errado modo de definir: porque era applicar as condições do contingente e variavel ao absoluto e necessario. Replíca o meu antagonista que fizera muito bem porque ao monumento *de que se tracta* cabia esta definição. Isto merece examinar-se por meúdo porque é exactamente aqui onde está o élo de todas as equivocações do meu adversario.

Qual é o pensamento predominante em tudo o que elle tem escripto ácerca desta materia? Qual é o seu alvo? Provar que monumento de D. Pedro não pôde ser senão a columna do Rocío. Qual era o meu intuito? Provar exactamente o contrario: que o monumento não só *podia*, mas *devia* ser outro. Como me cumpria proceder na discussão? Vejamos.

Eu tinha a estabelecer uma série de raciocínios, e tinha para isso a attender a trez idéas ou cousas, o monumento, a pessoa a quem era dedicado e as que o dedicavam. Estes trez elementos devia examiná-los um

por um, buscar as condições de cada um delles, e ver como estas entravam e actuavam na idéa complexa. Para seguir a ordem natural comecei pela idéa — monumento — sem a confundir com as outras. E' nisto que fiz mal, segundo o meu antagonista! Paciencia!

Que tinha elle escripto? Que *um monumento é um ponto de contacto entre a admiração e a gloria*. Quero-lhe conceder por momentos que esta definição seja exacta para a hypothese, como *agora* diz; que não é uma especie de trocadilho da Phenix-renascida; que se poderia reduzir á linguagem chã e severa da philosophia. Mas foi o *seu* monumento, a *sua* hypothese que elle definiu naquellas palavras, ou a idéa abstracta de monumento? Foi esta incontestavelmente: ninguem que saiba ler achará outra cousa naquelle periodo. Assim a minha accusação de que se confundira a these com a hypothese é verdadeira, como é verdadeira a definição que lhe substituí.

O mais antigo escriptor por mim conhecido que definisse a palavra monumento, é o romano Festo¹. *Monumento* — diz elle — *é qual-*

¹ *Monumentum est quicquid ob memoriam alicujus factum est.* — Todos sabem que o genitivo *alicujus* significa *dalguem* ou *dalguma cousa*.

quer cousa que se fez por memoria de alguem ou de alguma cousa. Disse eu : *Um monumento é meio de transmittir ao futuro uma lembrança do passado.* Entre estas duas definições tão irmãs na substancia quanto distantes na ordem dos tempos, não ha um escriptor que dêsse outra. Engano-me ! Houve o meu adversario.

E porque o fez elle ? Porque confundindo a *hypothese* com a *these*, e attribuindo a esta as condições que julgava absolutas naquella, deduzia dahi a seu modo a necessidade de ser o monumento como o desejava ; intendia fazer lutar a idéa abstracta de monumento com a utilidade, e excluir esta por aquella.

O laço, postoque involuntario, era demasiado grosseiro para que eu caísse nelle ; para que entrasse em uma discussão sem convirmos em termos.

O adversario tinha feito o mesmo que faria, se pretendendo definir o homem, tomasse a *hypothese* de um mentecapto, e dissesse : *um homem é um animal, que dá com a cabeça pelas paredes*, concluindo dahi que onde não houvesse cabeçada em muro, não se poderia dar a entidade homem.

Quando *demonstrei* a impossibilidade de applicar á *these* a definição da *hypothese*, não

avaliar esta em si : rejeitei-a como impropria para tractar a questão com o methodo ; como trasladada absurdamente do concreto para o abstracto. Agora, porém, vou mostrar como essa definição do meu antagonista é falsa ainda em hypothese, não em uma ou outra, mas em todas ellas.

Monumento—*ponto de contacto* entre a *gloria* e a *admiração*.

Temos trez cousas nestas palavras, a gloria, a admiração, e uma terceira que as liga, o monumento. Mais nada. Venhamos á applicação.

Supponhamos que tiraes a vossa publicafôrma romana e a lançaes no meio do Rocio. Passa um seculo ou dous : um extranho ou um homeni do povo, que não saiba a nossa historia, chega ao pé do monumento, lê ahi o nome de D. Pedro, vê emblemas allegoricos que não intende, vê baixos-relevos de batalhas, cujos motivos e resultados ignora. Adivinhará elle o valor, a significação real de tudo isso? Servirá a columna do exarcha de conductor á electricidade que deve produzir a faísca? Á gloria que deve produzir admiração? Não ha elementos nenhuns intermedios, além do obelisco, necessarios para que o homem que ignora, admire o homem d'elle ignorado apesar do monumento? Se, como eu creio, dentro de

um ou dous seculos, aos olhos de gerações mais civilizadas que nós, os conquistadores que assolaram a terra para satisfazerem as suas desregradas paixões de ambição e subeja, os homens que cobriram as familias de lucto no seu proprio país para irem derramar todo o genero de orphandade em terras extranhas ; que abusando da força se assentaram sobre as ruinas da liberdade para legislarem, não importa se bem se mal, sem consultarem o voto da sociedade ; se taes homens forem tidos pelo que realmente são, por flagellos do genero-humano, como servirá a vossa columna *de ponto de contacto entre a gloria e a admiração?* Com a sua estatua de bronze, com os seus baixos-relevos, com os seus emblemas, com as suas datas de batalhas, com tudo o que quiserdes, não poderia ella, mudados os nomes e algarismos, servir de qualquer dos grandes e furiosissimos assassinos por grosso, que teem assolado o mundo e convertido os homens em servos? A Alexandre, a Cesar, a Attila, ou a Napoleão? Para saber as causas das batalhas de D. Pedro, e os resultados dellas, a origem e os fins das suas leis, bastará o monumento palimpsesto ou outro qualquer monumento? Não. É preciso a historia, e uma historia onde a philosophia tenha dis-

criminado os factos e caracteres, e a sua valia e moralidade. É ella que pôde estabelecer o contacto da gloria e da admiração. Um monumento, imagine-o como vos approuver, nunca substituirá a historia; porque esta lembra, caracteriza e julga, e os monumentos lembram sómente. Por isso elles a precederam; foram a historia primitiva, a chronica arida e apenas balbuciada do genero-humano infante e barbaro. A vossa definição é falsa: falsa ainda na hypothese. Em these é mais que falsa; é ridicula.

Considerae um por um todos os monumentos desde o imperio dos Pharaós até as monarchias modernas. Qual delles vos habilita por si só para julgar os factos ou individuos a que foram consagrados? Nenhum. Como podeis pois admirar sem julgar? Como pode um monumento servir de ponto de contacto entre a gloria e a admiração?

A nossa definição que é a unica dada por todos desde o grammatico Festo até o dictionarista Moraes, determina nos monumentos um valor constante, sempre possivel, sempre verdadeiro, o meio de transmittir uma lembrança aos vindouros. Apesar dos seus caracteres de exacção e de universalidade; apesar das suas câs de tantos seculos o meu antagonista

rejeita-a. O motivo de rejeição é, segundo diz, o não definir ella nada ; *porque*, accrescenta, *monumentos podem ser até utensilios de cozinha... os achados em Pompeia e Herculanium são meios porque se transmittiram ao futuro lembranças do passado.*

Se o auctor dos artigos do *Correio*, a quem devo um conceito que estou longe de merecer, não tivesse gasto todas as admirações possiveis sobre a minha irreflexão, enfermidade mental a que, na sua opinião, não costumo ser sujeito, eu faria aqui ácerca de semelhante periodo todos os encarecimentos da admiração. Perguntar-lhe-hei, todavia, qual é a significação das palavras *transmittir* — *meio*? *Transmittir*, se não mente a etymologia, significa *mandar além* — e *meio* neste lugar só pôde significar *instrumento*. Posto isto, perguntarei mais: quando uma cousa serve de instrumento é ella que actua, ou quem a emprega? O *meio* de *mandar além* qualquer objecto é que manda, ou a *intenção* que se serve d'elle? A que veem, pois, os restos desenterrados em Pompeia? Quem foi que os pôs lá para nos lembrarem o passado? Perdoe-me o adversario uma expressão grosseira, mas exacta: no que disse substituiui á ideologia humana a ideologia dos cães. O cão, quando lhe atiram uma pedrada,

morde a pedra, em vez de morder a mão que a despediu. O pobre animal confunde a vontade que actua com o instrumento passivo. Eis porque eu analysei as idéas simples que compõem a idéa complexa de monumento: foi para não cair nestas ideologias caninas.

Cá apparece um paragrapho que me faz tremer! Assevera o meu adversario que armei um — sophisma tão graudo que se não estivesse em lettra rendonda não o acreditaria. Virgem sanctissima! Grossa parvoíce disse eu! Que foi? Vejamos:

«Segundo elle (este *elle* sou eu) o testemunho de agradecimento por um serviço era
«a annullação desse serviço; um meio de perpetuar a sua lembrança, era um recurso contra
«a sua importancia. Segundo esta doutrina
«quem escrever o panegyrico de um homem
«que admira, depois d'elle escripto póde deixar-se da admiração, porque o louvor igualou o
«merecimento. Um arco de triumpho fica sendo
«um meio de esquecimento, e até uma illuminação será bastante para tirar aos que a fazem toda a razão de admirarem aquelles a
«favor de quem é feita.»

«Não, os serviços de D. Pedro não se pagam com umas pedras medidas e cinzeladas, mas não é tambem para lhe pagar os seus ser-

«ações que nós nos lembramos de um monumento, é para satisfazer a necessidade da manifestação do nosso reconhecimento para com elle — só para isso.»

Agora ali vai para o meu processo de archiphista mais uma peça importante: é a passagem do artigo do *Correio* a que eu alludia na inacreditavel parvoíce que escrevi, condemnando o orgulho insensato dos que pretendiam pagar em admiração (fraca moeda!) o que devemos a D. Pedro. Para repellir toda a idéa da utilidade no monumento do Imperador; para desacreditar o alvitre de lhe dedicar uma escola em vez de um penedo lavrado á romana, dizia o *Correio*:

«Se quizerem podem affirmar que é um ultimo beneficio que delle recebemos, mas que seja a paga em admiração do que lhe devemos em serviços, isso é que não; isso é que não se demonstra nem em trez nem em mil artigos.»

Isto não carece de commentarios. Nada é, pois, segundo a mim de todos esses segundo elle, amontoados por amplificação rhetorica. Segundo a mim é o que lá está no meu artigo; que a nossa divida é insoluzel, insoluzel a divida das gerações que vierem após nós; eis o que eu creio, e o que disse.

Confesso que chego a ter lástima do meu illustre antagonista!

*Fuerza de consonante a cuanto obligas,
Que haces que sean blancas las hormigas!*

Fique por aqui hoje : o resto será para outro ou outros dias.

V

Sed ego quae monumenti ratio sit nomine ipso moneor, ad memoriam magis spectare debet posteritatis, quam ad praesentis temporis gratiam.

CICERO.

Crença idolatrada do seu coração chama o meu adversario á publica-fôrma em pedra do móte do exarcha, em que se pretende escrever por entrelinha ou rasura o nome de D. Pedro: crença idólatra, chamarei eu antes a essa adoração cega das pedras de Pero-Pinheiro: cega como a dos primeiros discipulos do propheta de Yatrib, que se atiravam ao ferro inimigo para morrer nelle, pensando ganhar o céu e sujeitar a terra inteira aos destemperos de Koran. É a idolatria um grande peccado: Deus allumie o auctor dos artigos do *Correio* para que a abandone, e se volte ao evangelho, que já provou exuberantemente haver de todo esquecido.

Os commettimentos, que elle me faz, são to-

dos de quem combate com os olhos fechados como os Musslims primitivos, que muitas vezes achavam a morte onde esperavam encontrar a victoria. Ahi vai mais uma lamentavel prova dos perigos das crenças idólatras.

No segundo paragrapho do primeiro artigo publicado no *Correio* ácerca da questão ventilada, e ainda neste mesmo artigo dirigido contra a Revista, são taxados de egoismo os que querem a eschola em vez da columna. Repelli eu aquella accusação *definindo* o que era egoismo, e mostrando que na feitura da eschola, nenhum interesse existia para nós individuos. Como ao que eu disse não havia resposta, o meu antagonista achou mais facil *suppor* condições de egoismo o amor *da familia, dos amigos, da patria, dos vindouros!* Isto é incrível, mas lá está escripto. Os que defendemos a eschola temos esse egoismo; nem o abandonaremos, se para adorar, não o bezerro de ouro, mas os penedos de Pero Pinheiro, nos é necessario renegar os affectos mais bellos e puros do coração humano.

Lembro de passagem ao *Correio* que *ego* em latim significa *eu* em portuguez; que Kant, com quem logo no seu primeiro artigo nos quis metter medo (abrenuntio!) fecha todo o universo no *eu*, e *não eu*; e finalmente que egoista

é o que concentra todos os seus affectos no *eu* e abstrae completamente do *não eu*.

Tenho pena de que os limites de um artigo de periodico me não consintam examinar os deliciosos paragraphos sobre a unidade de pensamento nas obras artisticas, para vermos *cuja era a intelligencia de quem todos se haviam de rir*. É na verdade admiravel a innocencia com que ali se rejeita a condição do bom no bello ; com que se condemna a estethica de Kant, do mesmissimo Kant, que o meu adversario mettera na sua phalange e com quem, por um triz, nos não mata logo a principio ! Permitta Deus que neste negocio de Kant, não ande alguma emburilhada como a de Shakspeare !

Umás perguntinhas, porém, irão aqui por amostra. Entre outras cousas a que se nega a possibilidade de ser util é a um livro sublime, sob pena de universal risada. A Biblia é ou não ao mesmo tempo sublime e util ? É. Quem a dictou ? Deus. Não parece ao meu antagonista um pouco grosseiro rir da intelligencia de Deus ?

Sobre o resto da primeira parte do artigo, só sei exclamar como Hamlet — palavras ! — palavras ! — palavras ! A que veem ali todas as especies de monumentos onde a idéa moral de utilidade para os vindouros se poderia associar

a est'outra idéa moral, a de lhes recordar o Libertador? Como se prova que para haver coherencia é necessario que o monumento tenha por condição todo o genero de utilidades? Onde disse eu que na idéa absoluta do objecto se encerrava forçosamente como qualidade primeira a idéa de uma utilidade, quanto mais de todas as utilidades? Não foi exactamente isso que eu declarei um absurdo creado pelos sectarios da opinião contrária para o combaterem com o outro absurdo, de que é condição absoluta de todo e qualquer monumento o ser inutil? De que modo conclue o meu antagonista do princípio que estabeleci, de que um monumento não tem por condição essencial senão o lembrar, que para ser logico hei-de querer que elle seja sem remissão util de seiscientos modos? Que logica é esta? Ou eu estou doido, ou o meu adversario cego na adoração extatica dos seus *penedos idolatrados*.

Eu fiz nascer a conveniencia e propriedade de ser o monumento de D. Pedro uma escola em vez do obelisco de Trajano ou de Phocas, não da natureza da cousa em si, mas de uma ordem de considerações relativas ao Imperador e a nós, as quaes deviam determinar as circumstancias accidentaes do monumento. Combater essas considerações: mostrar que ellas

não são *determinantes*, isso intendo eu: mas confundir tudo; tanto o que é relativo ao lembrado, como á cousa que lembra, como aos que querem fazer lembrado; tirar de uma ordem de raciocinios argumentos contra uma ordem de raciocinios diversos, é pôr o cháos e as trevas no lugar da harmonia e da luz: é mostrar que se não sabe ou não se quer avaliar idéas complexas, que se não concebe ou se não quer conceber o que seja a analyse. Eis porque se repugna á definição rigorosa da idéa generica *monumento*. A clareza, o methodo, as deducções logicas e precisas matam os defensores da pedra.

Quer o meu adversario refutar-me? Prove que um monumento não é um meio de lembrar, que é alguma cousa mais ou menos ou diversa: prove que a natureza da idéa monumento repugna sempre e em todos os casos á natureza da idéa utilidade. Se fizer isto a questão está acabada. Se o não poder fazer, demonstre ao menos que na hypothese actual as considerações que me fazem crer, que uma escola é o monumento mais proprio de D. Pedro, não são verdadeiras; que outras considerações mais exactas determinam que o accidental do monumento seja um obelisco ou uma columna; mas que essas considerações se apre-

sentem solidas, leaes, contrarias verdadeiramente ás minhas, e não traga argumentos como aquelle por onde termina a primeira parte do seu artigo, no qual, querendo sustentar a these de que *um monumento é um ponto de contacto entre a admiração e a gloria*, diz que os dous monumentos do regicidio de D. José I, postos no lugar do crime e do supplicio provam contra mim, porque *a columna e o templo podiam reunir-se num só monumento, e a casa de Deus expressar duas idéas, a recordação dolorosa do delicto e o agradecimento á providencia*, isto segundo a minha opinião. A minha opinião é que um monumento deve lembrar: que a *forma da lembrança, as circumstancias* que a ocompanham podem ser diversas. Em que prova, pois, o templo ou a columna contra mim? Confesso que não intendo, e a muita mais gente ha-de succeder isso. Em vez desta affirmativa inexplicavel, eu peço ao meu adversario que mostre *qual gloria fazem admirar aquelles dous monumentos*, que eu citei, como poderia citar milhões de outros, para lhe demonstrar que era falsa a sua definição generica do objecto monumento.

Pedi acima considerações leaes: o meu adversario auctorizou-me a pedi-las com o modo porque começa o seu segundo artigo. Aprovei-

tou uma virgula trocada na imprensa para affirmar que eu *concedo licença de sermos gratos* a D. Pedro: porque disse que no monumento o lembrar era o essencial e a *gratidão, nossa e dos vindouros, ou especialmente nossa se quizerem*, era o secundario, o accidental. Quem ler o que escrevi verá, junctando os dous paragraphos, em que expremi essa idéa, que o *se quizerem* se refere ao *especialmente nossa*, e não a *gratidão*. Suppõe-me o auctor do artigo tão insensato, que declarando ser a nossa divida a D. Pedro insolúvel e a gratidão um dever, concedesse no mesmo artigo, na mesma pagina, como *um favor* a liberdade de sermos gratos? Não; elle não o suppõe; mas como um homem que se affoga segura-se a um palito, ao ar, e até ás proprias ondas, assim elle lançou mão de uma virgula trocada, para salvar uma causa perdida. Por quem é lhe peço que não imite Camões nas aguas do Mecon: deixe ir ao fundo a columna romana: olhe que não vale os Lusíadas. Lembro-lhe até que não busque outras razões para sustentar uma opinião insustentavel, se quer que ella prevaleça. Levado á evidencia que o móte do exarcha é uma cousa anachronica, estúpida, insolente para com a memoria de D. Pedro, sem poesia, sem verdade, sem um senso commum, e que

uma escola deveria ser o monumento do homem da civilização, esteja certo de que será mais facil arrasar todas as escolas de Portugal do que deixar de se erguer a tal tranca de pedra ; esteja certo de que os nossos Angelos Mai de obra grossa com tanto mais afferro se agarrarão ao seu palimpsesto, quanto mais absurdo elle for. A historia desta bemdicta nação no presente seculo lhe é fiadora sobeja disso, em todos os seus aspectos.

Disse eu, e repito, que o *essencial* no monumento é o transmittir á posteridade a grandeza moral do individuo, e o *accidental nelle* a gratidão. «Proclama-se, portanto, (observa o meu antagonista) que a *inutilidade irrisoria é o essencial*, e que a virtude indispensavel *é o accessorio*.» Onde affirmei eu que o lembrar D. Pedro era *inutilidade irrisoria*? Pois o homem que quisesa ver derramadas por todos os angulos da monarchia recordações de D. Pedro intende que seja irrisorio o recordá-lo? É por certo involuntario, mas é um falso testemunho que o adversario me levanta. O que escrevi corre impresso ; julgue-o o meu mais cruel inimigo e diga se ha ahi uma phrase ou uma palavra que o auctorize a attribuir-me semelhante pensamento. Portanto!! Portanto, o que? Bastava ter visto de longe uma escola de logica

para nenhum ente racional tirar semelhante illação das premissas que o *Correio* foi buscar ao meu artigo.

Havendo estabelecido que a condição unicamente essencial do monumento é o lembrar, concluí dahi que a fôrma, os motivos, ou outra qualquer circumstancia da sua erecção eram accidentes, eram *qualidades segundas*, e que o ser ou não *util* em nada lhe mudava a essencia. Resulta desta doutrina inexpugnável, que todas as vezes que se fala em util ou inutil, se ha-de suppor salva a idéa moral e poetica de *recordar*, porque tal idéa envolve a existencia do monumento, e se eu intendesse que este era absolutamente inutil, não seria tão parvo que dissesse — faça-se uma escola em vez de uma columna; diria — não se faça nem uma coisa nem outra, porque o recordar D. Pedro é escusado. Quando falei de utilidade falei da conveniencia de erguer um manumento, que fosse tambem prolífico, um monumento, que associasse ao pensamento do *bello*, que é a sua essencia, o pensamento do *bom*, que é uma condição esthetica. Dar estas explicações no meu artigo tive vergonha de o fazer; tive vergonha de tractar os leitores como creanças de babadouro e andadeiras.

A bulha que o meu adversario faz com eu

dizer que a gratidão ou outro qualquer affecto ou razão determinante do monumento é accidental e por isso accessoria, é uma miseria que o faria crer estudantinho imberbe, e ainda nem sequer chegado ao Genuense, se outras circumstancias dos seus artigos não revelassem nelle o homem habituado ás lides intellectuaes da imprensa periodica, a sustentar o pró e o contra. O *ser accidental* não é o contrario de ser importante, grave, bello ou moral; é o contrario de *ser necessario*. Não poderia alevantar o monumento a D. Pedro a saudade filial ou a de um amigo que nada lhe devesse; o orgulho de um ricaço, o enthusiasmo militar que só visse no Imperador o grande capitão? Deixaria de ser monumento se estes ou outros quaesquer fossem os motivos determinantes? Ninguém o dirá. Logo o essencial é o lembrar, e a gratidão o accidente. Dou dez annos ao meu adversario para que ache uma resposta a isto, que tenha o senso commum.

Graças a Deus, que encontro emfim uma doutrina clara, precisa, opposta francamente á minha! A final o meu impugnador declara «que a posteridade não necessita que lhe lembremos D. Pedro; que não é preciso mandar «fazer um pregoeiro de pedra e cal encarregado «de estar lembrando aos vindouros uma idéa

«que nem pôde fugir, nem desvanecer-se.» Bem! Isso agora intende-se. O monumento não é para memorar D. Pedro, porque isso seria uma tolice, *uma calunnia á posteridade*: logo é para *lembrar a* nossa gratidão: logo o monumento é destinado a recordar que nós homens que hoje vivemos cumprimos um dever trivial, o sermos agradecidos a quem nos fez beneficios. Já vejo que percebi o pensamento que vinha embrulhado no primeiro artigo de *Correio*, e que o exprimi com clareza e exactidão no meu artigo. O monumento do Rocio é destinado a dizer:—*Lembrae-vos vindouros de que nós os homens, que viviamos em 1843, não fomos ingratos.*

Nesse caso, porém, requeiro desde já um monumento na praça do commercio que lembre aos vindouros, que não fomos ladrões (os que não o temos sido): outro no caes do Sodré, que recorde que não fomos assassinos; e assim por diante. Se todas as virtudes sociaes e communis devem ser memoradas por monumentos, cubram-se delles praças, ruas, vielas, becos; semêe-se por entre a cidade de agulhas e obeliscos. Se uma virtude trivial desta geração lhe deve grangear um monumento, haja equidade com todas as virtudes analogas,

E não vê o meu adversario, que rejeitando o monumento como meio de recordar D. Pedro, ou falando poeticamente, de eternizar seu nome, rejeita a biographia, o panegyrico, o poema que já pediu para elle? A biographia, o panegyrico, o poema, são obras individuaes: não podem por isso *lembrar* a gratidão collectiva, mas só a gratidão individual, e assim não representando o que se quer que represente o monumento, a nossa gratidão, não tem valor monumental, salvo se pretendem que o biographo, o panegyrista, o poeta, resuma toda a sociedade, seja um novo Christo que pague a divida universal.

E agora por poema me lembra um peccado velho. Disse-se que o monumento substitua o poema, que nós não tínhamos sabido ou querido fazer. A gente da Revista não sabe fazer poemas épicos, nem tem vontade de o saber. Quanto as nossas forças o permittiam consagrámos ao Imperador, não incensos bolorentos porque a tardança os apodreceu, mas as linhas de gratidão e saudade que o coração nos inspirava quando a morte no-lo roubou. O óbulo de pobres que tributámos á sua memoria ahi anda nas mãos de todos. Digam outro tanto de si aquelles a quem o accesso poetico de tão melindrosa gratidão e saudade chegou a furo só

depois de oito annos, como um tumor frio que precisou de todo esse tempo para amadurecer. Conheci um advogado velho, que em ouvindo destas, exclamava logo: *outro officio!*

Mais; eu declaro por minha parte que se para chegar á posteridade a *heroica* virtude que tive de ser agradecido a D. Pedro, se ergue a columna do Rocio, recuso a minha parte de gloria, porque tenho medo de que a posteridade se ria da fatuidade com que pretendemos occupar-lhe a attenção, porque não fomos ingratos ao Principe que nos deu liberdade e patria.

Vem o adversario com o argumento de que se a eschola polytechnica restaurada pôde intitular-se de D. Pedro, tão bem ou melhor o pôde a Universidade, que é a que representa completamente o pensamento da civilização. O que representa a Universidade e a eschola polytechnica em relação aos progressos sociaes do país, ou por outra, á sua civilização, sabe-o tanto o adversario, e toda essa gente que não quer a eschola porque quer a columna, ou quer a columna porque não quer a escola; como eu sei turco ou chim. Mas, pondo esta questão de parte, (e desde já lhe asseguro, que não é capaz de me fazer entrar actualmentemente nella) mui categoricamente lhe declaro, que

não me opponho á idéa de que a memoria de D. Pedro se una á universidade de Coimbra, ou a todos os institutos litterarios, e que assim perde o seu tempo em chamar inconsequente e tímido ao homem que disse: *Multiplique os institutos de civilização e de progresso e consagrae-lh'os... que por toda a parte o nome de D. Pedro... surja, symbolo da liberdade*. Pois quem diz isto recua diante das consequencias, e é tímido? Exceptuo a Universidade ou outro algum instituto semelhante, de servir ao grande fim monumental? Chego ás vezes a persuadir-me de que o meu adversario me refutou sem ler o que eu escrevi.

Mais : se uma grande cidade se houvesse hoje de edificar no nosso país seria bello e liberal o dar-lhe o nome de D. Pedro. Foi assim que os Estados Unidos perpetuaram a memoria de Washington. Que lhe parece isto ao meu adversario? Não são bem egoistas, sophistas e atheistas aquelles brutos dos americanos do norte em porem á cidade que creavam capital dos Estados, a uma das cousas mais uteis deste mundo, o nome de Washington? Oh lá se o são! Brutissimos.

Eu cito contra o meu adversario o exemplo de uma nação ainda virgem e todavia civilizada e livre, querendo alevantar um monu-

mento ao seu libertador; entre estas circumstancias e as nossas ha paridade; dous libertadores, duas nações livres, dous monumentos. Que cita elle contra mim? Os ten-deiros municipaes da França, os caiadores de ochre, os arrasadores de monumentos, qualificados já devidamente por Victor Hugo, que vão alevantando uns bonecos aos homens notaveis nascidos na sua terra, homens todavia obscuros comparados com D. Pedro. Aqui, confesso que o meu adversario é melhor christão do que eu. É edificativa essa abnegação da consciencia e razão nacionaes ante os grandes philosophos e artistas vereadores das municipalidades de França. Só no céu elle poderá achar a recompensa de tão christã humildade.

Quanto a Napoleão, que me importa a mim que lhe levantem a columna de Smaragdo? Que tem Napoleão com D. Pedro? Bonaparte foi um Alexandre, um Cesar, um Trajano, um Attila, um Gengis-kan, ou tudo isso juncto; mas o que elle não foi é Washington, ou D. Pedro. Escravizou e enluctou a França para através da Europa roubada e assolada chegar a Waterloo. Ergam-lhe a columna com estatua, que é justo. Mas, ao menos, como soldado que fui de D. Pedro, deixem-me protestar

contra a associação bestial do seu nome com o nome do assassino do duque d'Enghien ; do salteador que roubou e opprimiu a Peninsula, como roubara e opprimira o resto da Europa, até que chegou o dia em que começámos a adubar os nossos campos com os cadaveres de cem mil desses garotos armados com que nos regalara. D. Pedro foi tambem como elle soldado, mas honesto. Não foi salteador nem assassino !

E depois, que é a columna e a estatua de Napoleão ? A columna de Vendome foi erguida em 1806 por elle proprio (os déspotas teem o cuidado de fazerem os seus monumentos, porque lá lhes sobejam razões para não esperarem que os outros lh'os façam) : em 1814 tiraram a estatua de bronze que elle posera a si proprio no cimo da columna, para *fundirem o cavallo* da estatua de Henrique IV : em 1833 a monarchia de julho fez uma revendicta á monarchia de Luiz XVIII, e tornou a pôr o boneco. Se em França volvesse o sceptro á linha dos Bourbons pegavam provavelmente no novo boneco e faziam um sino, ou uma bombarda, ou um cavallo para Philippe Augusto, ou para Luiz XVIII. E é destas historias ridiculas que se querem tirar tradições determinantes para a edificação de um monumento em que

não ha paridade alguma com as circumstancias da cousa citada? Miseria!

Para que vem o adversario citar-me a estatua de Guttemberg? Um ou mil exemplos de monumentos, exclusivamente destinados a lembrar, sem nenhuma idéa associada de proveito, nada provam contra mim, que estabeleci em principio não ser a utilidade ou inutilidade condição essencial de um monumento, e que fiz depender de considerações alheias á natureza da cousa e relativas só ao objecto lembrado, e á vontade que lembravam, a escolha das condições accidentaes da fórma. Os exemplos, que tenho citado, e que podia citar aos centenaes, são esses que matam a sua proposição absoluta de que um monumento não pôde ser util, e já me levou a Moguncia, ali mesmo, e na mesma praça da estatua de Guttemberg, lhe darei mais um exemplo contra ella para fazer verdadeiro o proloquio : *vir buscar lã e sair tosquiado*. Aquella praça chama-se de Guttemberg; é dedicada ao célebre impressor, e todavia serve e *é util* para tudo aquillo para que serve e é util uma praça.

É preciso além disso que o meu adversario não se esqueça do que é o monumento e do que foi Guttemberg. O monumento de Moguncia é propriamente dedicado a um facto com-

plexo, a invenção da imprensa, symbolizado no homem que não a inventou, mas que lhe fez dar o passo gigante de a converter de tabularia em móvel : antes e depois d'elle muitos outros trabalharam em aperfeiçoar e completar esse invento, que não é de um individuo, mas de uma nação, a allemã, e de um seculo, o xv. Accresce que em Guttemberg não houve intenção moral de progresso e civilização : elle nem sonhou quaes eram as consequencias da arte de imprimir. Quando se lembrou de mobilizar os typos só curou de ganhar mais dinheiro que os copistas ordinarios, a quem não era possivel dar cópias tão baratas e em tanta abundancia. Restam provas disto. Nem, pois, entre elle e D. Pedro ha paridade alguma, nem supponha o meu adversario a Allemanha tão tonta que elevasse essa estatua mais do que como um symbolo. Neste monumento não ha gratidão, ha lembrança dum facto complexo que pertence a tantos homens.

Mas concedo-lhe que seja a estatua de Guttemberg o que elle quiser. Pode-se oppor todavia um facto isolado do presente á doutrina que resulta do estudo de muitos seculos ? Desprezar a historia desde as mais remotas éras até ao nosso tempo para dar valor a este ou áquelle facto practicado hoje nesta ou naquella

nação, e ali mesmo contradicto logo por outro facto análogo, não é um abuso intoleravel do argumento de auctoridade?

Mas, acode o meu adversario, o que dizeis do character dos monumentos, e da harmonia das suas condições accidentaes com o estado politico e moral da epocha e do povo que os viu erguer, é falso. E porque é falso? Vejamos.

Já eu mostrei que os obeliscos ou columnas monumentaes não se alevantaram em Roma, senão desde que a tyrannia dos Cesares substituiu a liberdade antiga. Responde-me o adversario, que antes disso não se cultivava a architectura com *aproveitamento e protecção*, e pergunta-me no fim, muito ancho, se o que eu disse é licção de logica ou de historia.

Não era nada disso : era uma simples verdade : agora o que vai ler é que talvez seja uma e outra cousa.

Se a sociedade romana no tempo que era livre comprehendesse a criação desses obeliscos, que cresceram em volume e em numero, não segundo o progresso da arte mas com a sua decadencia, até a completa corrupção, chamada byzantina ; se ella cresce que os manes dos homens eminentes se affrontam de que á memoria do seu nome se associasse um pen-

samento de utilidade, como pareciam acreditar os tyrannos que depois a escravizaram, não podia também ter alevantado columnas e obeliscos? Tão rudes eram os antigos romanos, que não soubessem amontoar pedras sobre pedras para fazer uma pyramide, ou uma agulha? Pois não tinha a columna toscana, nascida na Italia antes da influencia grega, para a collocar no meio de uma praça como a collocavam num templo? Os negros semi-barbaros d'Axum puderam alevantar um obelisco: Thebas, a egypcia, pode erguer tantos: os Pharaós souberam construir as pyramides: todo o despotismo, emfim, do oriente, estúpido e selvagem, deixou o sólo coberto desses vestigios de um orgulho exclusivo e insensato, e os contemporaneos dos Scipiões, os vencedores da civilizada Carthago eram impotentes para edificar um monumento de semelhante genero? Porque o seriam? Porque não conheciam a arte grega, diz o meu antagonista. Ha paciencia que tal soffra? Visto isso onde não houver columna corinthia, dorica, ou jonica não ha columna, não ha obelisco exclusivamente monumental, não ha nada. Faltava mais esta desgraça ao genero humano. O obelisco de Luxor, que os franceses dizem ter trasido do Egypto, o monolitho d'Heliopolis,

que se crê trouxera para Roma Caligula e restaurara Xisto V, (que dois monumenteiros d'obeliscos!) tudo isso são contos da carochinha: os egypcios não conheciam as trez ordens gregas: como haviam, portanto, de alevantar esses monumentos? Os francezes e os italianos enganam-nos descaradamente.

O que eu nunca vi foi tanta lástima juncta.

E a Grecia? Porque não falastes na Grecia? — clama triumphante o meu adversario. Pelas razões que lá estão no que escrevi: porque se falasse na Grecia e no oriente, nos povos antigos e nos povos modernos, faria um livro e não um artigo. Escolhi o romano entre uns, porque era o principal delles: escolhi o nosso entre os outros porque era aquelle cujos exemplos nos tocavam mais de perto. Como, porém, o meu antagonista requer Grecia, terá Grecia e será em poucas linhas.

Dou-lhe um anno para me apontar uma columna ou um obelisco grego, destinado a recordar a memoria de um morto illustre, o erecto na epocha da liberdade grega, que se afaste das trez formulas — edificio de serviço publico — templo — sepulchro. Isto é categorico. Todas essas especies teem ao lado da idéa *lembrar* a idéa de *utilidade*: o templo porque servia *tambem* ao culto, o sepulchro

porque *tambem* servia para resguardar os daquelles que ahi jaziam, porque era *util* para a religião dos mortos.

Agora tudo o que se diz a respeito de deitar abaixo igrejas, arrasar sepulchros, e outras gentilezas que vem no cabo do artigo e numa curiosa nota appensa a elle, não lhe respondo, porque está abaixo até de uma resposta jocosa. É um destes espalhafatos de fecho d'acto, em drama ultra-romantico para o effeito de scena. Deixá-lo estar, que está muito bonito.

Tambem o meu artigo ficou em pé ainda desta: deixá-lo estar igualmente que está bem. Esperemos para a outra trovoadá.

VI

Ultima verba

Talvez eu não devesse escrever mais uma unica palavra a este respeito : talvez alguém me lance o fazê-lo em conta de cobardia. Depois do auctor dos artigos do *Correio* se ter retirado do campo da argumentação, para se declarar victima da minha grosseria, falta de philosophia e boa fé, devia elle merecer generosidade. Para dizer isto, não era necessario deixar passar dez ou doze dias depois da publicação do meu artigo. Evidentemente este periodo gastou-se em procurar argumentos contra mim. Não appareceram. Saiu-se por esta porta. A invenção não é nova. Comprehando o doloroso da situação, e respeito-a. Respeita-la-ia com o silencio : deixaria aos que teem seguido esta discussão avaliar os fundamentos da queixa, se a queixa fosse unicamente contra a minha falta de educação

.

e de philosophia : nisto não ha culpa : cada um tem a educação que lhe deram e a philosophia que a sua intelligencia comporta. Mas á queixa ajuncta-se a accusação ; accusação de inconsistencia de doutrinas, de immoralidade litteraria e de má fé nas citações. Isto é grave : grave para mim. Não me importa que o adversario, tendo-lhe eu tambem feito a segunda parte da mesma accusação, e tendo provado o meu dicto, se julgasse absolvido de me responder. Eu não penso assim : talvez por demasiado respeito á opinião publica. São modos de ver. Esta ultima resposta é para mim mais uma necessidade moral, que uma necessidade litteraria. Peço aos leitores da *Revista* perdão de lhes roubar quatro ou cinco columnas deste jornal a objectos mais importantes. Os foros da intelligencia é licito deixá-los calcar ; os da consciencia nunca.

A pouca educação, com que tractei o adversario, é a primeira das minhas culpas : vem depois as provas : em todas ellas nada se allega senão as minhas affirmativas (provadas) de que o adversario *ignorava* os elementos do christianismo, não sabia definir, não raciocinava com logica, não escrevia em portuguez, e fizera um pedaço de ideologia canina. Se (á excepção da ultima) em qualquer destas cousas

ha incivilidade, qual é a discussão litteraria ou scientifica onde faltem accusações analogas, e que portanto deixe de ser incivil? Não a conheço. A comparação que fiz de um argumento que se me oppôs com o argumentar dos cães, é exacta mas grosseira. Eu mesmo o confessei ; mas pedi perdão ao adversário de a empregar. Os leitores, que julguem, se o homem que faz isto pretende affrontar o seu contendor.

Quanto á falta de philosophia, como no *Correio* se não responde á minha argumentação deixo tambem aos que nos lerem, avaliar quem nesta discussão mostrou ignorá-la ; quem mostrou conhecê-la.

Quanto aos crimes moraes, elles ahi vão.

Trunquei numa epigraphie um verso do evangelho de S. Matheus fazendo uma mutilação sacrilega.

Resposta. Falta mostrar onde está o sacrilegio, e como é peccado citar só certas palavras de um verso do evangelho, uma vez que não mudem o sentido, e não o é citar um verso sem citar todo o evangelho. Cortei o que era relativo aos sepulchros, porque não vinha ao intento, não servia nem para mim nem contra mim : cortei o vocativo *Scribae et Pharisei hypocritae*, porque o homem grosseiro não quis dar estes nomes injuriosos ao seu antagonista.

Se, porém, faz muito gosto nelles, pode restituir a integridade do texto, que eu nada tenho com isso.

Diz o *Correio*, que eu substitui a palavra *egoismo* á palavra *interesse*, para lhe demonstrar, que a accusação de egoistas que fizera aos que pretendiam a eschola-monumento era vã.

Não fui eu que fiz a substituição de má fé : foi elle ; e eu mereceria a denominação de orate, com que o meu delicado adversario me mimoseou no paragrapho ultimo do seu artigo, se lhe acceitasse essas transformações de expressão, com que elle pretendia esquivar-se aos golpes da logica. No seu 1.º artigo, § 2, linha 2.ª, tinha elle estabelecido formalmente o *provará* de egoismo contra nós : foi isto que eu refutei : para me responder substituiu ao egoismo *interesse* : defendendo o meu artigo devia eu acceitar esta mudança desleal da questão para um falso terreno, ou constrangê-lo a vir para o verdadeiro? Não quero que seja o publico : seja elle quem o decida.

Acha o auctor dos artigos do *Correio*, que muito bem cabia na discussão, em que lidavamos, o tractar a questão da unidade de pensamento nas obras de arte, e se esta unidade ficava destruida pela associação do bom ao bello, porque *era mais uma idéa só*. Chego a

envergonhar-me, pelas lettras portuguesas, de que se imprimam entre nós semelhantes proposições, ainda que seja num jornal politico, que não tem obrigação de ser litterario. O principio mais grave e fecundo das modernas theorias da arte, para tractar o qual, em si, e muito mais no terreno em que o adversario o collocou, é preciso suscitar todas as questões alevantadas entre a antiga e a moderna escola, jogar com as doutrinas mais abstrusas da esthetica e da critica da razão practica, não passa de *uma idéa mais*, que se poderia discutir, provavelmente á hora da sésa, fazendo o chylo, e como por debique! Repito, chego a envergonhar-me de que quem se atreve a pôr em letra redonda os seus escriptos, fale e insista sobre cousas, cujos rudimentos mostra desconhecer tão completamente, que julga poder-se contrahir a um paragrapho de artigo, o que só pode ser materia de longo e trabalhado livro. Não sei se offendo o meu adversario; mas não é esse o meu intento no que vou dizer. Fez-me lembrar com isto a quadra do nosso Tolentino:

Pediu-me certa senhora,
Pela qual ainda hoje peno;
Que lhe fizesse um soneto
Ainda que fosse pequeno.

Sou accusado de má fé por substituir a denominação de *interesseiro*, que elle dera ao monumento-eschola, pela de *util*. É verdade que o fiz. Fi-lo, porque tomei a palavra *interesseiro* por lapso de penna, ou erro de imprensa. Parecia-me impossivel que o adversario ignorasse tão completamente o valor das palavras da sua lingua, que não soubesse que um *homem* pôde ser *interesseiro*, mas uma coisa só pôde ser *util* ou *interessante*. Peço-lhe perdão de ter avaliado em mais do que devia o seu conhecimento do idioma patrio.

Muito agoniado está commigo o meu adversario! Não tem razão, que eu sou bom moço, e não lhe quero mal. Teve a crueldade de me accusar aos vereadores das communas francezas de eu os haver injuriado. Que lucra elle em me ver pagar alguma multa municipal por accórdão daquelles sapientissimos e venerabilissimos varões? Nada.

Uma das causas porque o adversario me julga indigno de mais favores seus, é a irreverencia, com que tractei Napoleão, aquelle grande e *generoso* homem, de quem diz o ignorantissimo e insolentissimo conde de Toreno¹, que o seu procedimento na invasão e

¹ Revol. España, T. 1, L. 1.

occupação de Portugal foi digno dos tyrannos brutaes da idade média, o *generoso* conquistador que *subjugou* a nossa resistencia, occupando o país em som de paz, e impondo-nos logo uma contribuição de cem milhões de *resgate*; que profanou os nossos campos, roubou os nossos vasos sagrados para que os seus generaes tivessem dinheiro com que se embriagar e frequentar os prostibulos da Babilonia do Sena; daquelle grande homem, cujo nome soa como um dobre por finado em quasi todas as familias dos nossos irmãos, porque os ossos das victimas que elle nos fez ainda não apodreceram de todo debaixo da terra. Sou indigno de combater com o homem que quer associar o nome de D. Pedro a esse nome!... Sou! Confesso e acceito essa honrosa e portuguesa indignidade.

O meu adversario sentiu um ataque de nervos, porque leu o que eu disse ácerca de Napoleão, porque limitei a sua gloria á de Cesar, á de Attila, á de Gengis-Kan, e porque finalmente me honro de pertencer á minha epocha, e de olhar para esse genero de gloria com mais lastima que admiração, deixando aos grandes philosophos o extasiarem-se diante de um campo coberto de cadaveres humanos; ou ao escutarem o som dos tambores e trombetas

em revista de tropas, genero de philosophia em que sempre lhes ha-de levar vantagem, no primeiro caso o algoz, no segundo o rapaz de oito ou dez annos. Estimo saber o effeito de nevralgia que isso produziu no meu adversario, para lhe dar um conselho sincero e de amigo, attendendo a que as nevralgias são um genero de molestia mal conhecida ainda, e que o podem matar. Recommendo-lhe que não leia J. B. Say, que tem em mui pouco Bonaparte como administrador, chegando a ponto a sua estupidez de seguir a opinião contraria á do meu adversario, isto é, que elle em vez de ter feito bem á industria franceza, lhe fez mal ¹. Que não leia C. Comte, o celebre auctor do *Tractado de Legislação*, que teve a insolencia de dizer que em socialismo Bonaparte fez retrogradar a França para a barbaria ²; que não leia Lamartine, aquelle grandissimo alarve de Lamartine, que commetteu a atrocidade de fazer peór do que eu, de comparar a epocha de Augusto Cesar, com a de Bonaparte, no que ellas tiveram de tyrannico, de abjecto, de

¹ Cours de Econ. Pol. (1842) T. 1, p. 9, 23, 436, 611, 618, etc. T. 2, pag. 285, 287, 353, etc.

² Traité de Legislat. Liv. 5, C. 21.

anti-poetico, de horroroso e de desprezivel ¹; que não leia o ignorantão e rombo Agostinho Thierry, que, falando das doutrinas de jurisprudencia, chama ao tempo do imperio um lodçal ². Veja o adversario o caso que aquella alimaria faz das leis de Bonaparte, que tanto o enchem de admiração! Que não leia Byron, Walter Scott, Alfredo de Vigny, e emfim nenhum destes escriptores que a Europa estupidamente applaude como maximas intelligencias em *poesia*, em *politica*, em *philosophia*, porque se o fizer as nevralgias hão-de matá-lo. Só lhe peço, a elle *innominado*, que tenha dó de mim, que tive a desgraça de *assim pensar*, como todos esses tontos, a quem elle, coberto de gloria litteraria, possuidor de um nome, que reboa nos quatro angulos do universo, não desceria a combater, sem que o nojo lhe produzisse uma nelvragia fatal.

Tenho a infelicidade por via de regra quando quero estabelecer o methodo nos meus artigos, de andar a saltar ora aqui ora alli pelos paragraphos do adversario. Isto, é provavel que proceda da minha estupidez e falta de ordem nas idéas. Não é provavel; é certo.

¹ Discours de Reception à l'Acad. Franç.

² Dix Ans de Etudes Hist. C. 6.

Acabarei por onde elle principiou, e será de um modo serio e severo.

O meu adversario invocou contra mim os artigos, que appareceram sem nome em outro jornal, e que se me attribuem; invocou-os para achiar contradicção entre o meu pensar de hoje e o meu pensar de então. Este procedimento não o qualificarei. E quem sabe se eu poderia fazer uma terribilissima represalia? Não o sei, nem o quero saber. Prefiro deixar talvez inintelligivel uma das minhas epigraphes, que ignoro se incommodou o meu adversario. Para dizermos de artigos de diferentes jornaes não assignados, ou só em parte assignados, que são do mesmo escriptor, é ordinarimente necessario abusar de confidencias particulares. Este homem grosseiro e immoral nunca, porém, o faria, se a hypothese actualmente se dêsse. Seja o que for, isto apenas é uma digressão, provavelmente insensata: vamos ao que importa. Aceito plenamente por meus os artigos que se me attribuem. *São meus*: repito-o. Não ha sobre isso que duvidar.

E porque são elles meus? Porque nasceram das mesmas doutrinas, que hoje professo: da theoria sobre monumentos de que deduzi a necessidade de ser o de D. Pedro uma eschola

e não um obelisco. Que tenho eu dicto e repetido talvez até a impertinencia? Que as condições accidentaes dos monumentos devem ser determinadas pelo espirito da epocha em que são edificados ; que elles são uma chronica de pedra, um documento, que o vulgo não lê porque lhe ignora a palcographia, mas de que o homem da sciencia historica sabe aproveitar-se : que é necessario haver harmonia entre o seu modo de ser, e as circumstancias dos que o consagram.

Eis a minha doutrina de que tudo quanto tenho escripto ácerca do monumento de D. Pedro, não é mais do que applicação ou o commentario.

E a que pessoa habituada a generalizar e applicar principios, não ficará evidente que bem longe de repellirem esta doutrina, os artigos que escrevi no Panorama contra os homens do camartello, não são mais do que uma consequencia della? Que pedi eu ahi? Que não despedaçassem a chronica de pedra, que não rasgassem os documentos da historia ; porque o mosteiro, a muralha, a cathedral, a torre, eram documentos historicos ; porque nellas estava estampada a vida social e íntima das gerações que os haviam exarado. Peço hoje que se faça um monumento com as mesmas

condições, e dizem-me que me contradigo! Se o valor e o crer portuguez dos seculos XIV e XV e ainda do principio do XVI, estivesse representado, não pela muralha de D. Fernando, pela Collegiada de Guimarães, pela Batalha, ou pelo mosteiro de Belem, mas por pyramides, obeliscos e columnas, e eu tivesse pedido que não os derribassem, não poderiam dizer que actualmente eu tinha opinião diversa da que seguira. Mas a idade média symbolizou-se a si propria nos monumentos dos seus homens illustres: fez o que todas as epochas e todos os povos fizeram; e porque depois de demonstrar essa verdade, digo aos meus compatricios —, não vos afasteis da grande logica do genero-humano, — respondem-me *Rácca!*? Como será possível esquivarmo-nos a um sentimento de compaixão, quando vemos assim calcarem-se aos pés os dictames do senso commum?

Eu nunca condemnei nesses artigos só os que derribavam os monumentos: condemnei igualmente os que os pervertiam; os que lhes mudavam o aspecto, os que viciavam aquella especie de documentos. Em que se fundava a condemnação? Em que os monumentos assim transformados conservariam talvez o seu character essencial, o *lembrarem* o individuo, ou

a cousa, mas perderiam as suas condições de historia social. Não dependia, pois, a justiça das minhas invectivas de partir dos mesmos principios que hoje invoquei a favor da escola contra a columna? Se não partia dahi, qual podia ser a idéa fundamental do que escrevi?

É exactamente estribando-se na doutrina que sigo, que se pôde interpor um véto ás assolações do vandalismo. Se os monumentos servem tambem como diplomas que illustrem a verdadeira historia, a da sociedade, é preciso respeitá-los todos. Embora tendo de escolher forçosamente entre a ruina de um que lembrasse um homem eminente, e representasse uma epocha gloriosa e a doutro que fosse consagrado a um tyranno, e representasse um periodo de servidão e decadencia, deveressemos preferir a salvação do primeiro; onde esta força maior não existir todos elles devem respeitar-se; o do máu para sua condemnação, o do bom para seu elogio; ambos para nos ajudarem a avaliar as epochas que representam por condição accessoria.

Mas depois disto; depois de provada a unidade das minhas doutrinas a este respeito, com que direito associa o auctor dos artigos do *Correio* as suas opiniões ao que escrevi contra

os caiadores e destruidores dos monumentos? Quem lhe deu o direito de tambem se rir desses vandalas? Rir-se?! — Quando eu invectivava contra a camara de Lisboa por arrasar a muralha de D. Fernando, e a velha torre de Alvaro Paes : quando eu estampava o ferrete d'insensatos na fronte dos que deturpavam vergonhosamente o templo de Guimarães, não devia elle descer da altura da sua intelligencia até o rasteiro da minha, e dizer-me : «Calae-vos ; porque os monumentos não se póde associar idéa alguma de utilidade, o monumento é exclusivamente um ponto de contacto entre a admiração e a gloria, e essas edificações de que falaes não são monumentos. O templo servia para o culto de Deus, e ao mesmo tempo era uma eschola onde se ensinava a limitada sciencia daquellas eras : a muralha e a torre serviam para defender Lisboa dos castelhanos. Que vos importa que os vereadores arrasem umas paredes velhas, e os conegos caiem um templo gothico? Porque chamaes monumento ao que não o é? Emboa D. Fernando mandasse esculpir na sua obra gigante uma inscripção que recordasse aos vindouros quem tinha levantado : embora D. João I testemunhasse por documentos irrefragaveis que elle queria em S. Maria da Oliveira deixar uma memoria de

si á posteridade, D. Fernando e D. João I enganaram-se ou mentiram. As suas obras não podiam ser monumentos, porque elles lhes associaram a utilidade!

Eis o que o meu adversario para ser consistente em suas doutrinas devia ter feito em vez de se rir commigo. Isto era melhor do que pretender achar contradicções, que existem, nas opiniões d'alguem : não, por certo, nas minhas.

Emquanto me persuadi de que razões, exemplos, poesia, decencia, moralidade podiam impedir que se fizesse ao Duque de Bragança uma injuria de pedra, escrevi. Agora que o meu contendor (que eu tenho motivos para crer bem informado) me assegura que não *terá logar* a emenda, e que o absurdo palimpsesto de Phocas se ha-de erguer no Rocio, deponho as armas, porque o combate é inutil. O protesto em nome da opinião do país, da razão, do respeito ás tradições humanas e á memoria de um principe illustre, ahi fica. O futuro não actuado pelas nossas paixões mesquinhas nos julgará. Isto importa-me um pouco mais que o juizo de certa gente.

UM LIVRO
DE
V. F. NETTO DE PAIVA
—
1843

UM LIVRO DE V. F. NETTO DE PAIVA

Centro e instituição principal do ensino superior no nosso país, a universidade de Coimbra offerece nas phases da sua existencia um dos meios mais seguros para podermos avaliar o progresso ou decadencia das sciencias e das lettras em Portugal. Em todos os tempos, desde a sua fundação até hoje, é por ella que a historia se tem regulado para avaliar o estado de intellectualidade nacional. E, de feito, é daquelle fóco de luz que por cinco seculos se tem derramado a illustração para todos os angulos de Portugal, illustração boa e verdadeira porque em harmonia sempre com o estado e precisões da nosa sociedade.

Sejam quaes forem as mudanças que a nova organização politica do país, as suas novas necessidades, e as doutrinas mais esclarecidas

do seculo actual nos obriguem a fazer no systema do ensino publico, é minha convicção profunda que a universidade, longe de se dever guerrear com o intuito de a anniquilar ou pelo menos de lhe diminuir a importancia, se ha-de augmentar e completar, convertendo-se em verdadeiro sanctuario da sciencia no mais alto e puro sentido destas palavras. Quanto mal ella pôde produzir — e é incontestavel que no estado actual da instrucção publica aquella academia pôde gerar, e talvez gera já, graves damnos sociaes — tudo isso nasce não da essencia do instituto, mas da falta de philosophia politica que tem presidido a todas as reformas até agora feitas no ensino publico. Quando a universidade representar tanto em extensão como em intensidade, o maximo gráu de progresso scientifico ; quando as condições litterarias exigidas para ser inscripto no livro dos alumnos forem taes que só intelligencias eminentes possam arrostar com os obstaculos postos á frequencia das faculdades, e ainda depois disso á acquisição dos gráus ; então o influxo daquelle instituto será de muitos modos benefico, as unicas accusações attendiveis e sérias que se fazem contra elle cairão completamente por terra.

Posto pertença áquelles a quem incumbe

organizar a instrucção publica, estabelecer por via da lei esta ordem de cousas de um modo fixo e positivo : todavia ao alcance dos professores está o ir aplanando o caminho para essa gravissima reforma. São elles, que podem trazer pela practica a doutrina, pelo facto o preceito. Posta realmente a sciencia na universidade a par dos conhecimentos conquistados em toda a Europa, o mais é comparativamente facil, logo que haja um governo que entenda o verdabeiro systema d'ensino nacional, em relação aos interesses moraes e materiaes da nação.

Muitos dos novos professores da universidade teem concebido claramente estas doutrinas e avaliado a sua importancia. Os compendios sobre diversas materias que se tem publicado em Coimbra nestes ultimos annos, são disso prova cabal. Elles destroem os preconceitos arreigados em muitos espiritos contra a universidade.

Estes preconceitos são de dous generos, ambos ridiculos, tacanhos e indignos de intendimentos alumiados. Segundo uns, com as cabelleiras do marquez de Pombal, com as abbatinas, e com os ademanes de uma gravidade estudada e de linguagem oracular, a sciencia desapareceu. Professores mancebos,

cheios de energia, de vida intellectual, de amor de gloria, e vendo diante de si a imprensa, que hoje tem o direito de os julgar, são incapazes de conservar e augmentar o esplendor das lettras, porque falam como os outros homens e com elles, porque trajam e vivem como toda a gente. Esta é a preocupação dos filhos do seculo passado, preocupação innocente, que a morte vae diariamente desfazendo até a anniquilar de todo. Segundo outros a universidade é velha porque é antiga, e por isso incapaz de progresso; logica de peralvilhos, logica bruta que em vez de melhorar o que é susceptivel de ser melhorado, o destroe, sem examinar se ali havia alguma cousa util e respeitavel que aliás se não pôde supprir; como se a nação não fosse ainda mais antiga que a universidade, e se para a elevar á grandeza e á civilização do seculo, fosse preciso anniquilá-la e substitui-la por outra nação amassada de novo barro. Estes taes suppõem estabelecido na ponte do Mondego um embargo perpetuo para os livros, para os instrumentos scientificos, para as idéas, para tudo o que representa actualidade e progresso, por que fóra de Lisboa não suppõem possivel salvação litteraria, e as barreiras da capital são os limites do seu orbe cathedratICO. Semelhante crença,

não é innocente como a dos velhos, é absurda, mas perigosa. É della que nasce em boa parte a guerra lenta, mas tenaz que se vai alevantando, não contra o que a universidade tem de máu, que essa é justa e legitima, porém contra a sua existencia, o que é altamente insensato.

A grande resposta que a Universidade tem dado, e me parece que ha de continuar a dar, são as prelecções dos seus professores, os seus compendios e livros. Não creio cegar-me pela amizade e asseverar que nesta lucta grande e nobre um dos campeões mais distinctos é o sr. Vicente Ferrer, auctor dos *Elementos de direito das Gentes*, e que este anno acaba de publicar o seu *Curso de Direito Natural, segundo o estado actual da sciencia*. Encarregado do ensino daquelles difficultosos ramos da sciencia que tocam por um lado na critica da razão práctica ou philosophia moral, e por outra na jurisprudencia positiva, o sr. Ferrer, vencendo os embaraços que lhe offerecia a gravidade da materia, e ao mesmo tempo as distracções a que o tem constrangido a carreira politica em que por vezes o lançou já o voto dos seus concidadãos, elaborou e redigiu no meio desses embaraços e agitações dous compendios importantissimos, que não só fa-

lam pela universidade, mas honram o país, que pôde gabar-se de possuir professores dignos do seculo em que vivem, e da grave missão do magisterio que lhes foi confiada.

Constrangido a seguir nas suas prelecções o compendio de Martini — *Positionis de Lege Naturali* — adoptado pelo conselho da faculdade de direito, o sr. Ferrer applicou-se principalmente a dous fins : a illustrar as obscuridades frequentes naquelle celebre escriptor, e a modificar as suas doutrinas pelas dos mais afamados auctores modernos e pelos proprios estudos e cogitações. Assim o curso do sr. Ferrer é uma especie de commentario perpetuo a Martini e ao mesmo tempo o resumo substancial das opiniões dominantes, principalmente na Allemanha, país que por via de regra é o fóco de toda a sincera e verdadeira sciencia. Numa epocha em que a liberdade chama todos os cidadãos a avaliarem os proprios direitos e deveres, o livro do sr. Ferrer não é uma obra puramente universitaria. As obrigações e os direitos politicos e civis lá vão assentar na jurisprudencia natural. Importa conhecer esta para conhecer até onde se extendem tanto umas como outros.

INDICE

Advertencia	v
Da pena de morte (1838).....	1
A imprensa (1838).....	13
Da escola polytechnica e do collegio dos nobres (1841).....	27
Nota	95
Instrucção publica (1841).....	105
Uma sentença sobre bens reguengos (1842).....	165
A escola polytechnica e o monumento (1843)...	193
Um livro de V. F. Netto de Paiva (1843).....	289

LIVRARIA BERTRAND

LISBOA — 73, Rua Garrett, 75

ANTOLOGIA PORTUGUESA

ORGANIZADA PELO

Dr. Agostinho de Campos

Socio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa

*A série da **ANTOLOGIA PORTUGUESA**, que virá a constar de uns trinta volumes, pelo menos, não será apresentada ao público com numeração editorial. Cada possuidor a ordenará como entenda, ou cronologicamente, ou por poetas e prosadores, segundo o seu critério e vontade.*

VOLUMES PUBLICADOS :

AFONSO LOPES VIEIRA, um volume.
ALEXANDRE HERCULANO, um volume.
ANTERO DE FIGUEIREDO, um volume.
AUGUSTO GIL, um volume.
CAMÕES LÍRICO, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º volumes.
EÇA DE QUEIROZ, dois volumes.
FERNÃO LOPES, três volumes.
FREI LUÍS DE SOUSA, um volume.
GUERRA JUNQUEIRO, verso e prosa, um volume.
JOÃO DE BARROS, um volume.
LUCENA, dois volumes.
MANOEL BERNARDES, dois volumes.
PALADINOS DA LINGUAGEM, três volumes.
TRANCOSO, um volume.

EM PREPARAÇÃO :

CAMÕES LÍRICO, 5.º volume.